



CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,
DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Quele da Silva Passos

CARLISMO, LULISMO E A DUALIDADE ELITISTA DA REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA DA BAHIA

CACHOEIRA – BAHIA

2020

CARLISMO, LULISMO E A DUALIDADE ELITISTA DA REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA DA BAHIA

Ana Quele da Silva Passos Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia, 2018.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais:
Cultura, Desigualdades e
Desenvolvimento da Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira
da Silva

CACHOEIRA – BAHIA

2020

P289c Passos, Ana Quele da Silva.

Carlismo, Lulismo e a Dualidade Elitista da Representação Política da Bahia. Ana Quele da Silva Passos. Cachoeira, BA, 2021.
115f., il.

Orientação: Prof. Dr. Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Bahia, 2021.

1. Bahia – Política e Governo. 2. Brasil – Política e Governo. 3. Silva, Luís Ignácio Lula da – 1945-. 4. Magalhães, Antônio Carlos Peixoto – 1927-2007. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 920.98142

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARLISMO, LULISMO E A DUALIDADE ELITISTA DA REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA DA BAHIA

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Ana Quele da Silva Passos

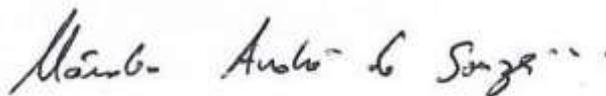


Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Orientador



Prof. Dr. Adriano Nervo Codato
Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. Cláudio André de Souza
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

A todas as mulheres que se dedicam à ciência!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Aos meus familiares, amigos, professores, alunos e demais colegas da UFRB.

Registro a minha gratidão ao meu orientador, o Prof. Dr. Maurício Silva, obrigada pelos incentivos, orientações, disponibilidade e parceria. Agradeço aos professores Adriano Codato e Cláudio André de Souza, pelos comentários e contribuições na banca de qualificação.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS|UFRB) e a CAPES pela bolsa de estudo que possibilitou a minha dedicação exclusiva a presente pesquisa. Aos membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política e Sociedade (GEPPS). De certo, reitero a minha gratulação a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tenho muito orgulho em fazer parte desta jovem universidade, que em tão poucos anos vêm transformando a realidade do Recôncavo da Bahia e às trajetórias de milhares de pessoas. Nesses tempos de retrocessos sociais, de incertezas econômicas e desajustes políticos, vamos resistir!

“O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido”.

(Hannah Arendt).

RESUMO

O período de redemocratização após o regime militar marca a conformação de uma dualidade representativa de dois segmentos de elite política no estado da Bahia. Estes grupos de poder estiveram à frente dos principais arranjos que delinearam a representação política do estado no Congresso Nacional. Assim, a pesquisa proposta analisa a dualidade representativa protagonizada pelo domínio do carlismo e do lulismo no estado da Bahia, tendo por objetivo investigar o perfil sociopolítico destes polos de representação nas legislaturas posteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, que consolida as normas representativas da redemocratização. A metodologia traçada considera a análise documental como principal instrumento de tratamento e de interpretação dos dados empíricos. A unidade de observação correspondeu às biografias individuais e a unidade de análise foram os mandatos. À vista dos principais resultados, averiguou-se a constituição de duas elites distintas, que em parte possuem características semelhantes. Em ambos os quadros representativos, constatou-se o seguimento de uma lógica sistêmica, com destaque para a eleição de perfis elitistas, tais como de homens que possuem alto grau de instrução, com perfil ocupacional voltado para empresários (PFL) e provenientes em sua maioria das profissões liberais, que se renovaram e mantiveram-se de acordo com a alta taxa de conservação.

Palavras-chaves: Representação política; Carlismo; Lulismo; Elites da Bahia.

ABSTRACT

The período of redemocratization after the military regime marks the conformation of a representative duality of two segments of the political elite in the state of Bahia. These power groups were at the forefront of the main arrangements that outlined the state's political representation in the National Congress. Thus, the proposed research analyzes the representative duality started by the dominance of Carlism and Lulism in the state of Bahia, with the objective of investigating the socio-political profile of these representation poles in the legislatures after the promulgation of the 1988 Federal Constitution, which consolidates the representative norms of the redemocratization. The traced methodology considers document analysis as the main instrument for the treatment and interpretation of empirical data. The observation unit corresponded to the individual biographies and the unit of analysis was the mandates. In view of the main results, it was verified the constitution of two distinct elites, which in part have similar characteristics. In both representative charts, a systemic logic was remarked, with emphasis on the election of elitist profiles, such as men with a high level of education, with an occupational profile aimed at entrepreneurs (PFL) and coming from, in most, liberals professions who renewed themselves and maintained themselves according to the high conservation rate.

Keywords: Political representation; Carlism; Lulism; Elites of Bahia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A pluralidade da representação política contemporânea	41
Quadro 2: Perfil sociopopulacional da Bahia, 1991-2010.....	53
Quadro 3: Principais momentos da trajetória de ACM	65
Quadro 4: Vitórias e Derrotas do Carlismo	70
Quadro 5- A ligação do carlismo e lulismo na Bahia com o governo federal.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Percentuais entre os novatos e reeleitos do PFL DEM e PT	89
Tabela 2- Distribuição de Gênero por Partido.....	93
Tabela 3-Escolaridade do PFL DEM e PT	95
Tabela 4- O quadro de formação dos parlamentares do PFL DEM e PT na Bahia.....	97
Tabela 5- Gênero e perfil educacional dos senadores do PFL DEM e PT (1991-2019)	98
Tabela 6- Profissões recorrentes do PFL DEM	101
Tabela 7- Profissões recorrentes do PT	102
Tabela 8- O perfil profissional do PFL DEM e PT no Senado.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Representação partidária da bancada baiana.....	61
GRÁFICO 2: A evolução do eleitorado baiano pós-1988.....	64
GRÁFICO 3- a presença do PFL DEM e PT na bancada baiana na Câmara Federal	87
GRÁFICO 4- O PFL DEM e PT na bancada baiana no Senado	90
GRÁFICO 5- A trajetória política anterior à entrada ao Senado	91
GRÁFICO 6- PFL DEM e PT: Profissões declaradas.....	100

SIGLAS E ABREVIATURAS

AI2- Ato Institucional de número dois
ACM- Antônio Carlos Magalhães
ARENA- Aliança Renovadora Nacional
CEDI- Centro de Documentação e Informação
DEM – Democratas
DHBB- Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro
CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FGV- Fundação Getúlio Vargas
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
MDB- Movimento Democrático Brasileiro
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista Do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL- Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido Do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PR- Partido Republicano
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRONA- Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD- Partido Social Democrático
PSDB – Partido Da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE- Tribunal Superior Eleitoral
UDN- Partido da União Democrática Nacional
PV – Partido Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 01: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, INSTITUIÇÕES E ELITES NO BRASIL.....	21
1.1. A representação ancorada nos preceitos republicanos.....	21
1.2. Representação política: Concepção liberal.....	23
1.3. Representação e Elites.....	32
1.4. Representação política em termos críticos.....	37
1.5. Democracia e representação.....	43
1.6. As elites políticas e representação no Brasil.....	48
CAPÍTULO 02: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BAHIA: BASES HISTÓRICAS DA DUALIDADE.....	52
2.1. A configuração sócio territorial do estado (1991-2010).....	52
2.2. Formação sociopolítica.....	54
2.3. A Representação política no cenário nacional.....	58
2.4. Bases estruturais do carlismo.....	64
2.5. Bases estruturais do lulismo.....	72
2.5.1. A influência do lulismo no cenário local.....	78
CAPÍTULO 03: A DUALIDADE ELITISTA NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA BAHIA.....	81
3.1. O domínio dual da política baiana.....	81
3.2. O carlismo e o lulismo no Congresso Nacional.....	86
3.2.1. A composição por gênero.....	92
3.2.2. Elites de formação superior.....	94
3.2.3. O perfil profissional dos carlistas e lulistas baianos.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

O trabalho proposto tem por objetivo analisar o fenômeno da dualidade representativa do estado da Bahia no Congresso Nacional. No âmbito geral, visa contribuir para a compreensão da representação política do estado na instância federal após a proclamação da Constituição de 1988. Tal representação foi capitaneada por dois grupos políticos de espectros ideológicos distintos que se identificaram com atores de relevante influência no cenário político local: Antônio Carlos Magalhães e Luís Inácio Lula da Silva.

Emerge de tal influência, o que a literatura de análise política especializada definirá como carlismo e lulismo, ou seja, grupos de atuação política de caráter elitista que protagonizaram a representação política do estado ao nível nacional após 1988. Esta dualidade representativa constitui o objeto de análise desta dissertação, tendo como objetivo principal a identificação do perfil sociopolítico destes grupos de representações.

Os estudos sobre a “classe política” brasileira se justificam com base na necessidade de compreensão das estruturas e das relações que delineiam esta engenharia política social. Neste conjunto, destacam-se as agendas de pesquisas sobre representação e elites, que se debruçam na interpretação teórica e empírica da constituição destas a frente das posições de governança nos variados espaços de poder. O caráter elitista das democracias liberais ganhou novas roupagens ao longo do tempo, sendo consolidada mediante a incorporação de pluralidades presentes em cada realidade.

O campo político, por sua vez, tende a reproduzir a estrutura social de classe, seja de forma direta ou indireta. (GAXIE, 2012). Neste aspecto, obtém-se o processo de manutenção, circulação e renovação das elites nos quadros de representação. Em diferentes graus, o contraste entre os grupos sobrerrepresentados e sub-representadas politicamente reflete a arquitetura social de classe, marcada pelas desigualdades e privilégios legitimados historicamente.

A literatura brasileira aponta que o recrutamento político é voltado para os membros pertencentes à classe social alta e média alta. A composição dos quadros de representação política reuniu um conjunto de caracteres uniformes, perceptíveis pelo

elevado nível de instrução, renda e *status*, por ocupação profissional de alto prestígio, dentre outros dispositivos. Assim, a política nacional replica o recrutamento proveniente dos grupos das diversas elites que são reproduzidas e renovadas ao longo do tempo.

Os estudos sobre a composição dos poderes legislativos mostram que a eleição de figuras políticas que têm sua origem social nas camadas populares pode ser interpretada por vieses analíticos contrastantes. Rodrigues (2006) pontua a tese explicativa de popularização da classe política brasileira, dirá que a partir dos resultados das eleições de 2002 acentuou-se um processo de popularização, que representa uma tendência que decorre da perda relativa de espaço dos políticos pertencentes às classes altas e às chamadas elites tradicionais. Por outro lado, Marengo dos Santos (1997) destaca que a ascensão de *outsiders* está ligada à pequena abertura política vivenciada nos últimos anos. Os novos parâmetros que cancelam o acesso ao legislativo não indicam que houve uma mudança estrutural das diretrizes políticas em cerne, mas, reverberam o que se chamou de novas interações intra-elites, derivadas de um recrutamento político mais diverso.

Destarte, para Santos e Serna (2007), a ambivalência ideológica é replicada no plano partidário, pelo qual as trajetórias políticas filiadas aos partidos à direita se distinguem dos perfis vinculados à esquerda. Nesse sentido evidenciam, por um lado, carreiras mais autônomas, estruturadas em bases partidárias mais “flexíveis”, que se voltam aos recursos e capitais próprios. De outra forma, respectivamente, as trajetórias políticas de esquerda formam-se de acordo com o acúmulo de experiências políticas, que se ligam por maiores graus de associativismo e vínculos sociais. (SANTOS E SERNA, 2007). Esta diferenciação empírica revela as distensões e complexidades das disposições dos sistemas políticos.

Em contraponto à tese de popularização, cabe destacar a incidência do político profissional frente à substituição gradual do político diletante e do notável. Aqui surge a variável explicativa defendida por Perissinotto e Miríade (2009), Perissinotto e Bolognesi (2010), Codato e Costa (2011 e 2013). Isto posto, destaca-se a proposição pela qual as transformações da classe política apresentam indícios de um processo de recrutamento voltado para “o político profissional”.

Em consonância com a vertente elitista do cenário nacional, o estado da Bahia, em termos históricos, recrutou atores políticos oriundos de grupo de privilégio,

destacando-se, entre outros, Ruy Barbosa, Juracy Magalhães, Lomanto Júnior, Luís Vianna Filho e Antônio Carlos Magalhães. Tais atores exerceram papéis fundamentais à inserção do estado no debate político nacional.

No sentido da discussão que delimita objeto de estudo proposto, o final do período ditatorial sublinhou o protagonismo e a liderança de Antônio Carlos Magalhães (ACM), que por décadas congregou sólido capital político, firmando a sua trajetória como um polo de poder e representação que “dominou” a política no estado. As pequenas vitórias da oposição não interfeririam na consolidação política deste grupo de poder, uma vez que, o carlismo fincou raízes na cultura política local, formando uma nova identidade e *performance* do modo intrínseco de fazer política. A influência do carlismo reordenou o recrutamento político, criando um quadro de competição entrelaçado entre os carlistas e a oposição que compunha o polo anticarlista. (DANTAS NETO, 2003).

A mudança deste enquadramento ganhou forças em 2003 com a ascensão, à presidência da república, do candidato que representava os grupos e partidos identificados com a esquerda nacional. Assim, o retrato de Luís Inácio Lula da Silva forma um novo posto de influência, o que provocou nos anos seguintes um realinhamento do eleitorado brasileiro (SINGER, 2012). Na Bahia, este redirecionamento corroborou para a queda do carlismo à frente do governo do estado, e o ganho eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), que conquistou quatro vitórias subsequentes.

Por seguinte, o carlismo urge dentre as estratégias de continuidade (PEREIRA, 2017) e depara-se com a categoria que abordaremos de lulismo na Bahia, uma vez que, assume um novo posto de poder, representação e influência. Este arranjo político protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores aponta para a construção de um novo polo de coalização. Neste arsenal, observa-se um recrutamento político voltado para os perfis de elites mais diversificados, que ora se distanciam do quadro de representação constituída pelas elites carlistas.

Diante da dualidade da representação, observa-se uma lacuna existente relacionada à identificação e a problematização dos perfis de carlistas e lulistas na Bahia. Assim o trabalho proposto, contribui na descrição e análise do perfil dos agentes políticos que marcaram estes polos de representação política. De outro modo, os dados e

sistematização resultante poderão subsidiar futuras pesquisas no que tange às explicações mais aprofundadas do padrão de representação e de Carreiras políticas, o que perfaz a sua relevância.

A partir da problematização exposta, o presente trabalho é orientado pelos seguintes questionamentos: O que caracteriza o dualismo político da representação baiana? Qual o perfil sociopolítico do carlismo e do lulismo na composição da representação do estado no Congresso Nacional, pós-1988? Quais mudanças podem ser verificadas, a ratificação das velhas elites representativas ou a diversificação destas?

Considera-se por hipóteses, primeiro que a dualidade política baiana foi expressa mediante ao poder coalizacional, centrado na figura de um líder principal que detém forte capital político. Segundo, o crescimento do carlismo e do lulismo na Bahia seguiu uma lógica sistêmica, ou seja, se encontram entrelaçados ao arranjo político do governo federal, mediante ao prisma de oportunidades de atuação na cena nacional. Terceiro, o carlismo caracteriza-se pela eleição de perfis advindos dos grupos das elites tradicionais, ao ponto que o lulismo na Bahia se expressa pela eleição de um quadro de elites mais diversificada entre si, o que ratifica a argumentação de interação intra-elites, como aponta a literatura. (SANTOS, 1997).

O objetivo consiste em analisar o dualismo político no quadro de representação baiana no Congresso Nacional, nas legislaturas que se seguem à promulgação da constituição de 1988. Para tanto, se faz necessária à investigação do perfil sociopolítico do carlismo e do lulismo, através da composição parlamentar do PDF|DEM e PT, partidos que foram bases destes dois polos de poder no estado. Os objetivos específicos dividem-se nos seguintes tópicos: analisar o fenômeno do dualismo político entre o carlismo e Lulismo; mapear o perfil biográfico dos deputados federais e senadores da Bahia eleitos para atuação na 49^a (1991-1995), 50^a(1995-1999), 51^a (1999-2003), 52^a (2003-2007), 53^a (2007-2011), 54^a (2011-2015), 55^a (2015-2019) e PT na Bahia, o 56^a (2019-2023) legislatura; identificar através da composição partidária do PFL|DEM e perfil sociopolítico do carlismo e lulismo.

Neste desenho de pesquisa tomam-se por análise as variáveis secundárias de gênero, formação educacional e perfil profissional. A delimitação das variáveis perpassou à problematização que abrange à complexidade presente em cada campo,

suas singularidades, contribuições teóricas e analíticas. E por fim, investigar a eleição, renovação e conservação no quadro de representação do estado no Congresso Nacional.

O referencial metodológico possui inspiração quantitativa e se insere dentro da abordagem analítica da sociologia política. Deste modo, o prisma de sustentação teórica segue a conceituação em torno dos estudos sobre democracia e representação política, bem como, instituições e elites. O trabalho toma a análise documental como principal instrumento de tratamento e interpretação de dados empíricos.

A unidade de observação correspondeu às biografias individuais e a unidade de análise foram os mandatos. No primeiro momento foi realizado o mapeamento do quadro dos parlamentares eleitos pelo PFL|DEM e PT na Bahia. Ao longo das legislaturas foi possível observar os índices de crescimento e decréscimo alcançados pela bancada baiana no Congresso Nacional. Posteriormente, ponderou-se o grau de renovação dos Pefelistas|Democratas e Petistas baianos na Câmara dos Deputados. Averiguou-se a trajetória política percorrida até a conquista da eleição para o Senado brasileiro. Por conseguinte, verificou-se o perfil sociopolítico dos parlamentares baianos que tiveram e tem assento nas duas casas legislativas, durante o recorte temporal de 1991 a 2019, que compreende as eleições realizadas após a constituição de 1988.

A coleta dos dados foi realizada através de fontes secundárias, tais como as fichas biográficas cedidas pelo Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara dos Deputados, dados biográficos do Senado Federal, estatísticas organizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e consideraram-se as descrições reunidas pelo Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV).

O trabalho se encontra organizado em três capítulos, além desta introdução e considerações finais. O primeiro capítulo abordou-se a conceituação de representação política. Resgata a concepção entendida em termos republicanos, liberal e crítico, com destaque para a constituição histórica das elites frente às instituições políticas representativas.

O segundo capítulo compreende a formação sociopolítica do estado baiano, sua iminência na política nacional e local, com ênfase para a formação dos polos de poder do carlismo e lulismo de forma localizada. O terceiro e último capítulo, através da

análise dos dados empíricos, destaca-se o perfil dos eleitos, os principais traços que delineiam a composição e recrutamentos destes blocos de representação. Nas considerações finais, retomou-se a problematização do objeto de pesquisa proposto, suscitou-se as hipóteses anteriormente prescritas e os principais questionamentos teóricos e empíricos resultantes.

CAPÍTULO 01: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, INSTITUIÇÕES E ELITES NO BRASIL

Este capítulo retoma as principais bibliografias em torno da conceituação de representação política. Para melhor entendimento, encontra-se estruturado em seis subseções. Inicialmente, resgata-se a noção de representação política prescrita pela teoria republicana, vinculada ao sentido de participação. Segundo, em vista do preceito liberal, a representação é configurada pelo ator-representante que se distingue do corpo representado, num movimento de tornar presente o ausente. Terceiro, aborda-se a representação pelo viés da teoria das elites.

Por diante, a representação é tomada em termos críticos, de modo a compreendê-la numa constante relação entre os atores plurais, entre si e entre o Estado. Em seguida, retrata-se o *dever-ser* das instituições político-representativas no Brasil pós-independência. Ao final, destaca-se a ordenação das elites brasileiras nos quadros de poder e de representação.

1.1. A representação ancorada nos preceitos republicanos

A ideia de representação se consagra como dispositivo inerente da própria formação do Estado. Nos preceitos monárquicos, a representação era respaldada pelos fundamentos de ordem divina, pela qual a figura do rei advinha da “ordenança de ‘Deus’” para seu povo. Este modelo de governo angariou formas e *performances* ao longo da história. Todavia, nota-se a reivindicação de outros modelos de organização política, que se justifica pela junção dos interesses próprios dos indivíduos e da necessidade de manutenção do conjunto social.

Com as insurgências dos ideais iluministas, evidencia-se que “as representações de origem divina perdem o posto de posição fundamental de princípios norteadores da vida humana e das doutrinas que dizem o seu sentido e o que deve ser feito” (ROSENFELD, 1990, p. 140). A teoria política moderna postula uma nova concepção de homem, disposto como um ser histórico, indeterminado e que se figura a um agente que pleiteia às diversas manifestações da ação política. Assim, estas variantes conformam as novas designações em relações as representações e os modelos de organização do Estado. Posteriormente, esta alusão de homem empreende a concepção de cidadão requerida pela chamada república.

A conceituação clássica de *res pública* descrita por Cícero significa “o bem comum”, que é público em contraste com a definição daquilo que é privado. A república surge a fim de salvaguardar o bem comum. Neste quesito, tem-se como prerrogativa a existência de cidadãos ativos e participantes da esfera política. Para Lafer (1989, p. 215) o público se refere ao bem do povo, que se caracteriza não apenas como uma maioria, conquanto como um conjunto numeroso de indivíduos associados por compreenderem e considerarem um mesmo direito como parte do bem comum social.

A república como uma instituição política e social autônoma só se realiza empiricamente através do sistema de representação. Como se referiu Kant (2006) “uma república verdadeira é e não pode ser outra coisa senão um sistema representativo do povo, para a defesa dos seus direitos”. A partir destas considerações, aponta-se que a noção de representação está ancorada aos preceitos da constituição republicana.

Ao contrário da justificativa que concebe um governo soberano, a república reuniu uma nova concepção de representação, esta originalmente embasada na defesa do interesse consagrado como público, na participação e união dos indivíduos, logo considerados como cidadãos. Dentre os valores republicanos, reputa-se o engajamento político como principal mecanismo que viabiliza sua constituição. Este ideal tem por base a concepção de liberdade, que é tomada como a não dominação, e coaduna as virtudes cívicas que compreende a cidadania no sentido substancial. (RAMOS, 2011, p. 44).

Na república a noção de liberdade ganha sentido quando é disposta num conjunto social. Ao seguir os fundamentos republicanos, este modelo de Estado e as suas confluências políticas, são dispostos pela gerência dos cidadãos guiados pelo e para a efetivação do bem comum. Os aspectos práticos de uma república predizem ao cidadão o interesse, a identificação e a proteção daquilo que é público.

A demanda pela participação civil extrapola o rol dos grupos de elites. Numa análise contemporânea, destaca-se que o “Estado republicano moderno corresponde uma forma mais avançada de democracia representativa, a saber, a democracia participativa ou deliberativa”. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 134). Tal afirmação surge do debate que pondera as possíveis convergências dos ideais democráticos, liberais e sociais, para além dos extremos conflitantes existentes entre si.

De outro modo, Cícero Araújo (2012) considera a república como “um conjunto de práticas pelo qual seres humanos investidos de um determinado papel, o de “cidadãos”, orientam suas ações para promoverem certos valores comunitários, entre os quais a liberdade, a igualdade, o império da lei e a própria participação política”. Ao apontar tal definição o autor nos convida a pensar na formulação de uma república como sinônimo do que chamou de dignidade.

Ao seguir esta acepção, uma república não deve ser restringida há uma forma de organização de Estado, que se reduz a representação como deslocamento puramente eleitoral. Destacou-se que o cidadão deve ser admitido como ator no jogo de representação, a fim de refrear a perspectiva que sobrepõe o representante ao representado.

Assim, a democracia tem por característica a aceitação do conflito social, haja vista, a premissa da igualdade de condição que prescreve a todos. Continuamente, referiu-se a democracia como mecanismo que possibilita a universalização do cidadão-ator, em contraponto às práticas que os condiciona a eleitores, contidos unicamente pela ação do consentimento.

Ao considerar os escritos de Nádía Urbinati (2006), Araújo enfatiza que num contexto de um governo democrático, a eleição e o voto devem promover uma representação que fomenta a circulação entre o Estado e sociedade, que sustenta a soberania popular, com ênfase em tornar o ator coletivo. Os valores republicanos exprimem a formação de um Estado pautado na cidadania ativa, representação democrática, na qualidade da interação tanto entre o governante e governado, quanto entre si sob a condição que se chamou de cooperação e conflito (ARAÚJO, 2012).

1.2. Representação política: Concepção liberal

A democracia liberal nomeia a representação política como pressuposto fundamental para a viabilização prática. O embate semântico que gira em torno dos significados de representar é diverso. Para Hanna Pitkin (1997) a polissemia evidenciada no plano teórico, na prática se expressa de forma complexa, evidenciando um distanciamento entre o ideal e o real. Diante disto, o paradoxo estabelecido em torno da representação, a *priori* é suscitado, haja vista, o contraponto existente entre o tornar presente o que está ausente. Por esta via, ser representado significa ser feito presente em

algum sentido, enquanto não estando presente literalmente ou plenamente de fato (PITKIN, 1967). Ao tomar o sentido liberal, a definição de representação é atribuída à concepção clássica do se tornar presente o ausente.

Em um debate anterior, na busca pela justificativa da formação do Estado moderno, os autores contratualistas como Hobbes, Locke e Rousseau pensaram no pacto social que superaria o estado natural, tendo por fim a formação do Estado-nação, que na figura de um governante garantiria o ordenamento da sociedade civil. Diante de tais pressupostos teóricos, a figura do representante é referida em termos políticos.

Os princípios liberais inicialmente denotaram uma concepção negativa de liberdade, logo propõe a defesa dos direitos individuais, com ênfase para uma atuação voltada ao âmbito privado. O Estado é estabelecido com o objetivo de impossibilitar as interposições à liberdade, a fim de regê-la e protegê-la. Nos limites do governo absoluto ora descrito por Hobbes, o poder, a liberdade e os bens se encontravam sob a égide do soberano. De modo a desvencilha-se do estado de natureza, caracterizado pela antecipação em proteção à vida e a guerra de todos contra todos, os indivíduos abririam mão da liberdade e igualdade de outrora, tendo por objetivo estabelecer o pacto de submissão e sobrevivência.

Para Locke, o absolutismo do poder monárquico na figura do Soberano defendido por Hobbes, dá lugar a constituição legislativa e a seus representantes, que tem por prescrição a defesa dos direitos e proteção dos bens. Já na concepção de Rousseau (1997), a vontade geral não poderia ser representada. No entanto, destaca a importância das instituições representativas, que por sua vez, deverão seguir norteados pela vontade geral do povo enquanto soberano político.

Nesse sentido, o ideal de desenvolvimento da comunidade social se encontra interligado a participação do povo. No entanto, com os limites da participação direta de todos, em congruência com a grande extensão geográfica e a diversidade social de interesses existentes, Stuart Mill dirá: “o tipo ideal de um governo perfeito só pode ser o representativo.” (MILL, 2006). Assim, as atividades políticas concernentes ao Estado equivalham ao dever dos representantes do povo.

Nesta acepção, o governo representativo “consiste em que o povo inteiro, ou certa porção muito numerosa dele, exerça por meio dos deputados periodicamente

eleitos, o poder controlador”. (MILL, 2006). O voto e o princípio da proporcionalidade constituem elementos significativos, frente ao embate da tirania da maioria e ao funcionamento das instituições representativas, no contexto de democracia liberal.

A utilização direta do conceito de representação na esfera política estava ligada respectivamente aos processos históricos do desenvolvimento das próprias instituições. Ao ponderar a sistematização teórica, Pitkin (1997) descreve quatro perspectivas distintas de representação. A formalista que é vinculada a ideia de autorização e *accountability*, pelo qual o representante é autorizado a agir pelo representado, referenciando-se pelo princípio da responsividade. A representação simbólica caracteriza-se pelos símbolos acionados pela relação entre representantes e representados.

Já a representação descritiva caracteriza-se pelo espelhamento dos representados pela imagem do representante. Os caracteres sociais da classe política podem refletir dentre seus limites, os interesses e ideais resultantes do processo político, bem como, referenciar o caráter de legitimidade entre a instituição e sociedade. Conquanto, este modelo não garante a efetivação ou a prática da representação política no seu sentido responsivo.

Entretanto, descreverá que a representação substancial irá melhor traduzir as relações das democracias modernas, principalmente, no que diz respeito à independência do representante ligado ao *age por* seus representados. Nesta ótica, o que deve ser destacado são as ações realizadas pelos representantes e os caracteres que realmente o constitui (PITKIN, 1997). A análise realizada toma a representação a partir do ideal de relação recíproca, que se constitui na ação de agir pelo representado e segue a lógica de tornar presente o ausente (LOUREIRO, 2009). Tais contribuições teórico-metodológicas certificam a Pitkin o caráter de inovação e coloca em xeque às limitações e problemáticas inerente de sua conceituação.

O pluralismo se tornou um importante ponto norteador para a compreensão das sociedades modernas. O sentido da representação política se contém na possibilidade de controlar o poder político. Este papel atribuído a quem não pode exercer pessoalmente, é transferido ao representante mediante ao processo eletivo (BOBBIO, 2011).

Ao tratar da natureza da representação em virtude da relação entre a função e a ação do representante frente ao representado, destacam-se três modelos de interpretação (COTTA, 1998, p. 1002). Primeiro, cita-se o formato de representação por delegação que prescreve o representante delegado aja em função da vontade do mandatário (mandato imperativo). Neste contexto, resulta-se por um lado na disposição de uma vinculação constante entre as partes e, por outro lado, decorre uma distorção do próprio sentido de representação, uma vez que, há uma sobreposição das funções atribuídas.

Visto que esta interpretação se torna inaplicável num contexto das sociedades complexas, admite-se a representação como uma relação de confiança (fiduciário). Logo, o representante dispõe de maior autonomia frente à vontade do representado. Ao apresentar sua justificativa, Edmund Burke (2017) destaca que a representação deve estar ligada aos interesses e em nome da nação. O agir do representante deve estar acima de necessidades particulares dos representados e de determinados redutos políticos. Todavia, em concordância com a soberania da nação, justifica-se o mandato e a sua independência.

Desta forma, alude-se que a representação seria capaz de convergir a favor do bem público. Todavia, a adoção prática deste modelo coloca em xeque o grau de razão remetida à percepção do representante, já que há uma larga margem que permite pender em favor dos interesses privados, personificados como públicos.

Em alternativa às propostas elencadas anteriormente, infere-se a representatividade sociológica, ou seja, o quadro de representação que espelha os grupos e classes que formam a sociedade pluralista. Precisamente, “concebe o organismo representativo como um microcosmo que fielmente reproduz as características do corpo político” (COTTA, 1998, p.1002). Enquanto isto se reitera que tal compreensão condiz com as reivindicações críticas elencadas pela democracia. No processo de contenção do poder, se torna importante um quadro de representação diverso, tendo em vista a relação de mediação de interesses e conflitos.

No entanto, tal classificação não prediz a representatividade no sentido substancial. Os grupos sociais são complexos, diversos e dinâmicos entre si. Por cúmulo, a similaridade de caracteres sociais, de classe, de raça ou gênero, não subscreve a similaridade de percepção, interesse e agenda política. No tocante, Cotta (1998)

sublinha que nenhum dos modelos evidenciados realiza-se de forma pura, como um elemento estruturante do conjunto político que adota o princípio da representação.

De outro modo, o autor Bernard Manin (1997) retrata o contexto de três formas de governos representativos vivenciados ao longo da história. Os períodos caracterizados pela crise do modelo representativo podem ser traduzidos como uma transformação deste tipo de governo, que não significa o seu próprio fim, mas a incidência de novas formas e mecanismos de representação.

A sua crítica faz analogia às metamorfoses do governo representativo. A Primeira natureza do Governo representativo foi a parlamentar. Neste quadro, designou-se de governos dos notáveis, uma vez que, o recrutamento político estava associado à delegação de candidatos que dispunham da confiança local e notoriedade advinda dos *status* sociais, económico-políticos obtidos em determinada época. Dessa forma, a luta pelo poder era revezada entre os grupos de elites, por seu dado prestígio social. Ao se referir à liberdade de opinião, esta se manifestará a partir do momento da eleição. (MANIN, 1997).

Com a expansão do sufrágio e a organização das massas, a eleição passa a ser norteada pela confiança nos partidos organizados, em contraste com a confiança pessoal e direta. Deste então, o autor dirá que as clivagens eleitorais refletem as divisões de classes (MANIN, 1997). Os laços políticos são definidos a partir da relação entre a identidade de classe e a afeição aos partidos políticos que melhor os representam os respectivos campos político-ideológicos.

O representante depende cada vez mais do partido pelo qual foi eleito e segue norteado pelo princípio da conciliação, haja vista, os interesses diversos prescritos na agenda de defesa política. Ao tratar da liberdade de opinião, o cidadão tem por instrumento de fala o partido organizado. Logo, o debate é realizado anteriormente à votação pública e no interior do próprio partido. Ao refere-se à liberdade de opinião esta comporta a presença de oposição.

A terceira fase do governo representativo é a democracia do público. O autor retrata que o personalismo é o atributo que norteia a escolha dos cidadãos. Em grande medida as características individuais sobressaem os elementos que configuram a agenda de determinado campo e organização política. Este fenómeno tem por elemento motriz

os meios de comunicação que, a seu ver, resultam em novos arranjos entre os representantes e representados.

Nota-se que “os meios de comunicação de massa, privilegiam determinadas qualidades pessoais, já que os candidatos, vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os ‘comunicadores’, ou seja, pessoas que dominam as técnicas da mídia”. (MANIN, 1997). Assim a dimensão do voto explicita, uma expressão reativa pelo qual o cidadão se porta como público que reage frente aos discursos realizados nos palcos políticos.

Outro fator característico deste modelo de governo representativo, diz respeito ao uso de imagens, uma vez que, há a tendência da diminuição dos custos informacionais em contraste com a ideia de representações simplificadas. Contudo, ficam evidentes que o eleitor cada vez mais flutuante se atém as mídias comunicacionais para balizar a escolha de sua representação, assim como, os candidatos se atrelam aos *inputs* da opinião pública, tendo por objetivo apresentar uma plataforma que condiz com as demandas do eleitorado.

A representação pode ser percebida tanto pelo teor democrático, quanto pelo véis aristocrático (MANIN, 1997). Os períodos caracterizados pela crise do modelo de representação podem ser traduzidos como uma transformação dos tipos de governo, o que não significa o seu próprio fim, mas a incidência de novas formas e mecanismos de representação. Como destaca Nádía Urbinati (2013) “a democracia de audiência de Manin é um avanço perspicaz e influente em direção à participação considerada como ato de assistir”. A representação distingue-se da democracia e se encontra condicionado ao mecanismo de eleição.

Entre estas vias, Manin (1997) destacou quatro princípios que norteiam a configuração do sistema representativo. Primeiro diz respeito à eleição dos representantes pelos representados. Em vista disto, a eleição designa o caráter da legitimação do processo de governança, o uso do poder e autoridade concebida. O mecanismo de consentimento do povo manifestado por meio de eleições, não impede que haja uma diferença de *status* entre o povo e os governantes.

Tal desígnio ratifica a manutenção de grupos de elites ao rol do poder político. Contudo, caberá aos cidadãos à destituição e a eleição de representantes que fazem

menção aos seus anseios políticos, ou simplesmente designar, dentre as elites dispostas, aquelas que possam representá-las na esfera de poder.

Seguidamente evidencia a independência parcial das decisões dos representantes frente aos interesses de seus representados, que lhe concede a liberdade das escolhas de suas ações, ressaltando a negação dos mandados imperativos e a prática da revogabilidade permanente de seus eleitos, *o recall*. Para o autor, a superioridade do sistema representativo se encontra no fato de permitir um distanciamento entre as decisões do governo e a vontade popular (MANIN, 1997). Neste sentido, o governo representativo se diferencia da democracia, uma vez que este não alude à forma direta da soberania popular, ou melhor, o governo do povo pelo povo, haja vista, a não existência prescrita do mandato imperativo.

O terceiro fundamento do governo representativo está relacionado à liberdade de expressar a opinião pública sobre os assuntos políticos, a qual independe do controle do governo. O quarto princípio, elenca o debate como ponto decisivo para o fim das deliberações. O caráter da assembleia representativa se constitui coletivamente de forma diversa, como dirá: o princípio da igualdade das vontades, que torna as eleições o método mais legítimo de designação de representantes, também faz do debate a forma legítima de interação entre esses representantes. (MANIN, 1997). Não obstante, o governo representativo está centrado nas eleições, com ênfase no direito de ser votado.

Em contrapartida, Dahl (2001) toma a eleição, a partir da análise do sufrágio universal. Deste modo, a eleição torna-se dispositivo elementar para a concretização da democracia. A instituição de um governo democrático deve considerar por estas vias, a participação efetiva¹, a igualdade de voto², a aquisição de entendimento esclarecido³, o

¹ Diz respeito a oportunidades iguais e efetivas entre os indivíduos e, por sua vez, fazer ser ouvido o seu posicionamento acerca dos negócios políticos. (DAHL, 2001).

² Refere-se à igualdade e efetividade dos votos e sua contagem direcionada por peso igual. (DAHL, 2001).

³ Trata do direito igual e efetivo de ter-se conhecimento acerca da política, suas alternativas e consequências. (DAHL, 2001).

poder de exercer o controle definitivo do planejamento⁴ e a inclusão dos adultos⁵. (DAHL, 2001).

Por outro lado, ao relacionar a democracia aos desígnios do capitalismo de mercado, Dahl desmonta o ideal positivo prescrito e destaca a existência de um conflito permanente, numa relação pela qual uma modifica e limita a outra. Afirmou-se que “como inevitavelmente criam desigualdades, o capitalismo de mercado limita o potencial democrático da democracia poliárquica ao gerar desigualdades na distribuição dos recursos políticos.” (DAHL, 2001).

Desta feita, Dahl (2005) afirma que a democracia tem por característica a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos politicamente iguais e circunscritos pela competição e participação. As sociedades são analisadas com base no grau de pluralidade existente e a concretização da democracia se encontra diretamente ligada ao nível deste pluralismo. A poliarquia surge como conceito analítico que presume o teor de democratização existente numa dada realidade política, definida como regime consideravelmente democratizado e substancialmente popularizado e liberalizado.

Uma sociedade poliárquica, segundo Dahl, é caracterizada pela existência de maior grau de contestação pública e o máximo de participação dos processos eleitorais em cargos públicos que concerne à esfera política. No processo de democratização, considerando as características confluentes da participação e oposição, as instituições representativas constituem uma adjacência que condiciona a efetivação da democracia moderna de acordo com a realidade concreta.

Quando Cícero Araújo (2006) busca distinguir a representação política, o autor retoma a história do conceito com ênfase na perspectiva descrita pelos teóricos que embasaram a proposta liberal. Por conseguinte, recorreu-se a metáfora artística pela qual a representação é aludida como retrato e drama. Em analogia a ideia de retrato, que captura aquilo que é considerado especial, a representação reflete a distinção do ator-

⁴ Aqui o autor destaca a ação dos membros sobre as políticas da associação, e o seu planejamento. (DAHL, 2001).

⁵ Este critério visa à ampliação dos direitos de cidadãos, a todos ou a maioria por assim dizer, dos que residem permanente, em suma, conclama a igualdade política entre os indivíduos existentes na determinada associação que visa à democracia. (DAHL, 2001).

representante frente aos demais autores da cena política, assim como, uma máscara que expressa o que se chamou de qualidades essenciais. Num retrato a máscara que figura representante-soberano não exterioriza o movimento dos representados, mas congela-os mediante a uma identidade específica. Por estes aspectos, o ator-representante recria o autor-representado.

Já a representação referida como drama, aponta para as possibilidades de conflitos dentre uma arena política, protagonizada por grupos pertencentes às esferas distintas e antagônicas. Neste intento, tais performances expressam por um lado, a soberania no sentido intrínseco, que se encontra ligada a figura do representante-soberano, e por outro lado, a soberania no sentido extrínseco que ressoa a dinamicidade do corpo representado, e “que impossibilita a identificação e o congelamento de um *self* da comunidade política” (ARAÚJO, 2006).

Ao considerar esta relação, por vezes conflituosas, Araújo descreve que a figura do representante surge da carência política do representado, pelo qual o primeiro completa o segundo. Nesta lógica, o autor aciona a ideia de complementariedade, no lugar da substituição. Como dirá:

“o representado é a face social do instituto da representação, enquanto o representante/ator é sua face política, sua expressão através de uma forma que busca transformar a percepção social do conflito. Uma não é nem deve ser o espelho da outra, e sim suas faces complementares, ao mesmo tempo, em comunicação e tensão recíprocas”. (ARAÚJO, 2006, p.249).

A destarte, o autor evidencia que em termos filosóficos, em comparação ao campo artístico, a representação é como espelho que tem por finalidade refletir a similaridade descritiva do representado, mas tem por intuito compensar a limitação da capacidade de observar o nosso próprio eu. Esta delegação está atrelada ao que se chamou de produção de alteridade, ou seja, consentir que a “representação é um modo de falar de nós através de outro”. (ARAÚJO, 2015, p. 17).

Em termo institucional a representação é considerada a partir da análise das formas de governos representativos, que foram dispostos na história. No entrelace da democracia e representação, pressupõe-se que haja participação política e consciência da coletividade e de seus interesses.

A democratização de um governo representativo prediz por um lado à pluralização e divisão social, enquanto por outro lado, promove a generalização e unificação (ARAÚJO, 2015, p. 25). Deste modo, a representação se configura como um processo de circulação contínua que produz e resulta na sua própria reconfiguração. Em seguida, verifica-se a correlação que figura o sentido de representar e a constituição das elites.

1.3. Representação e Elites

A representação em termos originários não se dispôs num sentido democrático, sendo vivenciada por governantes e monarcas autocráticos. Conquanto, pode-se aferir que a “roupagem democrática” não retira, necessariamente, o preceito elitista de governo. Diante disto, a manutenção e controle de determinadas esferas políticas por uma elite específica, podem ser exercidos em contexto supostamente democrático, mesclando estruturas institucionais autoritárias com preceitos democráticos de seleção.

A relação entre o agente e estrutura adquire outras significações, uma vez que, reflete um novo esboço relacional. Os atores sociais se encontram ligados a uma rede de relações institucionalizadas e simbólicas, sejam elas conscientes ou inconscientes, tais como família, amigos, vizinhos, conhecidos, etc., que juntos agem reciprocamente pelas trocas morais, sociais, políticas, financeira, dentre outras. Como ressalta Saint Martin (2008) “há a pluridimensionalidade da riqueza nos grupos que ocupam as posições dominantes e as famílias mais ricas se caracterizam por uma «obsessão pela transmissão»”. Tais caracteres perfazem a distinção dos grupos, surge como estratégia de manutenção de poder e corrobora para o alinhamento das chamadas elites na composição dos quadros de representação.

O debate teórico-metodológico no campo da teoria das elites perpassa pelo reconhecimento de um grupo de comando, dirigente ou governante, que ocupa posições estratégicas numa dada relação de poder. Estes princípios são evidenciados por fatores de distinção que caracterizam a elite e a “não-elite”. Nesta ótica, num contexto social específico, é colocada a existência de uma massa (maioria da população) que seguindo tais preceitos não se encontra habilitada a governar, já que não possui condições necessárias para ocupar determinados espaços de poder e

mando.

Os teóricos elitistas introduziram a discussão sobre as elites como princípio analítico e explicativo da organização social, política e cultural, considera-se a presença eminente de hierarquias e desigualdades “naturais” entre os membros da sociedade. Tais reflexões evidenciam a perspectiva que objetiva a compreensão da organização política na *práxis*, tendo em vista, a existência de uma minoria que ocupam posições estratégicas. Todavia, no que tange à esfera política, tal pressuposto justifica a necessidade da minoria dirigente, capaz de governar a maioria da população.

A sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores: minorias e massas. As minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados. A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas [...] Claro está que nas superiores, quando chegam a sê-lo e enquanto o forem de verdade, há mais verossimilitude de achar homens que adoram o “grande veículo”, enquanto as inferiores estão normalmente constituídas por indivíduos sem qualidade. (ORTEGA Y GASSET, 1959, p. 58-60).

Em linhas gerais, o que define a composição e o estabelecimento nos grupos em questão são as aptidões individuais, logo, o grupo dirigente dever-se ia possuir os atributos necessários para a ação de controle. Não se trata, pois, de fenômeno isolado e circunstancial. Segundo Gaetano Mosca, a separação entre grupos dirigentes e grupos dirigidos é um fenômeno histórico, aplicado às mais distintas formas de organização social. Isso torna possível, por exemplo, “que uma democracia funcione se a ação das massas populares seja coordenada e disciplinada por uma minoria organizada, ou seja, também por uma classe dirigente”. (MOSCA, 1968, p. 307).

O poder dirigente da minoria se manifesta, sobretudo, pela ausência de condições de autocontrole da maioria. Pareto e Mosca defendem a noção de que toda sociedade necessita de uma minoria governante – uma elite governante – dotada de qualidades políticas para o exercício do poder. Esta elite não é estática, já que sofre transformações em sua composição de tempos em tempos, seja pela própria dinâmica interna ou pelo recrutamento de novos membros advindos dos estratos inferiores da sociedade. Por este prisma, os preceitos clássicos de rotatividade dirigente da democracia, sobretudo o sufrágio universal, constituem risco ao equilíbrio.

No entanto, na luta política, a fim de obter os sufrágios da maioria, cada grupo se esforça por conformar-se, ao menos em aparência, às ideias e aos sentimentos que predominam nessa mesma maioria. Isto permite muitas vezes aos regimes liberais desenvolver uma força extraordinária, mas, por outro lado, esta obrigação de conformismo faz com que a classe dirigente sofra a influência de elementos mais numerosos, que são menos conscientes das necessidades verdadeiras da sociedade. Esta é a razão por que o maior perigo que correm as instituições liberais consiste nas consequências do exercício do direito de sufrágio pelas camadas mais incultas da população. (*Idem*, p. 313-314).

A noção de elites ganha ressonância com o trabalho de Vilfredo Pareto, que lhe confere duas diferentes definições. No sentido por ele abordado, a elite comporia o estrato superior de uma sociedade, responsável pela organização, controle e direção do estrato inferior, definido como “não-elite”. O estrato superior comportaria duas elites, a dos governantes e a dos não-governantes.

Ao tomar as organizações como instituições mediadoras da vontade geral, Robert Michels prescreveu a lei de ferro das oligarquias que se movia pela necessidade de organização mediada pela minoria dirigente. Entre estas vias, Michels (1982) observa que a crescente burocratização de tal organização recorre a um distanciamento com a vontade das massas governadas.

Já a democracia representativa em sua *práxis* coaduna requisitos ora prescritos pelos teóricos elitistas. Conforme as análises sobre a composição política notam-se que historicamente os quadros foram compostos por *personas* que em grande escala pertenciam aos grupos de elites correspondentes entre si.

Tendo por base o princípio de utilidade, Schumpeter (1984) traduz a existência das elites como pressuposto necessário para a condução da democracia. Por diante, sua crítica perpassa ao idealismo prescrito no sentido original do termo, pelo qual o povo é tido como condutor da vontade e *práxis* democrática.

Neste sentido, a participação direta e autogoverno do povo se tornam impossíveis, uma vez que, os indivíduos tendem às práticas ora distanciadas da razão, produzindo distintas percepções que se chocam com o consenso previsto na teoria clássica da democracia. Os conflitos pelo poder são guiados pelo que designou como “auto-interesse”. Em função de tais contradições, o teor de democracia em uma esfera política se concretiza na competição entre as elites. Como dirá: "a democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar

ou recusar aqueles que o governarão. Um dos aspectos dessa definição pode ser expresso se dizemos que a democracia é o governo dos políticos”. (SCHUMPETER, 1984, p.346).

Numa perspectiva de progresso, as transformações e avanços eram percebidos pelo processo de transformação e circularização das elites, que se traçava um movimento que denota o distanciamento com a massa popular. Deste modo, com os preceitos da teoria clássica sobre elites, a efetivação da democracia é vinculada a própria manutenção destes, nos âmbitos de poder.

Ao rever a história das elites dos Estados Unidos Pós-Segunda Guerra Mundial, Wright Mill (1981) destaca as características e ordenamentos das elites frente às posições ocupadas na ordem política. Observou-se que a elite detentora do poder não era constituída meramente pelas chamadas “classes dominantes”, mas, sobretudo era composta pela tríade entre os homens da política (poder político), da economia (poder econômico) e de militares (poder militar).

Este arranjo resulta de ações institucionais que predispõem de caracteres estruturais próprios das posições de poder. Conquanto, encontra-se por um lado a existência da homogeneidade frente à origem das camadas superiores. Neste pleito, são reconhecidos por ocuparem posições estratégicas de poder, submetidos a uma constante pressão, haja vista, a multiplicidade de interesses em questão.

Em contraponto ao pressuposto metodológico tomado por W. Mill, Dahl (1970) questiona o princípio posicional como instrumento analítico. Acusa-se que a identificação das elites dirigentes sob a perspectiva das posições ocupadas, pode ser gerida de forma contraditória e enviesada, tendo em conta a justificativa da existência contínua de posições superiores. Para Dahl a elite dirigente não surge como produto de regras institucionais que podem ser captadas por determinada ordem de recrutamento. Entretanto, será a análise de quem possui o poder de decisão, o método que permitirá a identificação dos grupos de elites.

Ao questionar as metodologias de identificação das elites, Codato (2015) destaca a argumentação teórica em torno do método posicional, decisional e reputacional. Logo, são referenciadas pelas posições estratégicas que ocupam nos espaços e centros de poder (WRIGHT MILLS, 1956), ou pela notória capacidade de influência e tomadas de

decisões (ROBERT DAHL, 1961), ou avista disto, pelo poder que exerce considerando a reputação e o prestígio social em voga (FLOYD HUNTER, 1953), respetivamente.

Por outro lado, o campo político manifesta forças que condicionam para a distribuição de poder desigual. O Estado assume o caráter de autoridade e violência, perfazendo as formas de dominações legítimas. Para Max Weber a concepção de política diz respeito a direção do Estado, como a aspiração a participação do poder ou exercer influência sobre a distribuição do poder, seja entre os estados, seja no interior de um Estado, entre os diversos grupos humanos que o Estado abarca. (WEBER, 2015, p.63).

Ao tomar as facetas de dominação em tipos ideais, destaca-se a dominação tradicional que se baseia na devoção no sagrado, na crença herdada, ou seja, no “ontem eterno”; Na forma de dominação carismática, a devoção decorre de virtudes específicas, qualidades e carisma; A dominação racional-legal tem por limiares as regras estatutárias, ou seja, as leis, instituições e burocracias racionalizadas.

Observa-se que no modelo de dominação carismática, a figura da liderança carismática é destacada, uma vez que, o poder lhe é atribuído. Como dirá: “esses políticos de “vocação”, no sentido mais autêntico da palavra, são em toda partes as únicas figuras decisivas nas correntes cruzadas na luta pelo poder”. (WEBER, 2015, p. 65). A posteriori, weber refere-se a figura do político profissional, que se diferencia entre os que “vivem para a política” e os que “vivem da política”. Por este prisma, o político profissional prescreve a busca pelo poder com ênfase nos recursos econômicos e anseia o domínio do poder pelo poder. Neste quesito, destaca-se os aspectos socioeconômicos como categoria analítica em razão da constituição e diferenciação das elites.

Para Bourdieu é no campo mediante a um sistema de forças objetivadas que os agentes se localizam, e são postos a uma luta corrente que gira em torno dos capitais simbólicos, referenciados pelas relações de poder. Como dirá “O habitus tende, portanto, a conformar e a orientar a ação, mas, na medida em que é produto das relações sociais, ele tende a segurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram” (BOURDIEU, 2013). Enquanto grupo minoritário, a elite é ratificada na conservação de seu status, privilégio e distinção, elementos restritos aos grupos dirigentes em relação às demais classes sociais.

A representação se configura como um mecanismo de intermédio de outro, que se alude como porta-voz profissional dotado de capitais mais elevados, em relação ao representado.(BOURDIEU, 2002, P.185). Em vista dito, Bourdieu (2002) aponta que o campo ganha sentido, haja vista, o jogo relacional estabelecido entre as oposições e as distinções, que juntos surgem como pressupostos que ordenam o processo de estruturação social. O campo político além de refletir as disputas pelos capitais simbólicos, também apresenta a concorrência pelo poder. Por diante, apresenta-se a discussão crítica sobre a representação em sua colocação prática e as principais propostas argumentativas.

1.4. Representação política em termos críticos

Ao considerar os preceitos da democracia representativa liberal, cabe evidenciar os desencontros ora existentes em sua colocação prática. As barreiras que limitam o acesso aos espaços de decisões políticas institucionais e o déficit de representatividade constituem os principais questionamentos que incubem a crise do sistema de representação. Por estas vias, podem-se questionar as raízes de tais contradições. À vista disto, denota-se a tal problematização o caráter ainda conservador e elitizado que reiteram as desigualdades como um todo.

A esfera política destaca-se como espaço que é composto pelos membros pertencentes aos grupos sociais mais privilegiados. Na história, a classe política foi formada por *personas* que dispunham dos maiores capitais econômicos, sociais, políticos, intelectuais e culturais, detentor de prestígio, status e alto reconhecimento social. Na prática, a sobrerrepresentação política dos grupos socialmente privilegiados, corrobora para o distanciamento entre representantes e representados.

A problematização que envolve a noção de representatividade política decorre do déficit de identificação com os atores que são designados à função de representar. Quando o princípio da responsividade não é considerado pelos integrantes da classe política, ocasiona-se em ações contraditórias que contribuem para diminuição do grau de confiança das instituições representativas. Neste contexto, o formato de democracia política representativa passa por processos de deturpações, frente ao sentido ora

objetivado. Logo não pode ser estimado como o que se chamou de “espelho” da cidadania. (Unzué, 2012).

Na corrida eleitoral o processo de recrutamento desempenha a função de selecionar de forma estratégica os políticos que ocuparão os espaços de representação. Logo, o recrutamento político se codifica para além de um método de escolha, entretanto, se configura como instrumento de seleção de atores indicados, haja vista, a composição de condutas estratégicas nas esferas políticas. (NORRIS, 2013). Como ressalta Daniel Gaxie (2012) a concorrência política se encontra simbolicamente hierarquizada, de modo que “os agentes privilegiados pelas hierarquias sociais se apossam das posições de poder político e assim reforçam a supremacia social e a autoridade política que a marca”. (CAXIE, 2012, p.166).

Diante de tais considerações, o quadro de sobrerrepresentação política de grupos privilegiados reflete uma composição de elites, que agem de modo a contribuir para a sua manutenção. Por outro lado, corrobora para um distanciamento frente aos representados, que resulta da chamada “imagem invertida da estrutura social”. (CAXIE, 2012, p.166). Isto posto, incita-se que esta sobrerrepresentação é posta numa lógica natural e socialmente legítima. Em vista disto, produz-se por consequência a sub-representação política de grupos marginalizados, que culmina nas barreiras que dificulta o processo de consolidação da democracia.

A compreensão e análise redigida por Iris Young (2006) perpassam pelo entendimento da representação geral, que se inter-relaciona com a representação de grupos que historicamente foram sujeitados às margens do poder. Tal colocação tem como matriz norteadora à aproximação do conceito de representação e participação. Na história estes conceitos foram dispostos de forma análoga, o que contribui para o enfraquecimento em termos políticos. Entretanto, como ratifica: “nas grandes sociedades de massa a representação e a participação se requerem uma à outra para que haja uma política plenamente democrática.” (YOUNG, 2006).

Ao considerar a representação política a partir do conceito da diferença⁶, Young evidencia a diferenciação existente entre o representante e eleitorado, simplificado no

⁶ Para YOUNG (2006): “conceber a representação sob a ideia de *différance* significa descrever um relacionamento entre os eleitores e o representante, bem como dos eleitores entre si, no qual a temporalidade do passado e o futuro antecipado deixam vestígios nas ações de cada um deles”.

processo de conexão quando há um restabelecimento ou renovação de vínculo. Tal processo se concretiza a partir da autorização e prestação de contas, que fortalece a relação política, maior participação e ação cidadã. De outro modo, destaca-se o processo de desconexão quando, por sua vez, há um rompimento entre as partes e as suas vontades, caracterizando um dos problemas e limites presentes no interior do sistema representativo.

Ao evidenciar que um representante não substitui a identidade coletiva de um determinado grupo representado e muito menos a identidade de seu eleitor, a autora destaca três elementos que reúnem o que se chamou de “aspectos da experiência de vida”, pelos quais os representados podem guiar-se na escolha de um representante. São eles: os interesses⁷, as opiniões⁸ e as Perspectivas⁹, que constituem constructos que poderão ser representados e que são independentes entre si.

O distanciamento entre a vontade do cidadão e o seu representante, deve ser enfrentado pela própria participação nas esferas sociopolíticas. Tal processo reconfigura a representação política, transportando-a para próximo dos anseios da vontade geral e de demandas dos grupos sociais conglomerados, tornando-a mais eficaz. Neste contexto, retrata-se que: a representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante, e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. (YOUNG, 2006).

Desta feita, caracteriza-se a representação como uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante. Vale destacar que a constituição da representação não condiciona a substituição imperfeita da democracia direta e aristocrática, mas reverbera um processo de inter-relação entre a sociedade e o Estado.

⁷ Como aponta YOUNG (2006) “Concebo aqui os interesses como autorreferentes e como algo diverso de ideias, princípios e valores. Estes podem ajudar a definir os fins que uma pessoa estabeleceu para si mesma, enquanto os interesses definem os meios para alcançar esses fins”.

⁸ A autora considera por “‘opinião’ todo juízo ou crença sobre como as coisas são ou devem ser e os critérios políticos que daí se seguem. Uma democracia comunicativa requer a livre expressão e o questionamento de opiniões, bem como uma ampla representação de opiniões em discussões que levem a decisões políticas.” (YOUNG, 2006).

⁹ Já por outro lado, nesta ótica entende-se a perspectiva como “um modo de olhar os processos sociais sem determinar o que se vê (...). A perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente.” (YOUNG, 2006).

Tal circularização eleva as demandas e influências da base social às instituições estatais, logo, alude-se para a necessidade de abranger o teor democrático da representação. Assim, a representação política reitera-se como mecanismo que possibilita a circulação entre o Estado e sociedade, bem como, apresenta as tensões existentes, retrata a organização e vontade da nação (URBINATI, 2006). A relação da sociedade e Estado é caracterizada pelos anseios e conflitos existentes entre estas esferas dispostas politicamente.

A representação surge como um instrumento de mediação e circularização, que deve traduzir a vontade geral e o agir sociopolítico do Estado. Todavia, conclui-se que “uma teoria da democracia representativa envolve uma revisão da concepção moderna de soberania popular que conteste o monopólio da vontade da e na prática da liberdade política.” (URBINATI, 2006).

Diante do descompasso entre a teoria e prática, a crítica à representação política liberal diz respeito a sua instituição estritamente em termos eleitorais, que inseri o povo em contraste com a demanda do Estado. Está desconexão ensaia a alusão de crise e incapacidade da representação de tornar presente um povo complexo e plural. (ALMEIDA, 2011, p. 46). Para Urbinati (2006), se faz necessário à inserção de elementos políticos a fim de democratizar a própria democracia e que visa uma *relação contínua* entre a representação e representados. Ao partir desta compreensão, retrata-se que “a representação política ilumina e enfatiza a natureza quérula da democracia” (URBINATI, 2006, p. 213). Ou seja, a representação deve ser tomada como uma instituição democrática em si.

Em seguida, destacou-se que a representação pode ser expressa por sua contribuição dual, que por um lado comporta a tradução do que é social em ações políticas e, por outro lado, propõe a geração de novos grupos e identidades políticas. Os recursos eleitorais fincam como meios de exteriorização da soberania do povo. Numa proposta que considera a representação como uma instituição democrática, prediz-se maior grau de participação, pelo qual se torna possível promover a mediação substancial entre os setores societários e a figura do Estado.

Ao voltar à história conceitual de Representação, Débora Resende de Almeida (2011) classifica a representação “como atividade que permite o social se tornar

político, ou que conecta o mundo do político à política”. Isto posto, a autora extrapola a representação iminentemente ligada aos pleitos estatais e denota o termo como “um processo constantemente aberto de oferecer razões e formular projetos e ideias sobre a sociedade e suas reivindicações”. (ALMEIDA, 2011, p. 170). Neste sentido, averigua-se a disposição da representação vinculada à demanda e ação da sociedade civil.

Numa análise que busca evidenciar os aspectos que especifica *o quem, o que e como se deve representar*, a autora (ibid.) enfatiza que cada contexto exprimiui formas distintas em resposta a estas indagações, uma vez que, as esferas políticas denotam pluralidade, interesses diversos e conflitos, que versam em termos democráticos as estratégias de negociação. O formato de representação que se encontra interligada ao arquétipo eleitoral prescrito por eleição, tem por caractere os mandatos, a autorização e a legitimidade, que se embasa tendo em vista o processo de *accountability* e responsividade. Na versão democrática tem-se por atributos os mecanismos do sufrágio, soberania do povo, inclusão e participação. Nestes limiares, a representação pelos princípios eleitorais, designa *o quem* como o agente autorizado ou o eleito, *o que* como as pessoas e/ou interesses e *como* mediante a forma independente e responsiva. (ALMEIDA, 2011).

De outro modo, ao propor uma redefinição conceitual, a autora destaca que as facetas da representação que se dispõe ordenada pela sociedade civil, organizada por grupos diversos e demandas específicas, e segue referenciada pela justificação social, identificação e legitimação pública. Neste quesito, enfatizou-se a representação e sua legitimidade para além do aspecto de autorização, bojo da representação liberal. Ao descrever os espécimes da representação, a autora organiza a seguinte classificação.

Quadro 1: A pluralidade da representação política contemporânea

Representação	Seleção do representante Quem?	Sentido da representação O que?	Relação com o representado Como? Eleitoral
Eleitoral e Eleitoral Descritiva	Eleito e eleito com base na experiência e conhecimento social similar.	Interesses de pessoas e/ou perspectivas de grupos.	Accountability horizontal e vertical e responsividade. Conexão constante ao longo do tempo.
Descritiva (Pesquisas deliberativas, júri	Indivíduos e grupos selecionados aleatoriamente	Discursos/ideias; interesses e perspectivas sociais.	Justificação pública; controle pela mídia; coincidência

de cidadãos e conferências de consenso)	(sorteio) ou proporcionalmente.		substantiva e simbólica; referendos e plebiscitos.
Defesa – Advocacy (networks associativas, grupos e associações comunitárias)	Organizações da sociedade civil, movimentos sociais e indivíduos que são autoautorizados, eleitos ou indicados pela relação de afinidade/identificação/experiência	Discursos; ideias; interesses, perspectivas e grupos/coletividades	Justificação pública; controle pela mídia; hierarquias informais entre grupos e redes; coincidência substantiva e simbólica e mecanismos democráticos de associação, comunicação e interação entre membros.
Derivada – Mecanismos de formulação de políticas públicas entre Estado e sociedade - conselhos de políticas; comitês de bacia, OP.	Conselheiros eleitos, indicados (entre um público restrito)	Discursos; ideias; interesses, perspectivas; temas; experiências; grupos/entidades/coletividades	Coincidência substantiva de interesses, perspectivas, experiências; justificação pública diante dos afetados; controle pela mídia e mecanismos democráticos de associação, comunicação, interação e controle entre membros.

Fonte: Elaboração própria, ALMEIDA (2011).

Diante do quadro apresentado, a conceituação de representação é tomada de maneira relacional e além dos meandros das eleições. Sua redefinição traz para o centro da discussão a dinamicidade e pluralidade como quesitos constituintes da representação. Assim, a participação preconizada diz respeito a sua efetivação em termos plurais.

A indagação de *quem* deve representar, ganha um sentido descritivo, que vislumbra a dimensão de afinidade e identificação relacionada a temas e experienciais diversas e específicas. No conjunto *do que* representar, desloca-se dos espaços eleitorais e ganha sentido na primazia da pluralização de atores e de representação. O *como* se representar, encontra ressonância na publicidade, julgamento e controle público do representante. Diante desta problematização, pretende-se abordar brevemente, o histórico da organização e composição das instituições política-representativas brasileiras.

1.5. Democracia e representação

O sistema político brasileiro adota o preceito federalista, que segue a prerrogativa de descentralização e autonomia. A essência da separação dos poderes ora descrita por Montesquieu corresponde ao caráter moderador de um poder sobre o outro. Ratifica-se que: “para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder limite o poder”. (MONTESQUIEU, 2000). O poder legislativo, executivo e judiciário constituem meios poderosos para assegurar os méritos do governo republicano, tal como, evitar ou eliminar as imperfeições no processo de aperfeiçoamento da organização política. (MADISON, HAMILTON e JAY, 1987).

A estrutura política-administrativa do Brasil pós-independência teve por influência os dispositivos institucionais resultantes das relações estabelecidas de outrora, ainda no período colonial. No contexto marcado pelo vínculo entre a corte portuguesa e os agentes locais, o recrutamento era fácil por parte da Coroa, haja vista, a reverência dos colonos pelos títulos militares, mercês e honrarias que lhes eram prometidos, em troca de serviços.

A proposta atribuída à elevação do Estado brasileiro tinha como plano de fundo a ideia de descentralização do poder, assim, conclamado pelos políticos liberais. Neste sentido, a primeira república foi tomada por instabilidades e incongruências frente às diretrizes propostas pela constituição. Os imperativos dos estados foram restringidos de forma secundária e, por outro lado, relegaram-se as relações locais a *interface* das atribuições do poder. Como ressaltado, o protagonismo dos estados não era autossuficiente. (HOLLANDA, 2008).

As oligarquias locais foram elementos centrais na configuração da simbiose política que perdurou, a despeito de importantes contratemplos, por toda a Primeira República. (HOLLANDA, 2008). Todavia, destaca-se que tal período apresenta a eminência de atores políticos que objetivaram a busca por novas formas de organização, que teriam por finalidade a instituição da representação política baseada nos anseios ora liberal, ora realista, ora positivista respectivamente.

Segundo José Murilo de carvalho (2011), a adoção do federalismo na primeira república foi conclamada antes mesmo da ideia de democracia, como foi descrito no

Manifesto de 1870¹⁰. O federalismo tornou-se a bandeira política erguida pelos reformadores, sendo instituída formalmente com a promulgação da Constituição de 1891¹¹.

No decorrer da República Velha, com a extinção do voto censitário, novas relações foram estabelecidas no rol da política nacional. A composição da representação foi coadunada através da prática do coronelismo, advento que demarcou os pleitos eleitorais, na *interface* da política local designando os limiares da política nacional.

Os coronéis se destacavam como fortes influentes políticos, que por meio do voto de cabresto, contribuíram para as formações dos quadros eleitorais. Com a revolução de 1930, o Estado se reafirma em contraponto às forças oligárquicas sobreviventes. Com a instituição do Estado Novo, o Congresso Nacional é fechado, sob a justificativa de se tornar em empecilho para o governo. Em 1946 retoma-se o regime democrático e de direito.

Já o modelo de representação adotado pela ditadura civil-militar que se inicia em 1964 continha-se de contradições frente à eleição do representante pelo representado. O regime ditatorial incumbiu a representação como mecanismo de possível aglutinação de poderes, que foram reordenados pelos grandes acertos políticos. Neste contexto, se encontrava diretamente ligado aos interesses dos grupos das elites conservadoras do país.

A formação das coalizões políticas se deu mediante a distribuição de cargos estratégicos e nomeações de parlamentares condizentes ao arranjo político disposto. No Congresso Nacional, as eleições para a Câmara Federal, as Assembleias Estaduais e prefeitos locais continuaram sendo eleito pelo exercício do voto direto, exceto às capitais dos Estados. No Senado a eleição direta foi restringida a 2/3, em 1977. Assim, 1/3 foi delegado diretamente pelos militares, nomeação que ficou conhecida como o “as eleições biônicas”, e visava garantir a governabilidade política, em detrimento aos interesses em voga. Entretanto, como afirma Adriano Codato (2005), tal canário

¹⁰ Publicado em 03 de dezembro de 1870 pelo jornal *A República*. O manifesto expunha o anseio pelo fim da monarquia e defesa da instituição da república e seus princípios.

¹¹ A constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Segunda Constituição do país e primeira do período republicano. Adota os preceitos federalistas, maior autonomia aos municípios e descentralização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dentre outros princípios.

evidencia a centralidade de poder contido pela presidência da república. Apenas em 1986 o Senado retoma as eleições diretas.

O caminho então percorrido pela disposição da representação segue em conformidade com a trajetória histórico-política do país, em eminência das leis e regras que são resultantes do arcabouço político institucional. Desta feita, o poder legislativo, executivo e judiciário é concedido como poderes distintos, independentes entre si, referenciados pela lógica dos freios e contrapesos. Ao considerar os princípios federalistas, denota-se a união indissolúvel dos estados, municípios e o Distrito Federal, que se configura a partir de fundamentos e funções substanciais para o ordenamento sociopolítico.

Com a redemocratização do país, seguida da promulgação da Constituição de 1988, as instituições política-representativas brasileiras adquirem novas dinâmicas de funcionamento. Dentre estes, destaca-se o fortalecimento da democracia representativa, a separação dos poderes, o bicameralismo do poder legislativo, o pluripartidarismo e demais caracteres. Nesta acepção, a união, estados e municípios adquirem atribuições próprias com respaldo diante a lei. Além disto, a função de legislar, fiscalizar e representar é ratificada dentre os limiões do *modus operandi* institucional.

Em contrapartida a visão negativa do arranjo institucional, os autores Angelina Figueiredo & Fernando Limongi (2001) consideram que as diretrizes institucionais dantes adotadas, tomam outras prerrogativas que foram coadunadas pela nova Constituição Federal. Dentre as mudanças observadas, destaca-se por um lado a ampliação dos poderes legislativos do presidente, que dispõe de maior presteza para com as propostas emitidas pelo executivo.

E por outro lado, nota-se que as atividades legislativas são centralizadas nos partidos políticos. Desta forma, os recursos legislativos são remetidos para os líderes partidários. Como dirá: “o papel desempenhado pelos líderes é justamente representar os interesses do partido junto ao Executivo e os do Executivo junto ao partido”. (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001, p.35).

Neste sentido, a relação entre o poder executivo e Legislativo brasileiro possui características próprias de ordenamento. Diante desta perspectiva, o executivo dispõe de poder tanto para propor iniciativa legislativa, quanto para acelerar a apreciação das

matérias. Entretanto, é o executivo que possui o monopólio dos recursos ora ambicionados pelos parlamentares.

As chances de conflitos podem ser medidas de acordo com “a distribuição de cadeiras no interior do legislativo pelos diferentes partidos”. (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001, p. 89). Os recursos e os direitos parlamentares são concedidos de maneiras distintas e estratégicas. Isto posto, retrata-se a centralização das atividades legislativas adjacente à dinâmica dos partidos e líderes partidários, que apresentam um nível satisfatório de disciplina partidária. Este quadro institucional, por sua vez, possibilitou ao poder legislativo um grau maior de iniciativas de fiscalização.

Neste quesito, o poder legislativo se configura como instituição igualitária e majoritária (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2001, p. 91). O voto de cada parlamentar possui peso igual diante do plenário. Limongi (2006) evidencia que a forma de governo tomada é o presidencialismo e, por sua vez, os governos valem-se das formações e coalizões, que têm por finalidade auferir o apoio necessário para a defesa das iniciativas propostas. A vista disto recorre-se ao pressuposto que considera o sistema político brasileiro correspondente ao presidencialismo de coalizão.

Por um lado, a Câmara federal configura-se pela composição dos parlamentares eleitos pelo princípio da proporcionalidade, logo representam o povo. De outro, o senado é considerado como a segunda casa legislativa, representa os estados e o Distrito Federal. Como aponta Geralda Miranda (2010) a delegação das lideranças é mais considerável na Câmara do que no Senado, haja vista, a dimensão da representação.

Neste quadro, cabe ao Senado uma atuação mais próxima da fiscalização e controle do executivo, em outras vias, interliga diretamente as pautas do poder legislativo com as ações do poder executivo. Os senadores diferentes dos deputados federais são eleitos tendo em vista o princípio majoritário, que por meio de regras específicas, resulta na eleição de um padrão mais seletivo. O processo de coalizão política esbarra-se nos limites do bicameralismo instituído.

Como sabido, o êxito do sistema bicameral não dependem exclusivamente dos caracteres propriamente do poder legislativo, contudo, recorre à combinação de fatores endógenos e exógenos da engenharia institucional. (ARAÚJO, 2017). Todavia, a relação entre Câmara e Senado, é caracterizada pelo grau de simetria e incongruência.

Neste contexto, segundo Paulo Araújo (2012) a efetivação da simetria depende do grau de incongruência, ou seja, “a disposição da casa em contribuir de forma diversa nas decisões legislativas”. (ARAÚJO, 2012, p.91).

O processo de incongruência do bicameralismo surge como efeitos da composição da representação, em consonância com as regras ora estabelecidas que ordenassem os pleitos eleitorais. Como dirá: “os graus de incongruência se expressam nas divergências entre uma e outra casa, no tocante ao perfil dos parlamentares e à configuração político-partidária”. (ARAÚJO, 2012, p.89).

Ademais, a democracia brasileira possui bases institucionais que a classifica entre as democracias já consolidadas. Como é evidente, após a redemocratização do país, observa-se a crescimento de instrumentos e instituições que preconiza maior participação social, que por sua vez, resgata a noção de democratização (AVRITZER, 2007, 2008). A qualidade da democracia pode ser revista de acordo com a tríade analítica dos procedimentos, dos conteúdos e seus resultados (MOLINO, 2015). Contudo, a inserção de atores plurais nos espaços de poder circunscreve novas dinâmicas de ordenamentos, que produzirão aspectos positivos para a consolidação, qualidade e confiança nas instituições democráticas. Assim é notório, que cada vez mais, a democracia deve-se aproximar dos limiares da participação.

Nas últimas décadas vivenciaram-se algumas mudanças significantes referentes ao aumento da participação social, uma maior abertura da classe política brasileira, mecanismos institucionais e midiáticos que *a priori* visam corroborar com o processo de transparência e fortalecimento da cidadania. Em contrapartida, fica evidente, às problemáticas incumbidas na realidade da democracia estabelecida.

Em consequência de tais contradições, aponta-se o baixo grau de confiança nas instituições políticas representativas. Como destacou José A. Moisés (2008) a insatisfação com a democracia e a desconfiança de suas instituições, indica um descontentamento que denota os direitos de participação e representação – como meios poucos efetivos no embate aos problemas sociopolíticos decorrentes. Tais corolários apontam para os déficits que contrasta entre o distanciamento das nuances da estrutura sociopolítica com as expectativas dos cidadãos. (MOISÉS, 2005, 2008).

Conquanto, questionam-se os entraves que ora distanciam os preceitos democráticos de sua realização plena na *práxis* empírica. Não obstante, a legitimidade da democracia representativa adotada em termos liberais é acentuada, tendo em vista o processo de accountability e responsividade, em atenção para o grau de pluralidade ora existente. Contudo, a seguir apresenta-se a discussão sobre representação correlacionada a composição das elites, uma vez que, são atores emergentes para a compreensão da democracia representativa e suas vicissitudes contemporâneas.

1.6. As elites políticas e representação no Brasil

Na hierarquia social, os grupos de elites são caracterizados por dispor de maiores recursos, do mesmo modo que, reuni predominantemente os capitais econômicos, sociais, culturais, educacionais, dentre outros. No campo político, as elites políticas ocupam-se no devir das tomadas de decisões, que são imprescindíveis para a constituição do Estado-nação. As intuições políticas representativas, coadunam-se como mediadora entre os cidadãos e o Estado. Logo, são detentoras de poderes distintos e fundamentais.

Como aponta a literatura, a trajetória das elites políticas ocidentais se distancia da figura do político notável, nobre, aristocrático, detentor de privilégios e honra. Por conseguinte, o perfil do político tradicional- refere-se aos representantes que eram reconhecidos pela expertise técnica e status, grupo seleto que apresenta o perfil profissional inclinado para as atividades liberais. Por recente acepção, nas democracias consolidadas à representação política caracteriza pela crescente recorrência do político profissional.

A composição dos quadros de representação política brasileira é designada pela circularização das elites ao longo do tempo. A caracterização da classe política encontra-se vinculada aos fatores constitutivos da própria estrutura social. Esta vinculação, por sua vez, é percebida a partir da hierarquia de classes dispostas socialmente.

Destaca-se, que a classe política tem por vicissitudes, as transformações históricas quanto ao padrão de representação. Em alusão a tese de convergência (COTTA & BEST, 2000), a representação política adota caracteres afins, ou seja,

reivindica-se a eleição de perfis sociais mais homogêneos. Nesta configuração, há de se destacar a incidência do perfil padrão de homens, brancos, advindos de classes médias e altas.

Conquanto, a transformação da elite brasileira não corresponde ao trajeto das elites estrangeiras, ao passo que assume caracteres particulares, em conjuntos com os adventos específicos resultantes dos períodos históricos. Segundo Codato, Costa e Massimo (2017) a classe das elites políticas no país é marcado pelo processo de profissionalização e desprofissionalização. Todavia, o quadro de transformações conforma-se com o fato de mudança nos atributos do profissionalismo político (*idem*, p.126).

Com a promulgação da constituição de 1988 que tem por prescrição as regras democráticas, ora, mais inclusivas, é possível identificar a eleição de representantes que apresentam perfis mais diversos. Para compreender tais alterações, foram lançadas teses explicativas, pelo espectro metodológico da sociologia política e ciência política.

Dantes, o campo político era restrito às elites governantes pertencentes às classes superiores. Contudo, Rodrigues (2006) evidencia que houve uma diminuição da eleição de representantes políticos advindos das altas classes sociais. A eleição de 2002 revela o crescimento dos partidos de esquerda e a ascensão de novos membros a classe política. Desta maneira este evento reordenou a distribuição das posições políticas no legislativo federal (RODRIGUES, 2006).

Tal abertura política possibilitou a inserção de novos membros com origem social diversa, entretanto, oriundos de classes médias e populares. As mudanças até então observadas, posteriormente, foi postulada por Rodrigues de popularização da classe política no Brasil. Por outro lado, autores como Mucinhato (2014), e Simoni Júnior, Mucinhato E Mingardi (2016), reiteram que as configurações recentes do quadro da representação política brasileira, tende a um processo de diversificação, que se exterioriza como fase anterior à premissa da popularização.

Ademais, as pequenas mudanças evidentes na composição das instituições políticas representativas, Marengo dos Santos referiu-as à inserção de outsiders, com destaque da insurgência dos chamados políticos profissionais. Estes novos perfis possuem carreiras profissionais já formadas, que por sua vez, independe das atividades

políticas. Defende-se que as eleições de novos atores, configura o processo interno de renovação e interação das elites, que decorre do que se chamou de “recrutamento mais embaralhado” (SANTOS, 1997, p. 10). Deste modo, denota-se a pequena incidência da profissionalização política.

Por outro lado, segundo Codato e Costa (2012), as mudanças observadas na composição da classe política não ratifica a tese de popularização, ora defendida por Rodrigues (2006). Neste sentido, os novos quadros de representação evidenciam a inserção de atores políticos que denotam os caracteres correspondentes à “especialização profissional” (CODATO E COSTA, 2012, p.11). Por esta perspectiva, os rearranjos políticos seguem as regras que orientam o campo político e sua autonomia, e sobretudo, condiz com a lógica disposta socialmente.

Perissinotto & Bolognesi (2010) ao analisar as eleições para a Câmara Federal entre 1998 a 2006, apontou que a composição parlamentar resultou da influência dos status das profissões ocupadas, do exercício da política enquanto profissão. As variáveis societais ou demográficas tende a influenciar no sucesso eleitoral em despeito as particularidades dos espectros políticos. Assim, como na lógica de competição prescrita por Dahl referente à poliarquia, as regras eleitorais das novas democracias pressupõem um acirramento político que contribui para a eleição dos considerados mais preparados (profissionalizados).

Ao analisar os perfis dos candidatos e eleitos, tendo em vista as eleições de 2006, Perissinotto & Miríade (2009) dirá que “profissionalizar-se é um imperativo que se coloca a todos os partidos como o resultado lógico da dinâmica eleitoral institucionalizada” (PERISSINOTTO & MIRÍADE, 2009, p.320). Não obstante, as transformações expressas apontam para a inserção de representantes pertencentes novos grupos, dispendo de características distintas do político tradicional.

Todavia, o quadro de representação revela ainda o distanciamento do perfil destes para com o perfil sociopopulacional dos representados. À vista disto, em conformidade com o que apresenta a literatura, ratifica-se que a imagem da classe política brasileira encontra-se alinhada à contínua presença das elites, que se mantém pela renovação e circulação destas nos centros de poder e nas decisões políticas. Como

destaca Bourdieu (2013) o capital político é centrado em grupos minoritários, que se guiam pela lógica da conquista e manutenção de poder.

No Brasil, além da preponderância dos grupos de elites, a colonização, a escravidão e as desigualdades de classes, continuam a demarcar a participação nos espaços políticos de decisão. O acesso ao sistema de representação mediante ao recrutamento é baseado num jogo de caracteres políticos, materiais e simbólicos que se encontram inter-relacionado.

A posição da burguesia brasileira corresponde ao perfil social de uma parcela minoritária da escala social, que no sistema político de representação se coaduna pela circularização das elites locais. Tais posições são expressas pela sobre-representação políticas de grupos ora privilegiados que resultam na sub-representação e na reprodução das desigualdades inerente da própria estratificação das classes sociais. Dentre a discursão dos termos teóricos que delineiam as arcabouço institucional do Estado democrático, objetiva-se observar como o estado baiano estrutura a composição dos grupos de representação, com ênfase na correlação entre aquele que governa e dos que são governados.

CAPÍTULO 02: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BAHIA: BASES HISTÓRICAS DA DUALIDADE

Na história política do Brasil a Bahia continuamente ocupou um lugar de destaque na cena nacional. Integra uma das 27 unidades federativas da República Federativa, e se destaca por sua diversidade cultural pela qual angariou uma série de êncômios nacionais e internacionais. Ao dispor de uma grande extensão territorial, o estado congrega as múltiplas identidades. Situada na região do Nordeste, consiste no quarto colégio eleitoral do país e caracteriza-se por constituir e atuar nos principais arranjos políticos.

Deste modo, o capítulo que segue busca compreender a formação sociopolítica do estado baiano, sua iminência na política nacional e local, especificamente, elucida-se a construção da dualidade que se expressa na política do estado. A primeira sessão faz menção às principais características demográficas, populacionais, econômicas e sociais, de acordo com os dados do censo de 1990, 2000 e 2010, período referente ao recorte temporal que contextualiza o objetivo geral desta pesquisa.

Em seguida aborda-se a percepção sociológica da constituição do estado, a organização entre os grupos e as classes sociais. Por demais, retoma-se uma breve discursão da representação política do estado no contexto federal, com ênfase para a ordenação política, durante a ditadura civil-militar. A quarta e a quinta sessão versam a formação dos polos políticos que incumbi à organização da representação do estado nas últimas décadas, a saber, o contraste entre a influência do carlismo e lulismo, o surgimento, principais figuras, conquistas e derrotas, e demais efeitos.

2.1. A configuração sócio territorial do estado (1991-2010)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2018 o estado da Bahia possui área de 564.722,611 km², uma grande extensão territorial. De acordo com Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013) a população do estado cresceu uma taxa média anual de 1,08% de 1991 a 2000 e de 0,70% de 2000 a 2010. Neste contexto, observa-se também o índice superior da população feminina, o crescimento da população urbana em detrimento da população rural e a emancipação de dois municípios. Vejamos o quadro a seguir.

Quadro 2: Perfil sociopopulacional da Bahia, 1991-2010

Anos	1991	2000	2010
População Residente Total	11.867.991 hab.	13.070.250 hab.	14.016.906 hab.
População Residente Masculina	5.857.907 (49,36%)	6.462.033 (49,44%)	6.878.266 (49,07%)
População Residente Feminina	6.010.084 (50,64%)	6.608.217 (50,56%)	7.138.640 (50,93%)
Densidade Demográfica	21,01 hab./km ²	23,16 hab./km ²	24,82 hab./km ²
População Urbana	7.016.770 (59,12%)	8.772.348 (67,12%)	10.102.476 (72,07%)
População Rural	4.851.221 (40,88%)	4.297.902 (32,88%)	3.914.430 (27,93%)
Número de Municípios	415	415	417
IDH	0,386	0,512	0,660
Expectativa de Anos de Estudos ¹²	5,75 anos	7,28 anos	8,63 anos
Renda Per Capita	R\$ 234,57	R\$ 322,04	R\$ 496,73
Índice De Gini	0,67	0,66	0,62

Organizado pela autora. Fonte: IBGE (Censo 1991, 2000 e 2010).

Ao que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o estado se encontra na 22ª posição em relação às demais unidades federativas, portanto, um índice médio. Verificou-se a taxa de 0,386 em 1991, para 0,512 em 2000 e 0,660 em 2010, reitera-se que há uma taxa de crescimento de 70,98%, enquanto a taxa no âmbito nacional é de 47%. Ao relacionar o indicador de expectativa de anos de estudos, verifica-se que há um crescimento, no entanto, este índice se encontra abaixo do dado nacional que varia de 8,16 anos em 1991 para 9,54 anos em 2010.

Em termos econômicos, obteve-se a renda per capita de R\$ 234,57 em 1991, para R\$ 322,04 em 2000 e R\$ 496,73 em 2010, apesar do crescimento, o rendimento apresentado se encontra abaixo do valor nacional de R\$ 793,87. Por outro lado, fica evidente a diminuição do índice de Gini¹³, que chega a 0,620, próximo ao índice

¹² Este indicador faz referência à idade escolar, que segundo o IPEA “indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos”.

¹³ Segundo o IPEA (2020) O Índice de Gini pode ser definido como “um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais

nacional de 0,600. Todavia, cabe ressaltar, que ao considerar a realidade a partir do extremo entre os que possuem a riqueza e a pobreza, o estado apresenta um alto nível de concentração e desigualdade de renda.

As análises recentes apontam que o estado baiano apresenta por um lado o aumento do nível de dinamismo econômico, e por outro, reflete uma alta taxa de desigualdade social, haja vista, as discrepâncias entrelaçadas à pobreza de determinadas regiões, principalmente da área rural. (CERQUEIRA et.al. 2016). Para Pessoti e Sampaio (2009) a história da economia baiana é marcada por pouca diversificação e dependência da procura internacional.

Contudo, nas últimas décadas principalmente com a política de incentivo fiscal, a economia local passou por uma expansão do rol de mercadoria, introduziu outros segmentos industriais, com maior abertura às demandas internas e internacionais. À vista disto, para melhor gerência e organicidade, o estado é organizado em 27 territórios¹⁴ de identidades¹⁵. Esta divisão tem por objetivo estabelecer o desenvolvimento social, econômico e cultural das diversas realidades baiana.

2.2. Formação sociopolítica

A Bahia em sua composição populacional foi constituída por fatos sócios históricos, que tem por característica a tríade relacional entre os povos indígenas, africanos e europeus. Foi palco de insignes adventos que esteiam a formação do país. Em vista a chegada das primeiras navegações, se tornou a sede do governo geral, deu início ao processo de colonização, luta pela independência e demais embates político-econômicos protagonizados.

ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que zero representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor um significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar”.

¹⁴ Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) o termo território pode ser conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

¹⁵ No ano de 2003, mediante a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)- Políticas realizadas tendo em vista ao projeto político de desenvolvimento do governo de Lula no Brasil, e Wagner na Bahia.

O retrato do que é Bahia, expressa a diversidade e a multi-pluralidade das identidades socioculturais. Segundo Talles de Azevedo (1981), a Bahia pode ser entendida a partir de seis subáreas, que constituem o que chamará de *largo tabuleiro*, de harmonias e desencontros, de vitórias e desencantos, de passado e presente, de atraso e modernidade, de pobreza e prosperidade, de raças, de crenças, de condições sociais contrastantes (Azevedo, 1981, p. 17-18).

De acordo com Azevedo (1956) a primeira configuração da sociedade brasileira é descrita pela existência dos grupos de *status*, cindido pela distinção étnico-racial, que converge na estratificação figurada no período colonial. Por demais, com a inserção dos caracteres que refletem a estruturação da sociedade em classes, denota-se um particular rearranjo sócio-político coadunado pela junção dos “títulos de *status* com qualidades pessoais”. (AZEVEDO, 1956, p. 32). Por outro lado, alocou-se a nomeação de povo, todos os que não pertenciam aos grupos de *status*.

Conquanto, o autor aponta que a abertura à sociedade de classe apresentada no contexto nacional, não se replicou facilmente na realidade baiana, uma vez que, a classificação que opera são entre ricos e pobres. Tal incidência tem por base o que se chamou de “conservantismo cultural e a reprodução de uma estrutura econômica semicolonial”.

Com o declínio da economia açucareira e agravamento das crises e problemas que concretizaram as discrepâncias sociais, a Bahia torna-se o quadro contrastante dos senhores que detinham o poder e riqueza, e dos servos, pobres, dependentes e miseráveis da burguesia operante. A ordenação vertical instituída formou o imaginário e fincou o pensamento do que é a Bahia, em conjunto do que é ser baiano. A elite baiana goza dos prestígios herdados de sua genealogia familiar. Todavia, a sua formação não se deu de forma linear e harmônica. Houve adventos que propiciaram a sua reprodução e o próprio processo de renovação.

O século XVIII apresenta um embate protagonizado pela elite colonial que dispunha de garantias e prerrogativas cedidas pela coroa portuguesa, e pela nova elite que almejava a independência das intervenções portuguesa, principalmente na economia. Por expressão, cabe evidenciar o apoio da elite insatisfeita à chamada revolta dos alfaiates, que reivindicavam a independência da freguesia baiana, livre-comércio e a libertação da mão de obra escrava.

Ao descrever o contexto da primeira metade do século XX, Azevedo (1956) evidenciou que a estruturação em classes sociais se dará de forma tardia e concomitante aos grupos de *status*. Identificou-se a classe alta (elites), as famílias tradicionais, famílias ricas e as famílias sem tradição- mas que obtém êxito nos negócios, profissões liberais e na política. (AZEVEDO, 1956, p. 35). Assim, o autor acentua que estas posições exteriorizam a distribuição segundo *status* e raça, ou seja, a classe alta, maiormente é constituída por fenótipo branco.

Por outro lado, um pequeno estrato da classe média admite em sua composição as pessoas de cor que ascenderam economicamente. A classe baixa constitui-se em sua maioria por negros (pessoa de cor) desprivilegiados socialmente e desprovidos do capital econômico. Em vias gerais, dirá que o estado segue por conformação prática o “esquema entre brancos-ricos e pretos-pobres”, pelo qual a sistematização por *status* inferiu na organização sociopolítica e econômica local. Por detalhes, retratou-se que:

“Da observação da sociedade da Bahia parece que se pode induzir que o status resulta de uma combinação de fatores como nascimento e tipo físico, que se deixam modificar, até certo ponto, pela fortuna, pela ocupação e pela educação. O status de nascimento e a cor limitam a distancia social que se podem percorrer no processo de mobilidade vertical, quaisquer que sejam os demais elementos condicionantes”. (AZEVEDO, 1956, p.42).

Os marcadores de *status* e raça continuam a delimitar a composição das classes sociais de forma hierárquica. Assim, o conservadorismo surge e passa a situar a elite local no decorrer dos distintos passos históricos, sua mentalidade, dominação e concentração dos principais meios de produção, resultaram no que se chamou no “enigma baiano”¹⁶, ou seja, o baixíssimo crescimento da economia. A elite oligárquica agroexportadora é confrontada pela nova elite que ascendeu economicamente. A sua prática dispunha de um projeto econômico que vislumbrou o desenvolvimento regional da Bahia.

A abertura a organização em classes resultou da influência de um projeto regional protagonizado pelos tecnocratas e o alinhamento do estado aos ideais políticos da esfera nacional, ordenados pelos governos militares. (GUIMARÃES, 1987, p. 9). Por esta circunstâncias, produziu-se um novo arranjo no seio da burguesia baiana. Diante destas transformações, Antônio Sérgio Guimarães (1987) destaca que tanto o capital

¹⁶ Este termo foi nomeado pelo governador do estado Octávio Mangabeira (1946-1950), que inquietou-se pela monotonia do desenvolvimento do estado.

financeiro quanto a burguesia local exibe um caráter nacional. Por segundo, o discurso liberal dá lugar ao discurso popular-desenvolvimentista, que gera uma maior expectativa e valorização dos cargos públicos, dando vez ao que se chamou de tecnoburocracia, ou seja, a liderança política da burguesia no estado.

Por terceiro, evidencia o surgimento de novos grupos de renda igual ou superior à elite tradicional. Neste quesito, o autor revela que houve uma descaracterização da sobreposição entre as classes e os grupos de prestígios, pela qual surge uma nova composição de burguesia, bem como, uma aglutinação da classe média. Por diante, aponta-se o surgimento de um novo proletariado, que por certo se distancia do proletariado descrito por Azevedo que operava sob todos que considerava classe baixa.

Aqui, Guimarães considera o novo operariado baiano como os que vendem a sua força de trabalho, ao mesmo tempo, em que dispõem de maiores estratégias de organização política. Neste sentido, ao analisar a formação de classes e sua representação na cidade de Salvador, Francisco de Oliveira (1987) destaca que o “trabalhador informal”- aquele que pertence à classe do proletariado, não foi situado nem como o detentor dos meios de produção e nem como operário. Assim, o desenvolvimento da industrialização resultou numa fluidez dos conflitos entre as classes, que logo permeou novas inter-relações entre as classes sociais no todo.

Em decorrência, surge como problemática a formação da identidade, que desintegra a identificação enquanto classe, tendo em vista às novas funções assumidas num contexto capitalista de produção, ora vivenciado. Desta forma, reflete-se no plano da representação uma “opacidade das relações entre as classes”, que contrasta num plano empírico, com a estratificação real das classes. (OLIVEIRA, 1987).

Estas novas correlações de classes derivam do quadro econômico que objetivava o projeto desenvolvimento regional. Com o estreitar dos limiares ordenados pelos militares, observa-se que o crescimento do populismo foi reduzido com a elevação de uma pequena oligarquia. De outro modo, será com a instauração do segundo polo petroquímico brasileiro em Camaçari (COPEC) que haverá uma nova mudança na disposição das classes na Bahia, que reconfigura a classe média e o proletariado, e reduz a idealização da burguesia sobre os trabalhadores, resultante do projeto desenvolvimentista. (GUIMARÃES, 1987).

O cenário dos anos 80 aponta para o fortalecimento dos segmentos políticos advindos da classe trabalhadora. Nota-se que a organização e defesa dos trabalhadores ganha espaço na arena político local, o viés preconizado objetivou os ideais socialistas de emancipação da classe trabalhadora. Para tanto, os partidos de esquerda, e especificamente o Partido dos Trabalhadores, incidiu no campo político como novos agentes de representação dos desprivilegiados.

Contudo, entre os adjetivos que caracteriza a política baiana, se pode citar numa relação histórica, o caráter escravocrata, aristocrata, coronelista, oligárquico, clientelista e tecnocrática, que por muitas vezes atuou como tecnoburocrática. Estas perspectivas foram tomadas dentre as especificidades dos diversos contextos, bem como, foram acionadas paralelamente, a fim de sedimentar o interesse local, em confluência com o ordenamento político regional e nacional.

2.3. A Representação política no cenário nacional

A representação baiana pendurou-se ao longo da história em confluência no âmbito nacional. No século XIX, como apresenta Nora Oliveira (2016), os atores políticos locais foram reconhecidos e honrados com títulos concedidos pelos governos da época imperial. Assim, no que diz respeito à organização das elites políticas, a Bahia suscitou um lugar de destaque, visto a proeminência nas lutas pela independência, em consonância com a própria formação do Estado Nacional.

Para Dilton Araújo (2009), a centralização [centralização das magistraturas] tinha o objetivo evitar que os grupos marginais da política brasileira e baiana tivessem alguma interferência na vida política provincial e, quiçá, nacional. Como aponta as análises realizadas por Consuelo Sampaio (1992), a composição do poder legislativo do estado durante a segunda república foi formada pela elite local, que apresentava um perfil homogêneo em relação à classe, origem social e política, formação educacional e profissional.

Num outro quadro histórico, a ditadura civil-militar seguiu com grande ímpeto no contexto sociopolítico da Bahia. Como aponta Dantas Neto (2004), “o golpe de 64 reorientou a linha político-administrativa do governo estadual, cassou mandatos, recuperou a influência nacional de Juracy Magalhães e converteu Luís Viana Filho e

Antônio Carlos Magalhães em influentes espectros políticos da ‘Revolução’”. Revela-se que a imposição do regime militar não reverberou como um impedimento ao projeto de desenvolvimento econômico dantes preterido no estado. Contudo, salienta-se o estreitamento político da elite baiana, visou à implementação do que se chamou de “modernização conservadora”.

Neste contexto, observa-se a ascensão dos políticos que representavam a ala mais conservadora, sob o lema de embate ao comunismo e modernização, em confluência como a articulação nacional. Conforme, dirá que as:

Elites liberais (a baiana e a nacional) dispunham, agora, de um governo “udenizado” e reciclado administrativamente para cumprir, em ambiente autoritário, o script da modernização conservadora, da qual o carlismo foi e é filho direto e consolidador principal, ainda que visões politicamente opostas, mas mitologicamente simétricas, teimem em ver nele o demiurgo pessoal, providencial e absoluto da modernidade baiana ou, então, reiteração anacrônica de um arcaico mandonismo coronelista que teria sido, segundo essas versões, imposto, pelos militares, a uma supostamente ingênua elite civil, ciosa do legado doutrinário de Ruy Barbosa. (DANTAS NETO, 2004).

A atuação dos representantes políticos, principalmente aos que pertenciam à ARENA, interligados aos governos militares, objetivava a implantação de políticas que tinham como plano de fundo as diretrizes do liberalismo econômico. Desta forma, a Bahia da década de 70 passou a experimentar novos processos que faziam parte do projeto de modernização do Estado. A aliança com o poder executivo nacional tornou possível a realização de tais objetivos. Para Soráya Silva (1999):

O processo de desenvolvimento econômico no Estado da Bahia é profundamente marcado pelas desigualdades sociais e regionais. Do seu período colonial até 1970, a economia baiana era primário-exportadores. A partir de 1970 ele perde esta característica, passando a ser predominantemente industrial. Foram instaladas no estado indústrias do setor petroquímico, metalúrgico, de celulose e mais recentemente pela indústria automobilística. (SILVA, 1999).

Ao que se refere ao quadro político partidário, o cenário baiano aponta para um índice de alinhamento ao contexto nacional. As relações estabelecidas apontam para um forte apoio dos parlamentares baianos aos governos militares. Segundo José Alves Dias (2007), os extremos da coalizão que elegeu Lomanto Júnior¹⁷ em 1962 como governador na Bahia, revela a forte contribuição “praticamente integral da elite local ao processo conspiratório que instaurou a recente ditadura brasileira”. Com ascendência da

¹⁷ Filiado a ARENA e Ex-governador que antecedeu o mandato de Luís Viana Filho.

ARENA no tocante da representação baiana, por sua vez, constata-se que agiu tendo em vista o fortalecimento do regime militar. A oposição restringiu-se às figuras políticas do MDB e aos grupos de esquerda. Neste contexto, DIAS (2007) assevera que:

O círculo se fechou no congresso com a participação ativa de deputados baianos, entre eles, Antônio Carlos Magalhães que além de haver negociado nos bastidores a candidatura de Castelo Branco foi o principal disseminador da tática sorbonista de criar um clima psicológico tenso que favorecesse a queda de Goulart. Entre maio de 1963 e março de 1964, dos 23 pronunciamentos feitos pelo deputado federal Antônio Carlos Magalhães, 15 se referiam ao presidente João Goulart ou a seus auxiliares próximos com a clara intenção de desgastar a imagem do governante e promover a sua desestabilização política. (DIAS, 2007).

Nesta ocasião, com a sucessão de mais um governo que pertencia à ARENA, observa-se o seu fortalecimento no campo político em relação à atuação do MDB. Para André T. Jacobina (2010), ao analisar as clivagens partidárias da ARENA e MDB na Bahia durante o período de distensão¹⁸, fica evidente a influência política destes, sua composição e atuação. Deste modo, dirá que o MDB baiano pode ser dividido em autênticos-ortodoxos e adesistas-moderados. Em relação à divisão existente no interior do partido, salientou-se que:

No MDB havia o grupo “autêntico” que expunha uma crítica contundente ao regime e ao governo de ACM 1971-1975 e o MDB “adesista” que era contrário a essas críticas, especialmente a ACM (...). Membros do MDB autêntico baiano, de fato fizeram oposição, enquanto o MDB adesista fez acordos com a Arena e em alguns casos, como nas eleições parlamentares de 1974, essa facção impediu que os membros que representavam maior oposição tivessem espaço na mídia. (JACOBINA, 2010).

À vista disto, o MDB assume dificuldades frente ao apoio político do eleitorado. Todavia, com o enfraquecimento do próprio regime, Jacobina (2010) aponta que o MDB autêntico conquista uma maior adesão política e popular, graças à resistência e atuação de grupos civis, principalmente a juventude de maioria estudantes. E, por outro lado, a Arena foi composta pelos grupos de influência Vianista, Carlista, Lomantista e juracisista¹⁹. Assim, o partido da base do governo militar na Bahia apresentava-se com diretrizes políticas definidas e sua organização apoiada no personalismo das grandes

¹⁸ De acordo com o autor, o termo distensão pode ser definido tanto pela diminuição da repressão, quanto pelo estabelecimento de alguns direitos e o que chamou de abrandamento da censura. (JACOBINA, 2010).

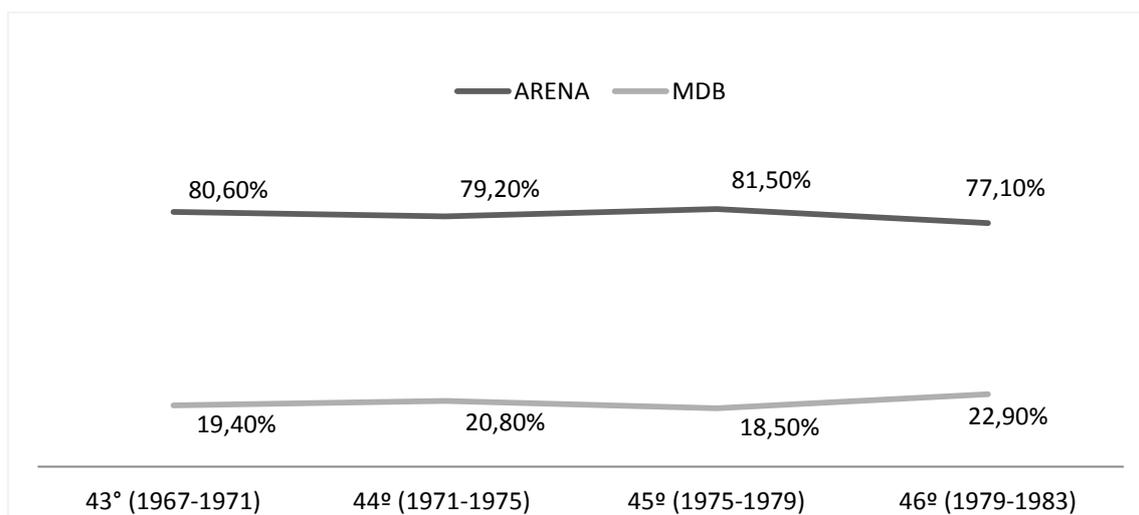
¹⁹ Para melhor detalhamento destes grupos de influência política, ver JACOBINA, André Teixeira. Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2010.

figuras políticas locais. Com isso, contribuiu para a ascensão e preponderância na política baiana.

Na cena política local este movimento favoreceu o fortalecimento de personas políticas, formou por atores pertencentes à grande elite política e, por sua vez, influenciou os demais grupos políticos em diversas regiões e municípios. Por consequência, observa-se a centralização do poder político de acordo com a influência de figuras que no passado constituíram sua força. Tal como, a atuação do político Antônio Carlos Magalhães (ACM) ambicionou a influência de grupos e setores locais, assim como a nível nacional. (Dantas Neto, 2003).

Na composição da bancada baiana na Câmara Federal, o quadro partidário segue a seguinte distribuição:

GRÁFICO 1: Representação partidária da bancada baiana



Dados organizados pela autora.

Contudo, a partir dos dados apresentados nota-se que a representação da bancada baiana na Câmara Federal foi composta em sua maioria percentual pela ARENA, o partido que constituiu a base política do regime militar. Logo, foi responsável pela sustentação do governo ao nível nacional, bem como de forma localizada, ao nível regional. Na legislatura que compreende os anos de 1967 a 1982, a representação da bancada baiana na Câmara dos Deputados foi composta por 80,6% pela Arena, sendo ocupado pelo MDB o percentual de 19,4%. Na legislatura seguinte, o MDB apresenta

um crescimento de 1,4%, porém, a ARENA mantém o maior índice percentual, chegando a 79,2% em detrimento do MDB que apresenta 20,8%.

Durante os anos de 1975 a 1979, que correspondem à legislatura de número 45.º, a ARENA retoma o crescimento, ficando com o índice de 80,5% e o MDB com 18,5%. Vale ressaltar que durante as eleições apresentadas, este constituiu o menor índice de representação apresentado pelo MDB baiano na Câmara Federal. Todavia, foi na última legislatura sob o bipartidarismo que o MDB apresentou o maior índice de representação, apontando 22,9%, cabendo à Arena o percentual de 77,1%. Desta feita, conforme os dados descritos, a ARENA baiana assegura durante o regime militar a sua preponderância no bojo da representação política da Bahia na Câmara baixa.

Tal arranjo político se encontra relacionado à forte organização da Arena no território baiano. De acordo com Rafael Machado Madeira (2002), a ARENA baiana foi constituída principalmente pelos políticos que advieram da antiga União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Republicano (PR). Estes atores políticos já dispunham de forte influência devido à trajetória percorrida tanto na política estadual, quanto devido à atuação ao nível nacional.

Por diante, o autor traz por questão o grau de coesão partidária exercida pela ARENA baiana, o que contribuiu para a estabilidade política na cena federal. Os resultados obtidos pela ARENA, por sua vez, foram decorrentes da atuação e influência dos atores políticos que já estavam inseridos no quadro político-partidário anterior, sobretudo os que já possuíam longas trajetórias com forte influência política. Como dirá:

Verificou-se que a ARENA baiana, além de possuir bancadas federais formadas basicamente por parlamentares experientes, com trajetórias prévias relativamente longas e com vinculações diretas aos partidos políticos existentes na fase multipartidária anterior ao período analisado, possui uma dinâmica pelo predomínio de suas principais lideranças. Esta análise identificou a presença de cinco lideranças de primeiro plano, encabeçando as principais alas do partido no Estado [Antônio Carlos Magalhães, Roberto Santos, Lomanto Júnior, Luís Viana Filho/Neto e Juraci/Jutaí Magalhães]. (MADEIRA, 2002).

Em contrapartida, o MDB baiano era composto pela maioria do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrata (PSD), apontavam posições que por momentos foram distintas, em detrimento à relação de oposição ao regime militar. No período da ditadura civil-militar ocorrida no Brasil pós-64, a

representação baiana na Câmara Federal seguiu um perfil sociopolítico em consonância primeiro com o perfil nacional, e segundo tal perfil estivera em congruência com o recrutamento das elites políticas e econômicas locais. Este pressuposto fica evidente, uma vez que, as principais características deste perfil implicam no alto nível de escolaridade, ocupação profissional com mais disposição à inserção da vida pública e, mormente ao que se refere à prevalência de políticos que já despia de trajetória política e nomes consolidados como aponta a política personalista ora existente.

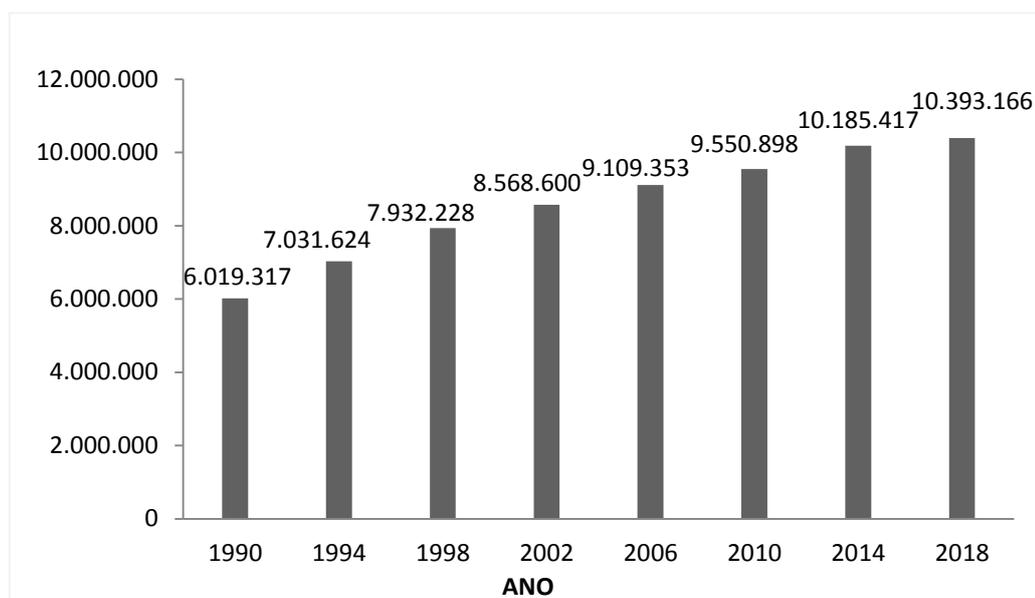
Continua notório que o quadro político retratado diferencia capazmente do quadro da realidade social da Bahia a época. De acordo com dados do IBGE, o estado baiano tinha por tendência uma grande extensão rural, demograficamente composta por um índice maior de mulheres e alto nível de analfabetismo. Este panorama entre os índices sociais e os caracteres evidenciados no perfil da representação baiana aponta para um distanciamento entre os perfis dos representantes e dos representados, quanto ao que os teóricos elitistas aludem como constituição de elites dirigentes ou governantes.

Diante de uma série de fatores que condicionaram a organização da política baiana durante a ditadura militar, averiguou-se que a política institucional e a representação política do estado na Câmara Federal apontam para um posicionamento que contribuiu para a manutenção e governabilidade do regime militar. Por outro lado, salienta-se que a Bahia foi o palco de luta e resistência ao regime político imposto. Entretanto, esta oposição política se deu principalmente pelas vias sociais, com a organização dos movimentos sociais de esquerda.

Contudo, o perfil apresentado da representação baiana não concluiu em si as relações estabelecidas no quadro em questão, mas evidencia características sociais e político-explicativas do perfil dos representantes que atuaram nos espaços políticos de decisões de acordo com a conjuntura vivenciada pelo país.

Com o código eleitoral de 1965, entrelaçado às narrativas pelos preceitos democráticos, observa-se o crescente aumento do eleitorado baiano, em consonância ao cenário nacional.

GRÁFICO 2: A evolução do eleitorado baiano pós-1988



Dados organizados pela autora. Fonte: TSE, Brasil.

Ao longo das legislaturas posteriores à promulgação da constituição de 1988, a maior participação dos votantes ocasionou no acréscimo de aproximadamente 73% do eleitorado. A partir de então, os quadros políticos de competição e representação baiana, atravessam dois polos de influência política, a saber, a dualidade entre o carlismo e o lulismo.

2.4. Bases estruturais do carlismo

A construção do carlismo teve como plano de fundo o projeto de desenvolvimento regional, reflexo da política de modernização do país. Diante do interesse nacional, a elite local, especificamente a ala tradicional e mais conservadora, inicialmente resistiu à proposta, mas ao certificar a manutenção dos privilégios, angariou apoio ao projeto político-econômico.

O carlismo surge no contexto marcado pelos ímpetus da modernização, influiu no bojo da instauração do governo militar e das alianças políticas que forjaram os interesses dos grupos políticos em ascensão. (Pereira, 2017). Neste panorama, os atores protagonistas eram advindos do rol das elites tradicionais, da nova elite que dispunha de grande capital econômico e político, e da elite militar, que em conjunto visavam o “alcance da revolução” do país. Este quadro político assemelha-se à tríade formada pela elite poder, ora observada por Wright Mill (1981).

Constata-se que a composição da bancada baiana reproduziu ao longo da história a sobrerrepresentação de determinados perfis, em sua maioria de homens, brancos, com alto capital educacional, e por diante, pertencentes aos diversos grupos das elites locais. No período ditatorial, o povo teve a sua participação política restringida a ala de defesa ou na ala de oposição a agenda dos governos instituídos.

É neste cenário, que a *persona* de Antônio Carlos Magalhães (ACM) integra-se ao quadro da representação política institucional do estado, baseou a sua atuação a frente dos principais blocos de decisão política do Brasil e no embate que se chamou de “enigma baiano”. Antes de dar início a sua carreira política, ACM advindo da classe média baiana, já tecia a sua feição à política e tinha por ligação o seu pai que foi deputado constituinte de 1934 a 1937.

Na passagem pelo Ginásio da Bahia, disputou e venceu o pleito eleitoral para o centro acadêmico estudantil, durante as férias escolares acompanharam de perto todas as sessões da constituinte de 1946. Apesar de diplomar-se em medicina, deu início a sua atuação profissional como jornalista. Destinou-se de redator de debates da Assembleia Legislativa da Bahia para o primeiro mandato de deputado estadual pela UDN em 1954. (NOTA BIOGRÁFICA, 1995).

Ligado ao Juracismo, em passo acelerado se aproximou dos principais nomes da política nacional, a exemplo, o vínculo estabelecido com Juscelino Kubitschek. Por diante, ACM evidenciava a expertise e apreço pelo poder. Em 30 de agosto de 1961 contrariou a orientação UDN nacional e votou a favor da posse do vice-presidente João Goulart. Deste modo, observa-se a ascensão política do jovem político baiano, a construção de sua liderança e influência. A seguir, evidencia-se sua cronologia e os principais fatos de sua história política.

Quadro 3: Principais momentos da trajetória de ACM

A cronologia de um Líder Carismático	
Ano	Acontecimento
1927	Nascimento
1943	Atuou como colaborador no vespertino Estado da Bahia, um dos órgãos dos Diários Associados.
1952	Formou-se em Medicina
1954	Eleito Deputado Estadual Pela UDN
1955	Líder de sua bancada e presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa

1958	Eleito Deputado Federal (UDN)
1962	Reeleito par o segundo mandato de Deputado Federal (UDN)
1964	Participa das articulações do movimento político-militar de 31 de março, que depôs o presidente João Goulart
1965	Com o bipartidarismo, filia-se a ARENA
1966	Reeleito para o terceiro mandato de Deputado Federal pela ARENA- o segundo candidato mais votado no estado (Não exerceu o mandato)
1967	Foi nomeado Prefeito de Salvador pelo Governador Luís Vianna Filho.
1970	Recebe o diploma de “Prefeito do Século”, conferido pela Câmara Municipal de Salvador, afasta do cargo de prefeito e reassume o mandato de deputado
1971	Indicado Governador do Estado pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici
1972	É derrotado, no Supremo Tribunal Militar, em processo que moveu contra o editor-chefe do Jornal da Bahia, José Carlos Teixeira Gomes, com base na Lei de Segurança Nacional
1975	Transfere o governo a Roberto Santos a contragosto. Ernesto Geisel o nomeia para Presidente da ELETROBRÁS e membro do Conselho de Administração de Itaipu nacional
1978	Eleito para o segundo mandato enquanto governador da Bahia
1979	Começa a circular o Jornal Correio da Bahia, de sua propriedade
1980	Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS
1981	Enfrenta com rigor a greve da Polícia Militar e uma revolta popular provocada pelo aumento da tarifa de ônibus
1982	Apoio a Cleriston Andrade para o governo do estado
1983	Transmite o cargo de Governador do Estado a João Durval, sucessor escolhido por ele. Assume a Cadeira nº 37 da Academia de Letras da Bahia
1984	Surpreende o partido, ao apoiar a candidatura de Tancredo Neves para a presidência em disputa com Paulo Maluf
1985	Foi indicado a Ministro das Comunicações nomeado pelo Presidente José Sarney
1986	Com outros dissidentes do PDS, funda e filia-se o PFL. O candidato Carlista ao governo do estado Josaphat Marinho é derrotado por Waldir Pires (PMDB) numa derrota histórica de 1,5 milhões de votos de diferença
1989	Sofre um infarto
1990	Eleito para o terceiro mandato a Governador do Estado e derrota Roberto Santos, candidato situacionista
1992	Manifesta, no Palácio do Planalto, junto com outros governadores, solidariedade ao presidente Fernando Collor. No mesmo ano, retira o apoio ao presidente
1993	É acusado de receber irregularmente contribuições da construtora Noberto Odebrecht
1994	Eleito Senador (PFL)
1995	Envolve-se na crise gerada pela intervenção do Banco Central no Banco Econômico
1997/1999	Eleito Presidente do Senado
1998	Tem um dos maiores duros golpes de sua vida com a morte do filho Luís Eduardo Magalhães. Assume interinamente de 15 a 22 de maio, a presidência da república. Na ocasião, aprova o empréstimo de 198 milhões de dólares para investimento no Nordeste
1998	Entre 16 a 24 de maio assumiu a Presidência da República
1999/2001	Reeleito para o segundo mandato Presidente do Senado
2001	Após o escândalo da violação do painel do Senado, renuncia ao cargo de Senador
2002	Reeleito Senador com a maior votação para o cargo na história da Bahia a época
2003	Oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva
2006	Carlistas perdem o governo do estado para Jaques Wagner após 16 anos no poder
2007	Falecimento

Fonte: Jornal A Tarde.

A trajetória de ACM aponta a sua destreza em circular entre o quadro democrático e os governos militares. Com o bipartidarismo imposto pelo Ato Institucional de número 2 (AI2), filiou-se ÀRENA, partido de sustentação do governo durante a Ditadura Civil-Militar. O seu percurso foi marcado por assertivas sucessões na cena federal, como se evidenciará:

“No governo de Emílio Médici, farejou o general Ernesto Geisel. No Geisel, sentiu cheiro de cavalo, ou pior, do general João Figueiredo. No Figueiredo, enquanto fazia campanha do coronel Mário Andreazza, intuiu que ia dar Tancredo Neves. Era ministro de comunicações de José Sarney quando começou a falar bem de Fernando de Collor, o alagoano amalucado que ameaçava botar o presidente da República em cana. Segurou a alça do mandato de Collor até o impeachment, sabendo-o perdido e, pior ainda, culpado. Na oposição a Itamar Franco, entendia-se com o ministro da Fazenda, o Sucessor Fernando Henrique Cardoso”. (SÁ CORRÊA, 1995, P. 16).

Conquanto, foi à frente da prefeitura da capital baiana que alcançou o domínio da política no estado. Dirá Dantas Neto (2003):

“A Prefeitura de Salvador (1967-1970) serviu de vitrine administrativa e trampolim político e o esforço prosseguiu durante o primeiro mandato de governador de (1971-1975), quando, ao tempo em que mantinha a sociedade civil baiana sob forte constrição autoritária, investia contra bases político-eleitorais de grupos conservadores rivais, no intuito, em parte consumado, de neutralizá-los, ou pulverizá-los”. (DANTAS NETO, 2003).

Deste modo, a literatura aponta que a composição dos governos carlistas baseou-se na escolha de profissionais que detinham capacidade técnica, estabelecendo um modelo de gestão tecnocrata. A partir de então, provocou uma abertura local à “profissionalização da burocracia estatal”, seguindo a lógica adotada pelo governo nacional. De outro modo, este formato foi coadunado pelas práticas do clientelismo, dinâmica que rearranjava os interesses diversos, que contribuíram para o crescimento e domínio do carlismo. (DANTAS NETO, 2006).

Assim, resultou-se na figuração de um líder político, símbolo do anticomunismo, da administração para o desenvolvimento e da modernização. Por outro espectro, esta imagem também refletia os traços do coronelismo, mandonismo, clientelismo, bem como, um grande articulador dos interesses da elite conservadora.

Como indica Dantas Neto (2006) à face do carlismo ancorada na figura ACM, exterioriza a junção dos elementos consagrados à tradição aos elementos representados no ideal preconizado pela modernização proposta. A autocracia que designa a gerência do poder centralizador e vertical, ao redor de sua figura reuniu o maior número de

parlamentares, tendo por caractere a cumplicidade e lealdade. E o carisma pelo qual revestia a sua influência. Nos discursos, ACM destacou com tom regionalista, a valorização do estado baiano e o enaltecimento da baianidade. Destaca-se que:

“O fato que o ator cumpriu, criativamente, a sua missão, por vezes desafiando o script, um elemento volitivo sem o qual aquele não teria passado de um plano. Este elemento é a busca do poder pessoal, instigada pelo despotismo inerente ao ator, face política de um carisma que também se compunha, noutra parte, do “estilo” de arrojado empreendedor”. (DANTAS NETO, 2006, p.474).

Por estas vias, o carlismo é descrito como “um termo utilizado para designar o grupo político formado, no estado da Bahia, no início da década dos 70, em torno da forte liderança de Antônio Carlos Magalhães (ACM)”. (PEREIRA, 2017). Designa-se como:

“primeiro como um grupo seguidor de um chefe autocrático, depois como uma elite regional condutora da modernização da Bahia, com liderança forte, vertical, embora não mais apenas pessoal, mas sempre em convergência com a modernização conservadora brasileira e adotando práticas de gestão institucional e de intermediação de interesses”. (PEREIRA, 2017, p. 6).

Como aponta Carla G. Pereira (2017), “a natureza do domínio da elite política carlista difere da dominação tradicional oligárquica, pois esteve desde sempre vinculado a uma perspectiva modernizante do tipo consagrado na literatura como ‘modernização conservadora’”. Esta expressão diz respeito ao *modus operandi* prescreve um formato verticalizado de intervenção, que objetivou os proventos resultantes das transformações que modifica a aparência e mantém a estruturação das posições sociais e divisão de poder. Assim, o carlismo para além de compor um bloco de influência política, significa “um modo de fazer política que envolve uma combinação de discurso e prática modernizantes com discurso e prática conservadores”. (PEREIRA, 2017).

Nota-se que o carlismo deve ser entendido num conjunto de inter-relações, protagonizadas por um ator, que parte do âmbito estadual e logo incidiu como um fenómeno no rearranjo da política nacional. Ao considerar tal contexto e dentre as diversas interpretações, o carlismo segundo Dantas Neto é definido como:

“O carlismo é uma política baiano-nacional nascida de aspirações modernizantes de uma elite regional, nos marcos da chamada revolução passiva brasileira e na perspectiva de um autoritarismo instrumental. Adota, como diretriz, simultânea atuação na política institucional, na estrutura da administração pública e na interface destas com o mercado e, como estratégia, a sustentação regional da ordem social competitiva, ligando-se, pragmaticamente, ao campo político liberal”. (DANTAS NETO, 2003, p. 213)

A ascensão e crescimento do carlismo se dar no bojo dos governos militares, todavia, será após a redemocratização do país que o carlismo alcança o auge na política baiana. Dos efeitos, surge a defesa do espectro político ideológico voltado à direita e das políticas econômicas de cunho liberal. Observa-se o fortalecimento das coalizões partidárias, uma vez que, a governabilidade pode ser obtida mediante as articulações políticas, especificamente via a formação de acordos partidários.

Na Bahia, o carlismo influenciou a política da capital, bem como, a composição da representação dos diversos municípios no interior do estado. Atraiu o apoio da maioria das prefeituras. Como destaca Pereira (2017) “o grupo carlista exercia um comando político vertical e centralizador frente às bancadas e bases municipais. Assim, sua política mostrava grande capacidade de fazer alianças, cooptar e se reconciliar com inimigos potenciais”. Por décadas, a permanência nos quadros políticos dependia estritamente do alinhamento político a ACM. Esta estratégia constituiu a *práxis* da política coalizacional do carlismo (PEREIRA, 2017). Com o domínio do carlismo a política local desencadeou-se em dois polos os carlistas e a oposição consagrada de anti-carlistas.

Para os carlistas, a eleição de Waldir pires ao governo do estado em 1986 foi uma ameaça, símbolo de regressão ao processo de modernização em cerne. Já para os anti-carlistas, a vitória da oposição desencadearia uma abertura política à entrada de novos atores no embate ao monopólio do carlismo. Não obstante, em 1990 ACM retoma o governo, ratifica a sua influência, apontando um alinhamento político do carlismo no estado, o que garante a eleição de aliados nos quadros de representações na maioria dos municípios.

Enquanto ministro das comunicações, ACM empreitou uma série de concessões de radiodifusão que reorientou politicamente o campo midiático. Por desfecho salienta-se que os detentores dos principais meios de comunicações foram vinculados a determinados grupos (famílias) políticos, complacentes da beneficência de ACM. Como destaca Almeida e Almeida (2004):

“Na maioria dos estados do Nordeste, uma grande quantidade de políticos adquiriu empresas de comunicação, com o objetivo de transformá-los em instrumentos de competição política. Deste modo, e embora a política e a competição eleitoral tenham assumido uma forma midiática, a velha oligarquia baiana, herdeira dos coronéis, não se desmanchou no ar; ao contrário, ela se redefiniu sob uma ‘máscara midiática’”. (ALMEIDA E ALMEIDA, 2004, p. 113).

Neste sentido, cabe ressaltar que a conformação do carlismo contou com o poderio sobre a mídia eletrônica, uma vez que, dispôs dos principais meios de comunicação de grande audiência no estado, que operou na defesa e difusão da administração para o desenvolvimento. Por outro lado, se difere de outros agrupamentos políticos, pois são expressa como uma oligarquia baiana que detêm os meios de telecomunicação, como estratégia de legitimação e manutenção no campo político. (ALMEIDA E ALMEIDA, 2004).

O domínio do carlismo alcança maior visibilidade com a atuação de ACM no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em conjunto com a liderança do Filho Luís Eduardo Magalhaes, que por vezes foi o porta-voz e articulador do governo executivo nacional. (PEREIRA, 2017). A morte do filho que foi postulado como o principal herdeiro político, significou uma imensurável perda para o projeto de continuidade forjado por ACM, o que provocou um reordenamento deste fenômeno. ACM por sua vez, foi somando ganhos na arena eleitoral, passando a colecionar episódios de escândalos e fatos que resultou o decréscimo do carlismo. Em contraste de conquistas e desgastes, destaca-se:

Quadro 4: Vitórias e Derrotas do Carlismo

Domínio e influência na política baiana	
VITÓRIAS	Sucessões assertivas em cargos no governo federal
	Eleição de sucessores no governo baiano.
	Angariou apoio e influência da maioria dos municípios baianos
	Aumento do poder midiático
DERROTAS	Em 1986 eleição de Waldir Pires e Nilo Coelho em 1989
	Escândalo do painel e a quebra do sigilo da votação da cassação do ex-senador Paulo Otávio
	Rompimento entre carlismo e PMDB
	Defecção de deputados
	A defecção do PTB e a entrega do seu comando estadual a um grupo de ex-carlistas recém-saídos de um estágio no PMDB
	Confronto com o movimento estudantil
	Oposição de A Tarde, principal órgão da imprensa escrita baiana
	Greve radical das polícias estaduais
	Limitação, pela Rede Globo, do uso político da sua repetidora na Bahia, propriedade da família Magalhães
	Perda do controle sobre o TRE e a cúpula judiciária do Estado
Em 2006 perde o governo do estado para o petista Jaques Wagner	

Elaboração própria. Fonte: Dantas Neto (2003);

Por demais, há uma abertura para a atuação de outras figuras políticas que concerne à mediação de conflitos, tendo por vista a manutenção do próprio carlismo. Na

face que integraliza a atuação dos carlistas, ressalta-se atuação de Paulo Souto que por dois mandatos governou o estado, e seu sucessor, o governador César Borges que obteve o apoio de 395 prefeituras no conjunto dos 417 municípios.

Destaca-se Antônio Imbassahy que inicia sua trajetória com o incentivo carlista, segue como deputado estadual, governador interino e por dois mandatos administrou a capital baiana. Todavia, por desavenças no interior do partido, deixa o PFL e migra para o PSDB, o que ocasiona um desfalque para o carlismo. Por este cenário, como declara Dantas Neto (2003) o carlismo vai, aos poucos, ficando do tamanho do PFL. O que dantes angariou um conjunto de partidários no estado, a partir de então se concentra às figuras específicas, a exemplo, José Carlos Aleluia, ACM Neto e outros.

Em vista dos corolários da vitória petista na cena nacional, observam-se novas interações partidárias que vão formando paralelos blocos de influência política, o que elevou determinados partidos em detrimento de outros. Em específico, cabe evidenciar a dissidência gradual do PFL, que adotou como estratégia um processo de reformulação. Dentre as principais alterações, cita-se a troca do nome do partido, renomeado por Democratas (DEM), que seguiu a lógica da construção de uma nova identidade partidária. (PEREIRA, 2014).

Contudo, estas investidas internas não foram suficientes para a manutenção do domínio do partido, principalmente no nordeste, que despontava como um dos maiores redutos eleitoral. Ao analisar as mudanças no comportamento político da Bahia no período em que novas forças políticas, a saber, à esquerda retorna à representação estadual, reitera-se que os antigos grupos de interesse, em questão o estudo sobre o carlismo que despia de forte influência local e no âmbito nacional, ainda mantêm as raízes vivas em setores da sociedade baiana. (Fábio Dantas Neto, 2016).

Após o falecimento de ACM, a imagem de Antônio Carlos Magalhães Neto influi na renovação e continuidade do carlismo na Bahia, todavia sob outras roupagens. Como analisa Pereira (2017), a trajetória de ACM Neto evidencia as “estratégias políticas marcadas por uma sintonia no manejo do seu papel como líder de uma facção da elite estadual tradicional e como líder do partido que representava em âmbito nacional”. Por evidências, ao liderar os Democratas, o partido que figura o antigo PFL e os traços do carlismo, ACM Neto propõe estabelecer a tradição Carlista. Destaca-se que:

“Essa consolidação tem permitido a ACM Neto a construção de uma marca própria de agir politicamente. Um aspecto muito relevante nesse sentido é sua relação com o eleitorado jovem, bem como sua liderança frente à —jovens políticos—. Em termos de comportamento político, ainda que premido pelo fato de estar na oposição ao longo da maior parte de sua carreira, aprendeu a ter um perfil mais conciliador e menos personalista. Entendeu, desde o início de sua trajetória, a importância de construir alianças políticas para galgar êxito em suas metas. Por fim, a construção dessa renovação – que resultou no fortalecimento tanto desse ator político como membro de uma elite regional quanto do seu partido nesse espaço subnacional – se configurou como mais uma estratégia adaptativa dessa elite frente aos contextos políticos desfavoráveis e às regras do jogo institucional”. (PEREIRA, 2017, p. 27)

Neste sentido, Dantas Neto (2003) alude que a “acrobacia dos carlistas pós-carlistas consiste em “surfear” na nova onda do tempo (a rejeição à figura do senador ACM), confiando ao tempo o fim do seu poder pessoal, enquanto cuidam, sob direção mais colegiada, de renovar a imagem do grupo”. Desta forma, destaca-se que a ensaiada destes movimentos políticos incubem novas estratégias de sustentação e diversificação das elites locais. Os movimentos ordenados pelas elites políticas se encontram evidentes nas entrelinhas das relações do sistema político-eleitoral, que por sua vez, também é percebido no conjunto que permeiam a composição da representação política do estado.

2.5. Bases estruturais do lulismo

O espectro político ideológico voltado à esquerda apresentava o ideal de construção de mundo igual, justo e fraterno. Nesse sentido, a *práxis* surge como um campo da disputa, interesses e busca pela revolução social. A instauração do regime militar tomou como principal lema o combate ao perigo do “comunismo” e do “socialismo”, que na prática deflagrou à contínua perseguição aos grupos e partidos de esquerda no país.

Por preceito, a “revolução” proclamada significava a anulação desses grupos, logo associados à desordem social. A partir dos anos 60, tendo em vista a dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), há um processo de diversificação no campo da esquerda que se distribuiu em partidos organizados ora legalizados e as organizações partidárias, ora tidas como clandestinas. Na Bahia a trajetória da militância do PC do B foi de resistência política frente às repressões sofridas.

Com o decreto do Ato Institucional de número dois (AI2) instituiu-se o sistema bipartidário que restringiu a organização partidária em apenas dois polos. O bipartidarismo se transvestiu de caráter artificial, uma vez que, tal aparato não foi

resultante de um processo eleitoral que descreveria o interesse social, mas surgiu da ordem movida por interesses múltiplos a fim de sustentar o regime ora instituído. A representação política foi exígua à composição da ARENA que reuniu os políticos apoiadores do governo militar e o MDB que glutinou figuras políticas que teoricamente situou-se como opositores ao regime.

Segundo Rogerio Schmitt (2000), os dois partidos em questão corresponderam à gerência política da época. A Arena possuía maior abertura e atuação, haja vista, que se instituiu como partido de base seguindo em consonância com a estrutura política ora disposta. A restrição ao acesso ao quadro de representação política da época foi acompanhada por forte repressão aos grupos políticos de oposições, e todos e quaisquer movimentos que poderiam ser achados como subversivos às ordenanças impostas.

Após a instituição do código eleitoral de 1965 houve uma extensão substantiva da participação social e eleitoral. Por decorrência, destaca-se o fortalecimento dos grupos oposicionistas que a partir das eleições de 1974, expressa um aumento da representação da bancada do MDB, com percentual de 163% entre 1966 a 1982. (JAIRO NICOLAU, 2002). Assim, em março de 1979 foi eleito o general João Batista de Oliveira Figueiredo, que teve seu governo marcado pelo enfraquecimento do regime militar, retorno do pluripartidarismo, proposta de abertura política, as concessões políticas advindas pela Lei da Anistia, dentre outras medidas.

Em face do autoritarismo e repressão, destaca-se o fortalecimento de grupos sociais, a atuação preponderante dos movimentos sociais na luta e defesa da democracia. Este ensejo concebeu o povo enquanto ator principal do campo político. Este quadro foi marcado por diversas mobilizações, tais como passeata dos cem mil, protesto contra a censura, manifestações estudantis, a resistência da liga dos camponeses, os protestos pelas diretas já.

Dentre estes e outros protestos protagonizados durante o regime, cabe evidenciar os movimentos sindicais, com destaque para a greve dos metalúrgicos em São Paulo (1968; 1979; 1980), a greve dos trabalhadores no ABC Paulista (1978), movimentos que mobilizou a organização da classe trabalhadora. Por vias, denota-se que a cisão entre o sindicalismo Vargasista e a proposta do “novo sindicalismo”, propiciou a construção de um movimento que visou à emancipação da classe trabalhadora, em vistas das novas demandas decorrentes do enquadramento das

indústrias modernas e multinacionais (MOISÉS, 1982). Ao extrapolar o contexto sindical, KECK (2010) destaca que:

“O etos desses movimentos de base, enfatizando a autonomia e a auto-organização, encontrava eco na insistência com a qual os organizadores do PT afirmavam que os trabalhadores e os pobres não podiam confiar em setores da elite para defender seus interesses, precisando assim fazer ouvir sua própria voz na política. O movimento estudantil, em cujo meio muitos participantes procuravam uma alternativa aos partidos tradicionais, constituiu outra fonte de recrutamento para o partido”. (KECK, 2010, p. 118).

A frente dos protestos sindicais surge à imagem de Luís Inácio Lula da Silva, metalúrgico e sindicalista, que na conferência dos Petroleiros na Bahia deu início a discussão que propunha a formação de um partido que seria porta-voz dos trabalhadores. A saber, nota-se a crescente mobilização da associação e o sindicato dos trabalhadores da indústria química e petroquímica da Bahia, pela desestabilização do regime militar. Diante das vicissitudes operantes no contexto ditatorial, com a abertura para o pluripartidarismo e o apoio dos diversos movimentos de base, políticos dissidentes do MDB, intelectuais, e demais grupos da esquerda, formou-se o Partido dos Trabalhadores.

O lançamento do PT, oficialmente foi realizado no Colégio Sion na cidade de São Paulo em 1980, encontraram-se reunidas as lideranças sindicais autênticas, revolucionários marxista-leninistas e militantes cristãos radicais. (AARÃO REIS, 2007, p. 3). Segundo Sena (2016) o PT nasceu como partido independente, sem padrões, símbolo de ruptura com as representações próprias das classes burguesas.

No estado baiano, o Partido dos Trabalhadores mobilizou a participação dos trabalhadores. Em meio às repressões, a cidade de Feira de Santana se tornou o centro de organização da esquerda e resistência. Assim, “o PT de Feira de Santana se desenvolveu junto a um projeto político nacionalmente organizado pela independência de classe dos trabalhadores brasileiros” (SANTOS, 2007, p. 19).

A inserção de novos e velhos partidos na arena política de disputa denotam pistas do movimento ideológico que rondou o Brasil no período de redemocratização. Em linhas gerais, as propostas dos partidos de esquerda visavam o fim por completo do autoritarismo, o comando e restrições políticas dos governos militares. Elencou-se a necessidade da efetivação de uma democracia voltada para os interesses da massa.

Em 1982 é eleito Gilson Menezes o primeiro prefeito pelo partido e Lula se torna deputado pela constituinte. Em 1984 protagonizou o protesto pelas diretas já, e em 1990 foi eleito Eduardo Suplicy o primeiro senador pelo estado de São Paulo, dentre outros ganhos eleitorais, bem como, colecionou derrotas nas disputas presidenciais. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores ergue-se pela crítica à oposição, que por vezes descuidou-se de seu real intento. Toma como preceito a conquista da política para as massas, e não simplesmente, em nome das massas. (MOISÉS, 1982). Na política nacional, a trajetória do PT inicialmente foi marcada por posicionamentos radicais visando atender os interesses dos trabalhadores, posteriormente, tomou face de posturas mais brandas voltado para a conciliação dos interesses entre as classes.

Ao contraverter uma sequência política de derrotas ao posto presidencial, o PT em 2003 chega ao executivo nacional. Seguiu um plano de governo que convergia o desenvolvimento econômico e a política de embate a desigualdade e inclusão social. No pleito eleitoral de 2006 a vitória petista incidiu do aumento da popularidade, o êxito do primeiro governo e à extensão da base de eleitores. Neste quadro o partido “elegeu 83 deputados federais (segunda maior bancada, atrás apenas da do PMDB, com 89 deputados eleitos), 02 senadores e também 04 governadores no primeiro turno (Bahia, Acre, Piauí e Sergipe)”. (AARÃO REIS, 2007, p. 23).

A chegada petista no poder constituiu novos nichos de articulação política e abrangência das pautas que permearam a agenda da esquerda. Tal mudança surge como resultado da ida do Partido dos Trabalhadores (PT) a ala centro-esquerda, em conjunto das alianças estabelecidas com os partidos de centro-direita. Desde então, o PT passa a ser visto como um partido da moderação, que administraria os interesses dos diversos setores da sociedade brasileira. Neste contexto, o país experimentou uma fase de expansão, primeiro retratado pelos ganhos obtidos pelas elites, com destaque para os grupos empresariais. Por outro lado, evidencia as mudanças socioeconômicas obtidas pelas classes baixas, especificamente pelo novo movimento dos proletariados.

Neste quadro, o Brasil diminuiu o índice da pobreza extrema, dá um salto com a política de erradicação da fome e distribuição de renda, aumenta e qualifica os serviços de assistência social, com ênfase para a organização dos programas de ordem não contributiva.

“O tripé formado pela Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos, resultaram em uma diminuição significativa da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar. É isso que Marcelo Neri chama de “o Real de Lula”: “No biênio 1993-1995 a pro- porção de pessoas abaixo da linha da miséria cai 18,47% e, no período 2003-2005, a mesma cai 19,18%”³⁸”. (SINGER, 2009, p. 93).

De modo geral, a população passa a obter maior poder de compra e consumo. Outros ganhos assertivos referem-se o campo educacional, pelo qual elevou o número de criação de universidades públicas e a expansão do acesso ao ensino superior. Estas iniciativas provocaram uma mobilidade em termos econômicos entre as classes sociais. De outro modo, cabe destacar o movimento de aproximação das classes dantes baixas com a classe média. Os entreves que as distanciavam foram diminuídos, haja vista, a redução das desigualdades econômicas que provocaram uma série de mudanças sociais.

O embate eleitoral de 2006 representou a divisão do país entre ricos e pobres (SINGER, 2009). Identificam-se como consequências, o processo cunhado de realinhamento eleitoral (SINGER, 2012), havendo uma guinada na base eleitoral do Partido dos Trabalhadores, com a aproximação dos eleitores de baixa renda, frente ao deslocamento da classe média, logo insatisfeita com os efeitos do Lulismo.

De acordo com Singer (2009) o lulismo se configura como um novo bloco de poder, que foi fortalecido mediante a execução de seu projeto político-econômico. Dirá que “o lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento”. Diante destas contradições, destaca-se que:

“O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente, como veremos, a hipótese de despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula”. (SINGER, 2009, p. 10).

Segundo Singer (2009), o campo político ideológico brasileiro pós-redemocratização é marcado pelo que chamou de “conservadorismo popular”, uma vez que, a localização do eleitorado pende cerca de 50% à direita. A eleição dos quadros partidários aponta que ao longo das legislaturas, mesmo sob a democracia, as forças políticas de esquerda não conseguiu ultrapassar a prevalência da direita no país. Conquanto, a figura de Lula conseguiu reuni eleitores tanto da esquerda, quanto da direita. Como efeito, tem-se por um lado à formação de um novo personalismo político em redor da figura de Lula, e por outro lado, frente ao lulismo incumbiram-se novos rearranjos dos grupos de esquerda. (SINGER, 2009).

A interpretação de Singer (2009) considera o lulismo a partir do realinhamento político, em que a inclinação do eleitorado transita pela defesa das políticas de enfretamento às desigualdades sociais em paralelo ao que chamou de manutenção da estabilidade. Todavia, em contraponto à interpretação de Singer (2009), Lúcio Rennó e Andréa Cabello (2010) ressalta que o fenômeno do lulismo decorre da expressão do não alinhamento de uma parcela significativa do eleitorado. Deste modo, nas eleições de 2006 houve a soma com um tipo de eleitor independente, que guiou-se não propriamente pela fidelidade ao líder político, mas sumariamente pelo desempenho do governo.

Em junho de 2013 inicia no país uma jornada de protesto, logo conhecido como “Movimento Passe Livre”, tinha como principal premissa a redução do aumento das passagens dos transportes públicos. As manifestações que *a priori* possuiu um viés apartidário, ganhou outras conotações com englobamento de pautas referentes às diversas problemáticas sociais. Resultou-se em um intenso movimento generalista, que ocupou as ruas em busca de “um país sem corrupção”. Nas entrelinhas, verifica-se nesta expressão a força do descontentamento da classe média, que insatisfeita da aproximação dos dantes subproletariados, reivindicava as condições que lhes assegurassem os mecanismos de distinção.

Não obstante, no ano de 2014 o pleito eleitoral resultou na reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Em 2016 a oposição inconformada com a derrota, juntamente com o demais representantes legislativos, deu abertura ao processo de impeachment da então presidenta reeleita. Assim, a argumentação utilizada se encontra para além da justificativa jurídica de existência de crime de responsabilidade fiscal, mas

denota que os parlamentares brasileiros em sua maioria, mais de 2/3 das duas casas legislativas, motivaram-se por questões políticas-ideológicas, evidenciando o perfil conservador do Congresso Nacional e a pregação do sentimento antipetismo.

Entre novos apoiadores, fuga de eleitores e a eclosão do antipetismo, obteve a sucessão por dois mandatos de Dilma Rousseff que se deparou com a destituição de seu governo, sancionado através de um processo político de impeachment, todavia abalizado como um golpe político parlamentar. O Partido dos Trabalhadores assume por 14 anos a presidência do país, somou o crescimento de sua bancada no Congresso Nacional, nos governos subnacionais e nas assembleias legislativas estaduais. Como indicou Rodrigues (2006), com a ascensão do governo petista na cena nacional, observa-se uma maior diversificação da composição social nos parlamentos.

2.5.1. A influência do lulismo no cenário local

O estado baiano durante o regime militar movia-se na expectativa da “modernização conservadora” e, por outro lado, concerniu como um campo de luta e resistência na busca dos direitos sociais e políticos. Após a redemocratização, o carlismo angariou as crescentes vitórias políticas no estado. Contudo, o carlismo do início do século XXI apresenta os resquícios de uma série de escândalos, redução da influência e fragilidade no interior da oligarquia estadual.

Como aponta Ribeiro (2014) “ideia de que a debilidade do PFL, após 2002, deveu-se à passagem do partido para a oposição é amparada, em primeiro lugar, por números da migração partidária que afetou a legenda”. Como resultado, tem-se mesmo após a refundação, um quadro que expressa o enfraquecimento do partido que por décadas situou-se a frente e na base dos governos nacionais e subnacionais.

Com a eleição de Lula (PT) e sua influência no quadro nacional, em 2006 a Bahia elege Jaques Wagner (PT) em primeiro turno. Desta forma, houve a interrupção do ciclo dos governos Carlistas, o que promoveu um novo arranjo político partidário no estado. De outro modo, situa-se um deslocamento do plano ideológico que dantes operava os governos vinculados à direita, a partir de então, a gerência política do estado é vinculada à esquerda. Em termos políticos, esta guinada ideológica é resultado do

decrescimento do carlismo e a influência do governo lula, que representa um novo espectro de desenvolvimento socioeconômico no país.

De acordo com Carvalho (2015) a consolidação da federalização de políticas sociais redistributivas serviu como uma estratégia de campanha em favor da candidatura do maior adversário político do carlismo. O novo formato de implementação das políticas públicas da esfera federal, impactou diretamente o modelo que tinha por base as articulações clientelistas, o que ocasionou a abertura e aumento do apoio dos municípios baiano ao partido. Dirá que:

“a análise em nível municipal mostrou que os prefeitos no estado da Bahia anteriormente aliados ao “carlismo” consideraram a candidatura petista de oposição eleitoralmente viável. Essa candidatura contava com o suporte do presidente da república, que recandidato a uma reeleição com elevada popularidade entre as camadas mais pobres da população. A candidatura à reeleição do presidente Lula e beneficiava do bom crescimento da economia e pelo sucesso das políticas federais de combate à pobreza. Por fim, o pragmatismo político das bases municipais “carlistas”, principalmente nos pequenos municípios, empurrou-as na direção da candidatura oposicionista na perspectiva de manter-se ao lado das prováveis forças vitoriosas nos pleitos nacional e estadual, para garantir recompensas futuras na forma do acesso a cargos e verbas”. (CARVALHO, 2015, p.113).

Nota-se que há a confirmação no efeito de interação espacial entre os municípios que anteriormente apresentou um desempenho eleitoral petista, por conseguinte, houve uma ampliação da base eleitoral do partido por todo o estado. Destaca-se que a reeleição presidencial contribuiu para a eleição estadual, uma vez que, o chamado “efeito Lula” e o alto índice de popularidade, influíram numa associação positiva em termos eleitorais. No que se refere à influência da política de transferência de renda, especificamente as implicações do Programa Bolsa Família na disputa de 2006, Carvalho reitera que:

“Quanto ao PBF, este apresentou efeito causal direto na votação do PT para o cargo de presidente, porém, não apresentou efeito causal direto sobre os resultados da eleição para governador. Esse resultado não descarta o fato de que o efeito do PBF tenha sido decisivo no agregado do eleitorado baiano”. (CARVALHO, 2015, p.131).

O fortalecimento do PT na Bahia decorre do desgaste do carlismo em consonância com os efeitos do quadro de influência do executivo nacional, que podemos especificar como implicações do lulismo nacional. A expressão que abordamos por “lulismo na Bahia” refere-se ao reordenamento das forças políticas na Bahia, ou seja, é a guinada política experimentado de maneira localizada, ensejado pelo

efeito do lulismo no estado. Deste modo, resultou-se na larga adesão e apoio dos municípios a agenda e políticas públicas dos governos petistas. Assim, o Partido dos Trabalhadores construiu uma base eleitoral sólida por todo o território baiano, que na arena de disputa política estabelece assertivas coalizões, perfazendo um embate direto com ao bloco condescendente ao carlismo.

Neste contexto, o lulismo ressoa diretamente na formação dos quadros de representação, em contraposição à força do carlismo. Deste modo, ressalta-se que as manifestações anti-petistas, não influíram como um obstáculo à continuidade do governo petista no estado. Assim, destaca-se que o lulismo continua a tecer influência na composição dos quadros de representação política da Bahia.

A representação deste campo dual no pós-redemocratização exprime os caminhos da política baiana. Numa recapitulação, houve a preponderância dos governos carlistas, suspensa pelos 14 anos de governos petistas. Neste quadro, inquire-se sobre o perfil desta dualidade na representação do estado no Congresso Nacional? Tal questionamento subscreve o próximo capítulo.

CAPÍTULO 03: A DUALIDADE ELITISTA NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA BAHIA

Nas últimas três décadas, a política baiana foi circunscrita pela gerência de dois polos de poder que detinham tamanha influência. Ambos assumiram os principais arranjos coalizacionais, que ordenaram grande parte dos quadros de representações. Em vista disto, propõe-se analisar o fenômeno da dualidade política protagonizada pelo carlismo e lulismo na Bahia, visando compreender os traços que delinearão a composição e recrutamento destes blocos de representação. Para tanto, no primeiro momento resgata-se o debate sobre a dualidade política. Em seguida, aborda-se a representação do estado no Congresso Nacional, seguindo o viés partidário.

Nesse âmbito, destaca-se o quadro dos eleitos pelo PFL|DEM e o PT, partidos de sustentação dos polos de domínio político no estado. Durante as legislaturas analisadas, identificou-se o índice de renovação na Câmara Federal e à trajetória política percorrida até à chegada ao Senado. Posteriormente, investigou-se às variáveis de gênero, nível educacional e ocupação profissional dos representantes da bancada baiana nas duas casas do legislativo nacional.

3.1. O domínio dual da política baiana

Nas legislaturas constituídas após a redemocratização do país, o carlismo e o lulismo protagonizam a dualidade na política da Bahia. São grupos que perfazem os principais polos de coalizões, que move de sobremaneira a composição da representação do estado nas últimas décadas. A expressão deste fenômeno parte inicialmente da aceitação de um líder carismático, segundo verifica-se o poder de influência e decisão obtido, e por demais, observam-se as alianças políticas que resultam em novos arranjos representacionais. De outro modo, reitera-se que a perspectiva que envolve a formação da dualidade política se encontra vinculada a interconexão com os diversos atores políticos e partidos, que se alinham politicamente em determinados contextos em favor dos interesses comuns.

Neste sentido, observa-se que os dois grupos partilharam de *nuances* da política nacional que contribuíram para a sua manutenção e fortalecimento. O carlismo surge em interação com os governos militares, alcança auge no período da redemocratização, em que a presidência da república estava sob a liderança de partidos aliados a cada época.

Todavia, reitera-se que o apoio a estas figuras oscilou em determinados momentos. Contudo, a aproximação e articulação com a instância federal coadunou positivamente face à consolidação política no estado. De mesmo modo, o lulismo na Bahia ascende politicamente as principais posições de poder, ao passo que às articulações políticas foram assertivas no sentido eleitoral.

No quadro a seguir, evidencia-se o alinhamento do carlismo e do lulismo aos governos federais, durante as legislaturas decorrentes do período pós-constituição de 1988.

Quadro 5- A ligação do carlismo e lulismo na Bahia com o governo federal

	GOVERNO DO ESTADO	ANO	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	% DE VOTOS NO ESTADO BAIANO
CARLISMO NA BAHIA	ACM (PFL)	1991 1992	FERNANDO COLLOR (PRN) ITAMAR FRANCO (PMDB)	51,57%
	PAULO SOUTO (PFL)	1995	FHC (PSDB)	52,40%
	CÉSAR BORGES (PFL)	1999	FHC (PSDB)	50,92%
	PAULO SOUTO (PFL)	2003	LULA (PT)	65,69%
LULISMO NA BAHIA	JAQUES WAGNER (PT)	2007	LULA (PT)	78,08%
	JAQUES WAGNER (PT)	2011	DILMA ROUSSEF (PT)	70,85%
	RUI COSTA (PT)	2015 2016	DILMA ROUSSEF (PT) MICHEL TEMER (PMDB)	61,44%
	RUI COSTA (PT)	2019	BOLSONARO (PSL)	23,41%

Dados organizados pela autora. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Brasil.

Em vista destas correlações, apresenta-se que o carlismo e o lulismo na Bahia, seguiram uma lógica sistêmica, ou seja, conduziu seu ritmo de crescimento acelerado aliado estrategicamente às alianças estabelecidas no âmbito federal. Por conseguinte, observa-se que este efeito deriva-se do alinhamento político partidário, pelo qual o governo subnacional se encontra interligado à base de apoio do governo federal. Todavia, destaca-se à exceção da 52.^a legislatura que se inicia em 2003, pelo qual o carlismo se torna oposição ao lulismo na cena nacional, de mesmo modo, que na 55.^a em 2019 o lulismo na Bahia não faz parte da base de apoio ao governo de Jair Messias Bolsonaro. No primeiro quadro o cenário de oposição alargou a abertura partidária à esquerda no estado.

Em decorrência da grande extensão territorial e das recorrentes problemáticas que rondam os índices socioeconômicos dos municípios baianos, a gerência do estado depende dos recursos, incentivos e políticas públicas do governo federal, que auxiliam no desenvolvimento social local. Neste arsenal, propicia-se a realização de coalizões no âmbito nacional, bem como, as diversas coligações pactuadas no interior do estado.

O carlismo além de compor um dos maiores grupos de influência política, também se configura como um arranjo que surge de maneira localizada e se expande no cenário nacional. Na década de 90 ACM firma seu domínio político, se tornou símbolo da modernização e agregou à sua base de apoio aos atores políticos que dispunham de capitais políticos e expertise técnica. Ocupou por anos o governo estadual, elegeu maioria dos parlamentares na assembleia legislativa e no Congresso Nacional, assim como, angariou o apoio de maioria dos poderes executivos municipais. Neste quadro, o carlismo alinhou grande parcela do eleitorado baiano e da representação eleita à sua base política.

Por anos, a política baiana se continha pela dubiedade entre os carlistas e anticarlista. (DANTAS NETO, 2003). ACM se destacou como parte da elite política nacional, no decorrer de sua trajetória construiu forte capital político. A elevação de

tamanha influência condiz com a adesão político-social do modelo de governança exercido segundo os moldes do líder carlista, com ênfase para o caráter do tradicional e conservador.

A partir de 2003 quando o carlismo situou-se no quadro político governado por um arranjo partidário de centro-esquerda, incidiu-se uma série de impasses que influíram diretamente em sua conformidade e esmorecimento. Na conjuntura em que o líder Petista Luís Inácio Lula da Silva conquista a reeleição no ano de 2006, nota-se o robusto enfraquecimento do carlismo que continua em oposição ao governo nacional e perde a gerência do governo subnacional.

O lugar de oposição, em conjunto com os efeitos do lulismo, contribuiu para o desajuste e decréscimo do carlismo no território baiano. Esta perda de espaço propiciou o crescimento e adesão política ao lulismo, que além de consolidar Partido dos Trabalhadores no estado, estabeleceu coalizões partidárias assertivas que contribuiu para a permanência frente ao poder.

Os primeiros efeitos do desgaste do carlismo são expressos pelo envolvimento em escândalos na cena federal. Tais como, as desavenças internas que resultaram na migração partidária, com destaque para a derrota no quadro das eleições municipais de 2004 para a prefeitura da capital baiana. Na ocasião, o candidato Carlista César Borges, que já dispunha de longa trajetória política, perde o pleito eleitoral em segundo turno com 25,31% dos votos, para o candidato eleito João Henrique Carneiro (PDT) pela coligação “Salvador no Coração” (PDT/PSDB/PSL/PSC/PMN/PRONA), com 74,68% dos votos.

Em 2006 o carlismo se depara com a eleição de Jaques Wagner ao governo do estado, pela coligação “A Bahia De Todos Nós” (PT/PCdoB/PRB/PMDB/PMN/PPS/PSB/PTB/PV) e a reeleição de João Henrique (PMDB) à prefeitura de Salvador em 2008. Não obstante, destaca-se que tais efeitos não representaram o desvalimento do carlismo, todavia souo como indícios da própria redefinição e reestruturação no estado baiano, contudo, numa menor proporção em referência ao quadro de representantes eleitos.

A pesar da figura do prefeito João Henrique despertar a possibilidade de uma terceira via, os grupos do carlismo e lulismo continuam a ordenar as principais coalizões

políticas nas disputas eleitorais no estado. Em 2012 ACM Neto considerado como “herdeiro político de ACM”, conquista às eleições da capital baiana. Em 2016 com alta taxa de aprovação, alcança à reeleição com 73,99% dos votos.

Ao se tratar do aspecto de governança, o carlismo nos últimos anos assumiu a prefeitura da capital baiana, além de eleger parlamentares tanto para o quadro estadual, quanto federal, bem como, demais prefeitos e vereadores no interior do estado. Por outra face, ao lulismo imputa-se o governo do estado e demais representantes alocados em cargos representativos institucionais.

O lulismo na Bahia surge de um movimento nacional, que ergue como bandeira a representação dos interesses da classe trabalhadora e defesa da democracia social. Diferente do carlismo que recrutou em massa atores políticos pertencentes às elites tradicionais e tecnocratas, o lulismo inicialmente reuniu grande número de trabalhadores, sindicalistas, intelectuais e atores políticos vinculados aos movimentos sociais, que em legislaturas posteriores passam a traçar as suas trajetórias em torno da profissionalização política.

No final da década de 70 e início dos anos 80, os protestos iniciados na luta pelos trabalhadores se espalharam por todo país, mobilizações que influenciaram nas formações dos novos arranjos e na própria configuração ideológica do eleitorado baiano. Como consequência, ressalta-se o ganho político em relação à formação de um quadro de representante com perfil sociopolítico mais diverso, de modo a influir na constituição de uma nova elite.

O governo estadual petista assegurou no decorrer dos anos bons índices de aprovação e eleição no estado. Este efeito se concretiza, haja vista, a positiva participação nos programas e recursos das políticas públicas do plano federal. Segundo Dantas Neto (2010) a primeira vitória do Candidato Jaques Wagner resultou do apoio direto de lula, contou com o desgaste experimentado pelo carlismo ao longo dos 16 anos frente ao poder do estado, e a articulação profícua com grande parte da oposição ora desenhada.

A disputa eleitoral ao governo do estado em 2010 apresentou uma competição entre três principais grupos, o PT que visava à reeleição, os Democratas que no posto de oposição lançou a candidatura de Paulo Solto e o PMDB que se empenhou na disputa

protagonizada por Geddel Vieira Lima ex-ministro do governo Lula. Neste quadro o candidato Jaques Wagner conquistou a reeleição com 63,83% votos.

O arranjo coalizacional petista indica um novo ciclo de circulação das elites no estado. A eleição de 2014, Rui Costa no segundo turno venceu com 54,53% dos votos, para o então candidato Paulo solto (DEM) que alcançou 37,39% dos votos, o que garantiu a sucessão de lulista no estado. Em 2018, ao seguir com alto índice de aprovação, o governador Rui Costa conquista a reeleição com 75,50% dos votos válidos.

No quadro dos governos petistas, as coligações políticas firmadas contaram com a aliança de políticos dissidentes dos próprios partidos que dantes pertenciam à base do carlismo. Cabe evidenciar o apoio do Partido Social Democratas (PSD) que em sua composição reuniu figuras com extensa trajetória política, dentre estes ex-integrantes do PFL, a exemplo, o atual presidente do partido o senador Otto Alencar.

Destaca-se a aproximação aos partidos de centro, como o Partido Progressista (PP) liderado pelo Vice-governador do estado João Leão. Observa-se que em termos partidários, o lulismo obtém ganhos eleitorais com a coligação do PSD e PP, partidos que congregaram alto índice de crescimento político eleitoral por toda a Bahia. Com esta trajetória a chegada do lulismo reordena os blocos de poder e assume a articulação que ofuscou o percurso do carlismo na retomada do governo do estado.

3.2. O carlismo e o lulismo no Congresso Nacional

O poder legislativo brasileiro segue por prerrogativa o sistema bicameral. A Câmara e o Senado possuem dinâmicas distintas e complementares. O processo de recrutamento político para a Câmara baixa se diferencia da Câmara alta na medida em que é prescrito por graus distintos de representação. O Senado constitui-se por 81 senadores que representam os estados e Distrito Federal, adota o sistema de votação pelo princípio majoritário, com mandatos de oito anos que se renova um e dois terços a cada legislatura.

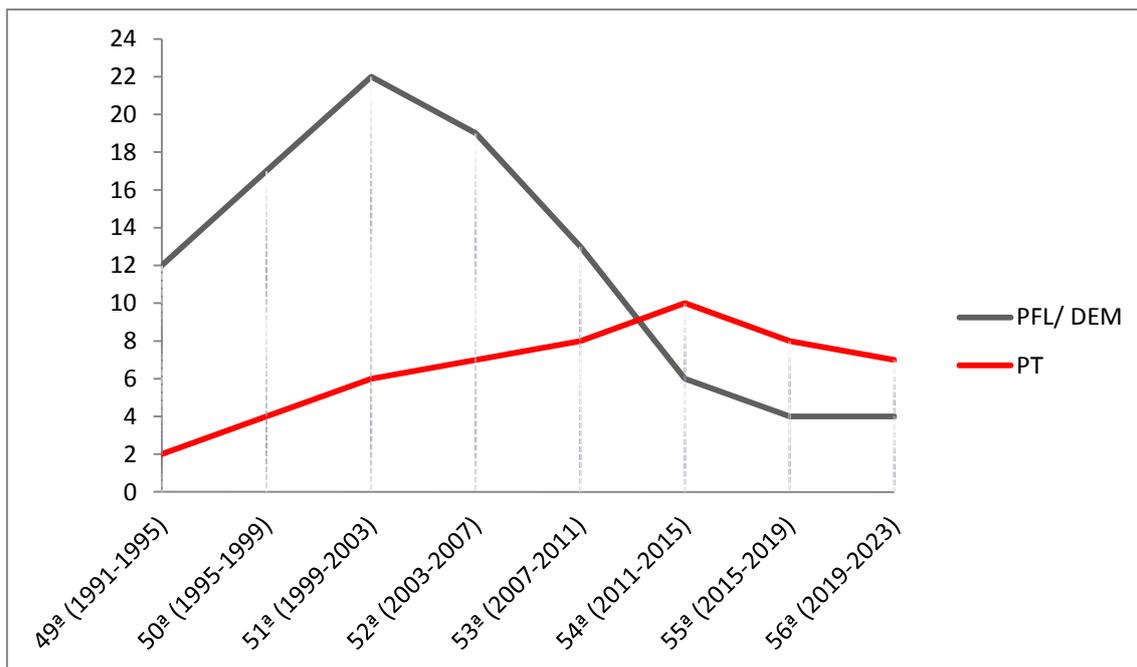
A Câmara Federal conforma-se por 513 parlamentares que representam o povo em sua diversidade, eleitos pelo voto de acordo aos princípios proporcionais com lista aberta, e mandatos de quatro anos, sem limites de reeleição. Desta feita, a Constituição

prevê a distribuição de cadeiras das bancadas estaduais de acordo com a proporção entre o número de deputados federais no tocante de habitantes. A proporcionalidade revogada segue a distribuição do mínimo de 08 e máximo de 70 parlamentares por estado.

A entrada à classe política brasileira requer a posse dos diversos capitais políticos e socioeconômico, que interdepende da construção de uma carreira política, salve exceção aos casos de transmissão de capital, herança política ou os outsiders que pleiteiam os postos políticos de poder e governança. Nesse sentido, a composição parlamentar da Câmara Federal apresenta uma maior diversidade entre os perfis eleitos, uma vez que, o Senado caracteriza-se pelo perfil sênior, mais homogêneo, pertencente ao rol das elites que dispõem longas trajetórias políticas.

A presença dos carlistas e lulistas da Bahia na Câmara Federal serão analisadas a partir do viés partidário, com ênfase no PFL|DEM e PT. A bancada baiana na 49.^a legislatura de 1991 a 1995 dispôs de 41 cadeiras, na 50.^a legislatura (1995-1999) obteve 44 cadeiras, número que se repetiu na 51.^a e 52.^a legislatura (1999-2002 e 2003-2006). Nas legislaturas posteriores destina-se o número total de 39 cadeiras. Diante do recorte temporal que abrange às legislaturas no período pós-constituição de 88, fica evidente uma maior atuação dos parlamentares carlistas nas primeiras legislaturas, em contraste com o PT que assume a maior taxa de crescimento no quadro de representação nas últimas legislaturas, efeito paralelo à consolidação do governo petista no âmbito nacional.

GRÁFICO 3- a presença do PFL|DEM e PT na bancada baiana na Câmara Federal



Dados organizados pela autora.

A evolução partidária do PFL|DEM e o PT evidencia a dualidade política do carlismo e do lulismo na composição da representação do estado. Às cinco primeiras legislaturas analisadas são marcadas por maior porcentagem de eleitos pelo Partido de Frente Liberal (PFL), totalizando 97 mandatos. Enquanto nas últimas três legislaturas destacam-se um aumento do número e a preponderância de eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com 52 mandatos.

Na 49.^a legislatura o PFL assegurou 12 cadeiras (29, 27%), frente ao PT que angariou 02 cadeiras (4,88%). Na 50.^a legislatura o PFL salta para 17 cadeiras (38,63%), e o PT soma o total de 04 cadeiras (9,09%). Na 51.^a legislatura o PFL apresenta o maior número entre os eleitos, somando 22 cadeiras com um índice de 50% do quadro total, enquanto o PT soma 06 cadeiras (13,63%). Na 52.^a legislatura há um decréscimo do PFL que perde 03 cadeiras, entretanto, prevalece com 19 cadeiras (48,72%) e o PT com 07 cadeiras (17,95%). A 53.^a legislatura aponta a redução do domínio do PFL que fica com 13 cadeiras (33,34%), e o PT obtém 08 cadeiras (20,52%).

Na 54.^a legislatura destaca-se a guinada do quadro de representação entre o PFL e o PT. Por um lado, destaca-se o declínio do PFL e, por outro lado, observa-se a ascendência do PT no quadro geral da bancada estadual. O DEM antigo PFL, perde mais de 50% de cadeiras em relação à legislatura anterior, com o total de 06 cadeiras

(15,39%), ao passo que o PT soma o maior quantitativo de parlamentares, no total de 10 cadeiras (24,64%). Na 55.^a o DEM assume 04 cadeiras (10,26%) e o PT conquista 08 cadeiras (20,52%). Na atual legislatura o DEM mantém o número de 04 cadeiras (10,26%), enquanto o PT soma 07 cadeiras (17,95%). Apesar do decréscimo no número de cadeiras, o PT reuniu o maior número de assentos na bancada estadual.

O PFL alcançou apogeu na 51.^a legislatura, período em que ACM despontava com grande influência no contexto nacional, ocupou interinamente a presidência da república, foi reeleito para a presidência do Senado e detinha o apoio da maioria dos municípios por todo estado. Por demais, o seu decréscimo ressoa do desgaste enfrentado pelo carlismo, bem como, das novas configurações partidárias que surgiram nas legislaturas posteriores.

Este quadro é acentuado com a chegada do PT a presidência da república, que reordena os grupos de apoio no estado, especificamente quando à federalização das políticas públicas se tornou uma medida benquista. Os índices apontam que o crescimento do PT manteve-se de forma gradual até a 54.^a legislatura, seguido de um pequeno decréscimo nas duas últimas legislaturas.

A atuação em mandatos anteriores e a filiação em um grupo partidário de forte influência, na maioria corroboram significativamente à conservação ou o progresso nos postos de representação. Ao partir desta compreensão, propõem-se verificar as roupagens do carlismo e lulismo na política baiana, com ênfase no índice de conservação e as eleições de novos parlamentares em legislaturas consecutivas.

Tabela 1- Percentuais entre os novatos e reeleitos do PFL|DEM e PT

	49^a Leg.	50^a Leg.	51^a Leg.	52^a Leg.	53^a Leg.	54^a Leg.	55^a Leg.	56^a Leg.
PT- NOVATOS	100%	50%	50%	57,10%	25%*	60%*	37,50%	14,30%
PT REELEITOS	0%	50%	50%	42,90%	75%	40%	62,50%	85,70%
PFL DEM - NOVATOS	25%	47,10%	36,40%	47,40%	23,10%	33,30%	50%	50%

PFL DEM	75%	52,90%	63,60%	52,60%	76,90%	66,70%	50%	50%
REELEITOS								

Dados organizados pela autora. Fonte: TSE, Brasil.

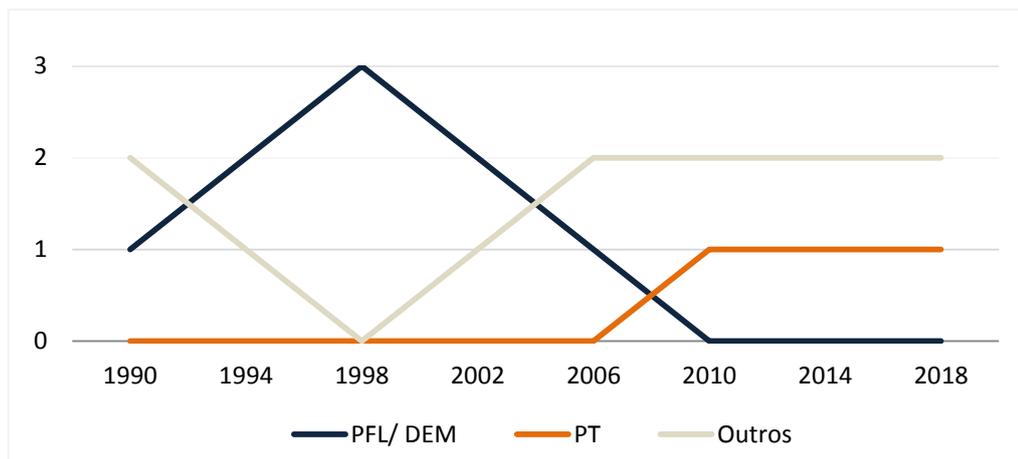
Os dados apontam para uma oscilação entre o índice de renovação²⁰ e conservação parlamentar. O Partido dos Trabalhadores da 49.^a legislatura (1991-1995) até a 54.^a (2011-2015) apresentou uma maior taxa de novatos em relação ao PFL|DEM. Entretanto, ao decorrer das legislaturas, o PT indica o crescimento dos índices de conservação de seus parlamentares eleitos. De outro modo, o PFL|DEM explicita em sua composição um alto índice de reeleição em detrimento do PT, com exceção da 56.^a legislatura (2019-2023) pela qual se destaca o percentual de 85,70% em relação ao partido pefelista que possui 50% de reeleitos.

Neste sentido, a constituição da representação pelo PFL|DEM e PT em alusão ao carlismo e lulismo, denota para o grau elevado de conservação entre os parlamentares que objetiva a permanência ao cargo ocupado. Há indícios da tese que vincula à profissionalização política como atributo para a manutenção dos postos de poder. Ademais, cabe ressaltar que na 53.^a legislatura (2007-2011) e na 54.^a legislatura (2011-2015) 12,5% e 10% respectivamente, dizem respeito à eleição dos parlamentares que já possuíam passagem pela casa legislativa, contudo, não exerceu mandato na legislatura correlata à anterior.

Assim como na Câmara, o carlismo elegeu o maior número de representantes no Senado brasileiro, ao longo das legislaturas analisadas.

GRÁFICO 4- O PFL|DEM e PT na bancada baiana no Senado

²⁰ O termo utilizado não se limita em distinguir apenas aos parlamentares sem experiência ao cargo eleito ou que ingressam em primeiro mandato. Mas faz referência ao sentido de alteração ou modificação do quadro político em relação às legislaturas consecutivas.

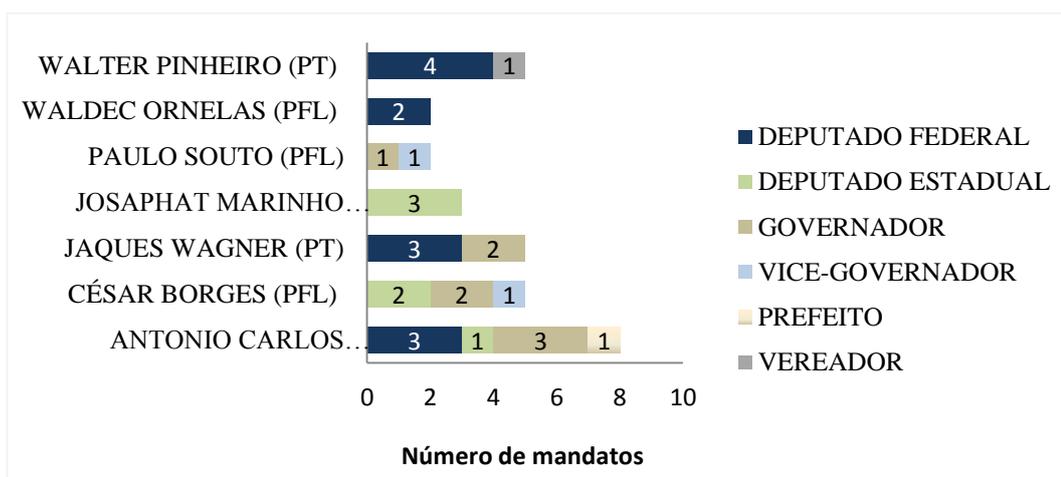


Dados Organizados pela autora.

No quadro geral uma grande parcela da bancada baiana no senado foi composta pelos partidos de centro-direita. Depois da redemocratização, o PFL|DEM foi o partido que mais elegeu senadores no estado. Esta configuração resulta do recrutamento político ordenado pelo arranjo coalizacional do carlismo. Em 2010 encerrou o último mandato atrelado ao carlismo, mesmo ano que ocorreu a entrada do representante petista no senado, com a eleição de Walter Pinheiro. A segunda vitória petista foi no pleito eleitoral de 2018, pelo qual elegeu como senador, o ex-governador Jaques Wagner.

Desta maneira, a eleição dos senadores pefelistas e petistas, aponta para um recrutamento de carreiras já consolidadas na cena política.

GRÁFICO 5- A trajetória política anterior à entrada ao Senado



Dados organizados pela autora.

Os dados descrevem o quantitativo de “estágios” percorridos até à entrada no Senado. A seleção destes dois blocos de poder seguem a eleição de atores dotados de alto capital político. Por demais, verifica-se que as longas trajetórias identificadas

apontam para a existência do processo de profissionalização política. Tal processo contribui diretamente para a manutenção das elites no campo político, sendo classificado por constituir um recrutamento mais qualificado. Conquanto, essa lógica que estrutura o arcabouço político institucional do sistema brasileiro obstaculiza a inserção de novos atores que possuem curtas carreiras políticas.

3.2.1. A composição por gênero

A divisão de gênero atravessa o campo político, de modo que ratifica a sobrerrepresentação de homens. Além dos aspectos socioculturais que dificultam a trajetória política de mulheres, destaca-se que construir um capital político, interligado com a necessidade de dinheiro, tempo livre e rede de contatos, complica a entrada e consolidação de suas carreiras políticas. (MIGUEL e BIROLI, 2010). Nesse entendimento, a política se sobressai como um campo masculinizado e sexista, caracteres que afetam diretamente na participação das mulheres, e substantivamente dificulta à eleição.

O rol das elites políticas tende a reproduzir a composição centrada no agente masculino. A literatura aponta que a sub-representação política de mulheres se encontra ligada aos impasses decorrentes do arcabouço social e cultural (AVELLAR, 2011; MIGUEL e BIROLI, 2010), institucional (MOISÉS & SANCHEZ, 2014), e político-partidário (ARAÚJO, 2001; 2005; 2009; MIGUEL, 2000). O número de mulheres é reduzido em grande parte dos parlamentos no mundo. Esta distorção resulta da construção social de gênero a partir da lógica hierarquizada, que historicamente impôs a desigualdade e subserviência da mulher na sociedade.

A esfera política estruturou-se no *devoir a ser* para os homens, que se sustenta pela estrutura patriarcal. Por efeito, a cultura política hegemônica corrobora para o domínio masculino nos espaços de poder, bem como, por séculos reproduz a legitimação masculina à frente das instituições políticas representativas.

No Brasil à concessão dos direitos políticos da mulher não foram suficientes para a inserção aos postos de poder e representação. A configuração do sistema político partidário reproduz as diferenças de gênero no sentido de exprimir barreiras à inserção da figura feminina. A lei 9.504 de 1997 estabelece o sistema de cotas partidárias e prescreve a designação do preenchimento do percentual mínimo de 30% por mulheres.

Já a redação da Lei 12.034 de 2009 normatiza 10% do tempo de propaganda partidária gratuita e 5% do fundo partidário a fim de conscientizar e promover a maior participação política de mulheres.

Todavia, na realidade prática as medidas prescritas se apresentam de maneira limitada, uma vez que, a constituição dos blocos de representação continua centralizada na sobrerrepresentação de homens. Isto posto, ao abordar esta problemática de maneira localizada, analisaremos qual a composição por gênero do PFL|DEM e PT na representação do estado baiano na Câmara Federal e no Senado, respectivamente.

Tabela 2- Distribuição de Gênero por Partido

LEGISLATURA	PARTIDO	MASCULINO (%)	FEMININO (%)
49ª (1991-1995)	PFL	12 (100%)	-
	PT	02(100%)	-
50ª (1995-1999)	PFL	17(100%)	-
	PT	04(100%)	-
51ª (1999-2003)	PFL	22(100%)	-
	PT	04(100%)	-
52ª (2003-2007)	PFL	18(94,7%)	01(5,3%)
	PT	07(100%)	-
53ª (2007-2011)	PFL	11(84,6%)	02(15,4%)
	PT	08(100%)	-
54ª (2011-2015)	DEM	06(100%)	-
	PT	10(100%)	-
55ª (2015-2019)	DEM	04(100%)	-
	PT	07(87,5%)	01(12,5%)
56ª (2019-2023)	DEM	04(100%)	-
	PT	07(100%)	-

Dados organizados pela autora.

Observa-se que na Câmara dos Deputados os quadros da representação do PFL|DEM são marcados pela baixa eleição de mulheres. Esta presença diminuta reflete os índices do cenário nacional, bem como, ratifica os percentuais de sub-representação de mulheres na política. Ao passo que se investiga a composição do PFL|DEM e PT, partidos que protagonizam a base dos dois grupos de maior influência política no estado, reitera-se que estes são centrados em atores masculinos.

Durante as legislaturas que seguiram pós-constituição, fica evidente a supremacia masculina na composição entre os eleitos por bancada partidária. À exceção da 52.ª legislatura pelo qual o PFL dentre os 19 parlamentares eleitos, elege uma mulher, o percentual de 5,3%. Este número é acrescido na 53.ª legislatura em que o PFL

elegeu 15,4% de mulheres. Dentre o recorte temporal analisado, o PT consegue eleger a primeira mulher na 55.^a legislatura, a ex-deputada federal e atual prefeita de Lauro de Freitas cidade pertencente à região metropolitana de Salvador, Moema Gramacho.

De outro modo, cabe frisar que mesmo após a legislação que regulamenta as cotas de representação de gênero, o carlismo e o lulismo na Bahia continuam a exprimir alta taxa de sub-representação de mulheres, com índices que apontam a supremacia e sobrerrepresentação de homens. Neste contexto, denota-se que o PFL|DEM e o PT ao eleger majoritariamente homens contribuem para a alusão pela qual a atividade política é exercida capazmente por figuras masculinas.

No Senado Federal a participação da mulher foi circunscrita tardiamente, apresenta alto índice de sub-representação e desigualdade. No quadro nacional a eleição da primeira senadora se deu no ano de 1979. Em toda a sua história, o estado baiano elegeu em 2010 a primeira e única senadora Lídice da Mata, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Desta forma destaca-se que o bloco partidário do PFL|DEM e PT não elegeram mulheres para cargo ao Senado, exibindo a ensaiada do recrutamento político partidário voltado às elites masculinas.

3.2.2. Elites de formação superior

O grau de instrução subjaz uma variável significativa para o sucesso eleitoral. Ao analisar o nível de escolaridade dos candidatos e dos eleitos no pleito eleitoral de 2006 para a Câmara dos Deputados, Perissinotto e Miríade (2009) apontam para a disparidade existente, destacando a vitória eleitoral dos parlamentares que em sua maioria possuía elevados graus de formação escolar. Isto posto, sublinha-se que “a educação superior se constitui numa das mais importantes credenciais para o acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais”. (PERISSINOTTO E MIRÍADE, 2009, p.308).

O perfil da representação do parlamento brasileiro alude para a elitização dos quadros políticos, determinante que os diferenciam dos perfis dos representados. Os níveis educacionais, conjuntamente com o perfil profissional dos parlamentares, refletem a reprodução de uma elite que historicamente tiveram nos espaços de poder, a frente das estruturas sociopolíticas e econômica do país.

No quadro do perfil dos representantes eleitos pelo PFL|DEM e PT na Bahia, retrata-se que possuir graus superiores de formação influi positivamente na competição eleitoral.

Tabela 3-Escolaridade do PFL|DEM e PT

LEGISLATURA	PARTIDO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE				TOTAL
		Fundamental completo	Médio completo	Superior completo	Superior incompleto	
49ª (1991-1995)	PFL	-	-	12(100%)	-	12 (100%)
	PT	-	-	01(50%)	01(50%)	02(100%)
50ª (1995-1999)	PFL	-	01(5,88%)	16(94,12%)	-	17(100%)
	PT	-	-	02(50%)	02(50%)	04(100%)
51ª (1999-2003)	PFL	-	01(4,54%)	20(90,92%)	01(4,54%)	22(100%)
	PT	-	-	04(66,67%)	02(33,33%)	06(100%)
52ª (2003-2007)	PFL	-	-	17(89,47%)	02(10,53%)	19(100%)
	PT	-	-	06(85,71%)	01(14,29%)	07(100%)
53ª (2007-2011)	PFL	-	01(7,69%)	12(92,31%)	-	13(100%)
	PT	-	-	07(87,5%)	01(12,5%)	08(100%)
54ª (2011-2015)	DEM	-	01(12,66%)	05(83,34%)	-	06(100%)
	PT	01(12,5%)	-	08(75%)	01(12,5%)	10(100%)
55ª (2015-2019)	DEM	-	-	04(100%)	-	04(100%)
	PT	01(12,5%)	-	07(87,5%)	-	08(100%)
56ª (2019-2023)	DEM	-	-	04(100%)	-	04(100%)
	PT	01(14,29%)	-	06(89,47%)	-	07(100%)

Dados organizados pela autora.

A bancada do PFL/DEM e PT na Bahia reproduz o quadro nacional, segue a eleição de candidatos que dispõem de alto nível de escolaridade. A classificação do PFL/DEM engloba os que possuem o ensino médio completo, superior completo e superior incompleto. Enquanto, o quadro petista é distribuído entre os que possuem ensino fundamental completo, formação superior completa e ensino superior incompleto.

Nas legislaturas em questão, o PFL/DEM na 49.^a, na 55.^a e na 56.^a legislatura indica que 100% dos eleitos possuíam formação superior. Segue por exceção a 50.^a legislatura, pelo qual 5,88% possuíam o ensino médio completo, enquanto 94,12% detinham a formação superior completa. Na 51.^a legislatura o ensino médio completo somou 4,54%, seguido dos que declararam o ensino superior incompleto de 4,54%, e dos que possuíam a formação superior completa 90,92%. Na 52.^a legislatura o PFL elegeu 89,47% de candidatos de nível superior e 10,53% dos que declararam possuir

superior incompleto. Na 53.^a legislatura destaca-se o percentual de 7,69% dos que possuíam apenas o ensino médio completo e 92,31% dos que declararam ter formação superior. Na 54.^a legislatura 12,66% possuíam o ensino médio completo enquanto 83,34% tinham formação superior.

A composição do Partido dos Trabalhadores em relação ao nível de escolaridade se aproxima do PFL/DEM, uma vez que, fica evidente o alto grau de formação superior. Continuamente apresentam no decorrer das legislaturas percentuais iguais e acima de 50%. Na 49.^a e 50.^a legislatura verifica-se que 50% possuíam formação superior e 50% possuíam formação superior incompleta. Na 51.^a legislatura destacam-se 66,67% de formação superior completo e 33,33% de formação superior incompleta. Na 52.^a legislatura 85,71% possuíam formação superior completa, enquanto 14,29% obteve superior incompleto.

Na 53.^a o percentual de 87,5% detinham formação superior completa, enquanto 12,5% de formação superior incompleta. Na 54.^a legislatura 12,5% possuíam ensino fundamental completo, o menor grau de instrução apresentado no quadro geral, subsequente 12,5% que possuíam formação superior incompleto, e 75% dos que detinham formação superior completo. Na 55.^a e 56.^a legislatura destaca-se o índice de 12,5% e 14,5% dos que possuíam ensino fundamental completo, respectivamente 87,5% e 89,47% que declararam ter formação superior completo.

Estes achados corroboram com a interpretação pela qual o recrutamento partidário se volta para a seleção dos atores que dispõem de formação escolar acima da média da população. A composição dos partidos que representam o carlismo e lulismo no estado, é marcada pela inserção dos parlamentares que possuem maior letramento escolar, variante que os aproximam do rol das elites e contribuem para a permanência nas instituições política-representativas.

Ao se referir à área de formação, o quadro parlamentar inclina-se para a formação elitizada que reproduz o retrato histórico tradicional dos parlamentos. No quadro geral, os parlamentares baianos declararam possuir o ensino superior completo. Ao verificar o curso de formação tanto o PFL/DEM quanto o PT denota-se a recorrência da formação em direito, administração, economia, Medicina. Estes cursos carregam um prestígio sócio histórico, e por outros, apresentam expertises técnicas que corroboram para a entrada e permanência no campo político.

Tabela 4- O quadro de formação dos parlamentares do PFL|DEM e PT na Bahia

CURSO DE FORMAÇÃO (1991-2019)			
PFL/DEM	Nº (%)	PT	Nº (%)
Direito	14 (28%)	Direito	04 (16%)
Administração	10 (20%)	Administração	03 (12%)
Economia	07 (14%)	Economia	03 (12%)
Medicina	05 (10%)	Medicina	02 (8%)
Engenharias	04 (8%)	Engenharia Mecânica	01 (4%)
História	01 (2%)	Agronomia	01(4%)
Técnico Em Agropecuária	01 (2%)	Filosofia	01(4%)
Relações Públicas	01 (2%)	História	01(4%)
Medicina Veterinária	01 (2%)	Farmácia Bioquímica	01(4%)
Turismo	01 (2%)	Arquitetura	01(4%)
Letras	01 (2%)	Biologia	01(4%)
Sem Formação Técnica e Sem Formação Superior	04 (8%)	Ciência Política	01(4%)
		Técnico Em Telecomunicações	01(4%)
		Química Industrial	01(4%)
		Sem Formação Técnica e Sem Formação Superior	03 (12%)
Total	50 (100%)	Total	25 (100%)

Dados organizados pela autora.

Os 47 parlamentares filiados ao PFL|DEM declararam 10 cursos distintos de formação superior, 2% de formação técnica e 8% não apresentaram formação técnica e, nem formação superior. A formação em direito corresponde a 28% dos cursos declarados, em seguida o curso de administração com 20%, economia (14%), medicina (10%), engenharias (8%). Os cursos de história, relações públicas, medicina veterinária, turismo e letras, por conseguinte apresentaram 2% cada.

No quadro petista, foram identificados 21 parlamentares que declararam 13 cursos distintos de formação superior, 4% de formação técnica e 12% que não possuíam formação técnica e, sem formação superior. Assim, o curso de direito representou 16%, administração 12%, economia 12%, medicina 8%. Os demais cursos de formações, tais como, engenharia, agronomia, filosofia, história, farmácia bioquímica, arquitetura, biologia, ciência política, química industrial, e técnico em telecomunicações, representou a fatia de 4% cada.

Por demais, verifica-se às especificidades do quadro de formação dos parlamentares baianos eleitos pelo PFL|DEM e pelo PT, observa-se a partir de uma comparação direta, que o PFL|DEM apresentou um quadro mais homogêneo, frente ao PT que expressa uma maior distribuição dentre os cursos de formações declarados. De outro modo, analisa-se que o quadro dual aponta para a diversidade e proximidade entre

os partidos em questão. O PT apesar do índice reduzido se assemelha ao PFL|DEM quando evidencia uma linha de frequência com a presença dos mesmos cursos de formação.

O *status* escolar dos carlistas que compuseram representação do estado baiano no Senado federal, seguiu por conformação o alto índice de capital educacional. Conquanto, identifica-se que há uma diferenciação do nível de escolaridade dos senadores eleitos pelo PFL|DEM e PT.

Tabela 5- Gênero e perfil educacional dos senadores do PFL|DEM e PT (1991-2019)

	PFL		PT	
	ENSINO SUPERIOR	ENSINO TÉCNICO	ENSINO SUPERIOR	ENSINO TÉCNICO
MASCULINO	05	-	-	02
FEMININO	-	-	-	-

CURSO DE FORMAÇÃO	
PFL (Nº)	PT (Nº)
Direito (02)	Curso Técnico Em Manutenção (01) Curso Técnico Em Telecomunicação E Eletrônica (01)
Medicina (01)	
Engenharia Civil (01)	
Geologia (01)	

Dados organizados pela autora.

Por esta expressão, nota-se que no período analisado o PFL elegeu o maior número de senadores e sua totalidade compreende homens com ensino superior completo. Assim como os perfis dos deputados federais, os cursos de formação superior ora declarados, reuniram grande prestígio social e contribuiu para o sucesso eleitoral da base carlista.

De outro modo, verifica-se que o Partido dos trabalhadores na Bahia, conquista o primeiro assento na Câmara alta tardiamente. Os perfis dos eleitos se aproximam do quadro de elites, uma vez que, são parlamentares homens, que possuem uma longa trajetória política e concomitantemente congregam um forte capital político. Todavia, se distancia na medida em que o nível escolar abarca apenas o ensino técnico. Não obstante, a individuação do pequeno capital escolar não influiu neste contexto como limitação à eleição dos candidatos petista. Dessa forma, o lulismo na Bahia elegeu

perfis políticos mais diversos, com menor capital educacional, o que evidencia uma abertura e circulação de uma nova elite política.

3.2.3. O perfil profissional dos carlistas e lulistas baianos

Nos estudos sobre elites a análise da categoria de ocupação profissional pode contribuir para a compreensão da origem das trajetórias políticas e seu recrutamento, bem como, o entendimento da estrutura sociopolítica, das mudanças e das articulações estabelecidas. Nesta delimitação, objetiva-se captar a composição, a inserção, a mobilidade e a manutenção de atores, grupos partidários ou de influência. Todavia, cabe ressaltar às dadas limitações práticas e teóricas, uma vez que, ao especificar um determinado arranjo e sistematização, se sujeita ao risco de uma inferência rasa, dúbia e contrastante do quadro movediço que repousa os objetos dos estudos sociais.

Na investigação dos quadros de representação, depara-se com a escassez dos dados dos diversos grupos políticos numa escala longitudinal. Evidencia-se a carência de identificação de categorias importantes para a compreensão das biografias e sua complexidade, a exemplo, a falta de dados relacionada à categoria raça nas fichas registradas pelo TSE dos políticos brasileiros, principalmente das primeiras legislaturas. A obrigatoriedade de declaração foi estabelecida em 2014, o que expõe um déficit informacional no registro por parte quadro institucional.

De mesmo modo, destaca-se às “armadilhas” incumbidas no momento e no contexto da declaração dos dados, que por sua vez, são construídos e citados mediante as subjetividades, os interesses sobrepostos e as relações de poder ora firmadas. Dessa forma, o enunciado das profissões exercidas tende às tais contradições.

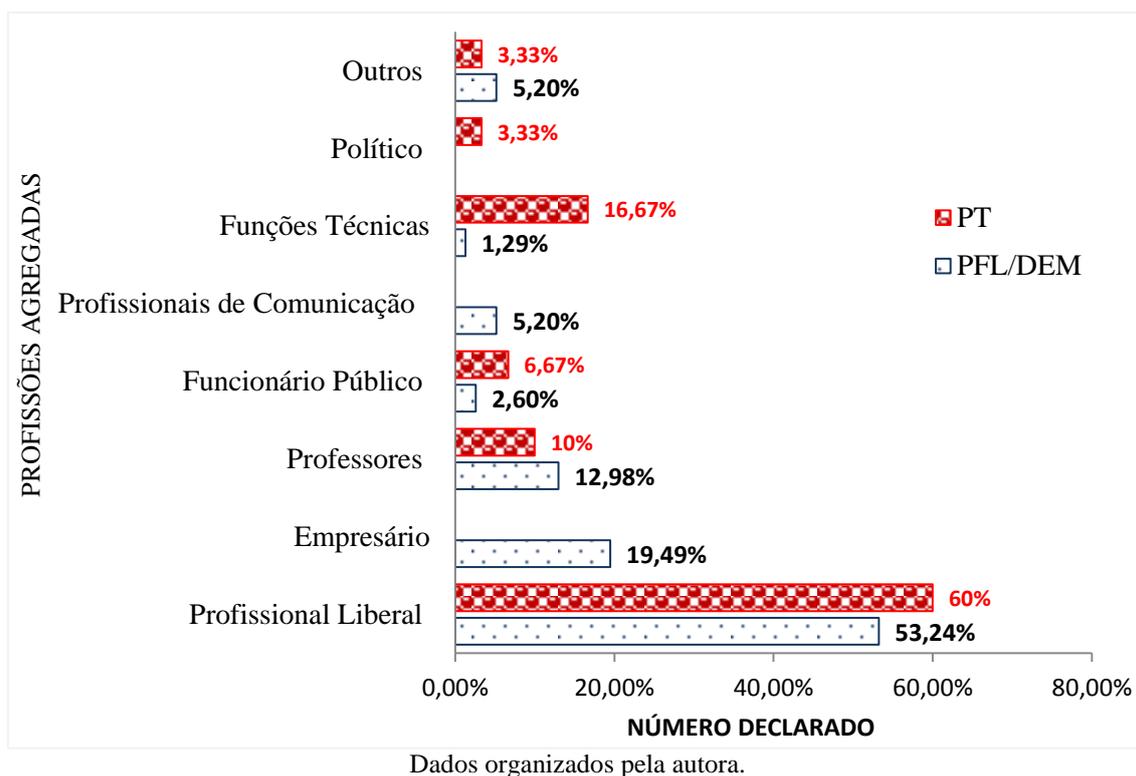
Os trabalhos de Perissinotto e Bolognesi (2010), Leôncio Martins Rodrigues (2006), Pedro Neiva Maurício Izumi (2014), Codato e Costa (2013) toma tal categorização como pressuposto metodológico que contribui para a identificação e compreensão da classe política brasileira. Contudo, como aponta a literatura, se faz necessário a ressignificação dos percursos metodológicos que depreende o estudo e classificação do campo das ocupações profissionais.

De acordo com Codato, Costa e Massimo (2014), o estudo do perfil profissional deve ultrapassar a dimensão puramente descritiva, elevando-a como princípio

explicativo, que na análise das elites, conjuga os elementos sociais e políticos das trajetórias investigadas. Por conseguinte, o modelo de classificação que abarca a observação da profissão reflete alto reconhecimento social (*status*), flexibilização de tempo e autonomia financeira, afinidade às atividades políticas e expertise técnica que aproxima da estrutura estatal. (CODATO, COSTA E MASSIMO, 2014). Esta proposta visa examinar o processo do recrutamento político e os decursos que ordenam a profissionalização política dos quadros de representação.

Em vista do exposto, visa-se compreender através da vinculação profissional, o perfil parlamentar recrutado pelo carlismo e lulismo na Bahia. Indaga-se quais os caracteres que contribuíram para o ganho eleitoral. O gráfico a seguir aponta a distribuição geral das profissões declaradas pelos parlamentares do PFL/DEM e PT na Câmara dos Deputados. Destaca-se, por vezes, que há casos em que a profissão não segue a formação educacional autodeclarada. De outro modo, ressalta-se a presença de parlamentares que autodeclararam duas ou três profissões distintas, resultando no aumento dos números. Os 47 parlamentares do PFL/DEM declararam 77 profissões, enquanto os 21 parlamentares do PT proferiram 30 profissões.

GRÁFICO 6- PFL|DEM e PT: Profissões declaradas



O perfil profissional autodeclarado pelos petistas se aproxima dos parlamentares Pefelistas|Democratas na medida em que ambas apresentam índices superiores a 50%, ligadas às diversas profissões liberais. Em contrapartida, se distancia quando o PFL|DEM indica a presença considerável de empresários 19,49%, e o PT apresenta 16,67% de profissionais técnicos, dentre os eleitos.

Ademais, em referência do quadro exposto, identifica-se que não houve a declaração “político profissional”. Contudo, este traço pode ser verificado, uma vez que, maioria dos parlamentares abdicou de profissões anteriores, e por anos se dedicaram à “vida pública”, perfazendo longas trajetórias políticas. O registro de político como profissão foi elencado por apenas um representante, ora filiado ao PT.

Quando especificamos a relação das profissões mais recorrentes, nota-se que a composição partidária do PFL|DEM apresenta um quadro voltado para as profissões de alto prestígio social, maior disposição econômica e outras que podem ser associadas às instituições públicas, aproximando-as da esfera política.

Tabela 6- Profissões recorrentes do PFL|DEM

PFL|DEM: PROFISSÕES COM MAIOR FREQÜÊNCIA

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Administrador Economista	19,23%	19,23%	20%	20%	22,22%	33,34%	16,67%	20%
Empresário	11,54%	11,54%	17,14%	13,33%	11,11%	33,33%	--	20%
Advogado	19,23%	15,39%	8,57%	16,67%	16,67%	33,33%	33,33%	40%
Professor	23,07%	23,07%	20%	13,33%	11,11%	--	16,67%	--
Engenheiro	7,69%	7,69%	025,71%	3,33%	16,67%	--	33,33%	20%
Médico	--	11,54%	14,28%	6,67%	5,55%	--	--	--
Total	80,76% de 100%	88,46% de 100%	85,71% de 100%	73,33% de 100%	15/18	100%	100%	100%

Dados organizados pela autora.

A frequência de empresários aponta que o carlismo dispôs em seu processo de recrutamento um percentual voltado à elite empresarial, notadamente presente no decorrer das legislaturas, com exceção da 55.^a (2015-2018). Este perfil advindo da classe tradicional à política alcança ganhos na competição eleitoral, haja vista, a mobilização de outros recursos, que por vezes não depende unicamente da estrutura partidária, por menos da construção gradual e acumulativa do capital político. (RODRIGUES, 2002).

Em vista do quadro profissional declarado pelo Partido dos trabalhadores baiano, apresenta-se dois significantes achados. Primeiro, destaca-se que com o passar das legislaturas o partido agrega vitórias de candidatos que se declaram como Administrador|economista, advogados, com registro de professores e médicos, aproximando em partes com o quadro do PFL|DEM. De outro modo, distingue-se com a eleição de funcionários públicos e profissionais que exercem funções técnicas. Averigua-se que não houve a identificação de empresários, o que revela um arranjo representacional que se encontra relacionado à formação de capital social e da construção de carreira política.

Tabela 7- Profissões recorrentes do PT

PT: PROFISSÕES COM MAIOR FREQÜÊNCIA								
	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
Administrador Economista	--	20%	16,67%	12,5%	25%	20%	10%	12,5%
Advogado	--	--	16,67%	12,5%	16,67%	6,67%	10%	25%
Professor	50%	20%	8,33%	--	--	6,67%	10%	12,5%
Médico	--	--	--	12,5%	8,33%	--	10%	12,5%
Funcionário Público	--	--	8,33%	--	8,33%	13,33%	10%	12,5%
Funções Técnicas	50%	60%	33,33%	25%	25%	20%	--	--
Total	100%	100%	83,33%	62,5% de	83,33% de	66,67%	50%	75%

de 100%	100%	100%	de 100%	de 100%	de 100%
---------	------	------	---------	---------	---------

Dados organizados pela autora.

Nesse escopo, o recrutamento expressado pelo PFL|DEM inclina-se para a elite que possui capital social estruturado, a elite reconhecida pelo capital financeiro e da elite que dispõe de capital político, em referência o fator tempo de dedicação à política. A estratégia de recrutamento petista atravessa os diversos grupos de elites, reordena uma abertura aos atores vindos das classes mais popularizadas, contudo, que possuem longas trajetórias e capital político.

A composição parlamentar do Senado caracteriza-se pelo agrupamento altamente elitizado. O PFL elegeu cinco parlamentares que declararam possuir oito profissões, distribuídas em 02 advogados, 01 Servidor Público, 01 Professor, 01 Engenheiro civil, 01 Geólogo, 01 Médico, 01 Jornalista. De outro lado, salienta-se que PT na Bahia elegeu dois senadores que ambos declaram ter profissões técnicas. Cabe destacar o perfil de Jaques Wagner que autodeclarou técnico em manutenção e designou-se como político profissional, além de sinalizar o posto de ex-sindicalista.

Tabela 8- O perfil profissional do PFL|DEM e PT no Senado

PFL	Nº	PT	Nº
Advogado	02 (25%)	Técnico Em	01(25%)
Servidor Público	01 (12,5%)	Manutenção	01(25%)
(Jurista)	01 (12,5%)	Político	01(25%)
Professor		Ex-Sindicalista	
Engenheiro Civil	01 (12,5%)	Técnico Em	01(25%)
Geólogo	01 (12,5%)	Telecomunicação	
Médico	01 (12,5%)		
Jornalista	01 (12,5%)		
TOTAL	08 (100%)		04 (100%)

Dados organizados pela autora.

As descrições suscitadas sinalizam dados significantes sobre o quadro da representação eleita de acordo com a influência do carlismo e do lulismo. De igual modo, reiteram-se as contradições decorrentes. Diga-se primeiro que não consegue captar o real impacto do perfil profissional sobre o recrutamento e eleição dos candidatos. Segundo, as declarações de várias profissões dificultam identificar a profissão que marcou a trajetória do ator.

Terceiro, aponta-se a incongruência entre as profissões citadas e o real exercício da mesma. A ponto de exemplificação, constata-se a figura do Líder ACM que declarou

ser médico e jornalista, contudo, em nenhum momento exerceu a medicina. Atuou por poucos anos no jornalismo, dedicou-se à administração de seus bens, sendo reconhecido como um empresário de sucesso, além de sua dedicação à política, funções não declaradas. Algumas destas distorções configuram-se como casos omissos aos documentos oficiais, o que pode gerar algumas dubiedades na interpretação.

Conquanto, o carlismo apresentou um quadro de profissões mais tradicionais. Ao passo, que o lulismo na Bahia congregou um quadro profissional mais diversificado, reunindo às distintas elites. Possuir capital social e recursos financeiros inferem diretamente no ganho eleitoral pelo PFL|DEM. Já no PT o capital político possui maior peso para o sucesso eleitoral. Apesar dos parlamentares não declararem ser políticos profissionais, destaca-se que esta variável influenciou na competição e os políticos que possuem experiência na cena política tende a conservação do posto e avançarem para outras posições políticas, fortalecendo assim a construção de longas carreiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto analisou o perfil da dualidade política da representação baiana no Congresso Nacional, no bojo da composição das legislaturas formadas após a promulgação da Constituição de 88. Justifica-se na medida em que busca identificar as

diretrizes que alinham a representação de maneira localizada. Assim, tem por intuito contribuir para a diminuição lacuna existente em vista do perfil dos calistas e lulistas no estado, subscrevendo mais informações frente à carência de dados sistematizados, podendo subsidiar estudos futuros.

O referencial teórico considerou a conceituação de representação e os sentidos descritos em cada perspectiva histórica, bem como, recorreu-se aos estudos de elites, a fim de inquirir sobre a constituição destes postos de poder. Pela ótica republicana a efetivação prática da representação liga-se a constante participação dos cidadãos à esfera do bem público. Este prisma teórico-analítico configurou-se como uma nova dimensão da política moderna.

Decerto, os preceitos democráticos prescrevem um Estado baseado nos princípios de liberdade e de direito. No modelo poliárquico, a competição política é tomada como caractere essencial para a construção da democracia em termos práticos. (DAHL, 2005). Pela visão pluralista, a competição democrática deve condicionar as diretrizes de inclusão, formação de oposição e contestação pública. Todavia, os dilemas que giram em torno da representação política pautam por um lado o sentido teórico, procedimental e descritivo, e de outro lado, exprime a correlação empírica, substancial, participativa e plural. (PITKIN, 1997; SARTORI, 1982; YOUNG, 2006). Cada designação visa compreender os significados que atravessam o ato de representar e as perspectivas que lhe são pertinentes.

As instituições representativas devem expressar o interesse do povo, tanto maioria, quanto minoria dos grupos diversos. Na democracia liberal em cerne, a representação versa-se pelo teor de responsividade e representatividade. Daí alude-se o alinhamento entre representante e representados, assim como, às controvérsias que lhes são decorrentes. Conquanto, ao pensar no conjunto generalizado, a composição dos parlamentos estreita-se por reproduzir o perfil padrão de homens, brancos e pertencentes aos estratos superiores da hierarquia social. (COTTA E BEST, 2000). O efeito de representar se entrelaça às formações díspares, que são dispostas e reivindicadas paralelamente.

Desta forma, os retratos dos representantes e dos representados são marcados pela distinção. A representação carrega determinado grau de autonomia que lhe é correlata. A natureza do mandato representativo é disposta dentre as multiplicidades de

interesses no âmbito geral, regido pelas diversas demandas e bem-estar comum, independentes das vontades particulares.

De acordo com literatura supracitada, a relação entre os que representam e os que são representados designam-se pelo teor de legitimidade que se convencionou para além do ato de autorização. No embate entre democracia e representação, conjuga-se a necessidade de amplitude dos direitos políticos, especificamente, prediz o aumento da participação civil e inclusão de atores plurais.

Ademais, a representação considerada como um processo aberto entre a esfera sociopolítica e o estado, por vezes constituiu-se por arranjos recrutacionais ordenados em sua maioria por grupos das elites. A história da classe política brasileira revela em sua composição o desenvolvimento e reprodução das relações de classes, que no quadro de representação se expressa pela eleição continuada das diversas elites. Por esta via, tomam-se duas importantes questões, por um lado elenca-se que a eleição das elites teoricamente deve imprimir responsividade, bem como, de outro modo não elimina as demandas e lutas das classes sociais subalternizadas. Logo, é possível um quadro de elites representarem os interesses de determinados grupos sociais.

E, por outro lado, nota-se como um déficit democrático à contínua permanência destas aos postos de representação, o que ratifica a sobre-representação de grupos privilegiados na hierarquia social, e a sub-representação de outros, que historicamente foram excluídos dos espaços de poder. Neste quadro os problemas sociopolíticos que entrelaçam as disposições de classes no Brasil, são espelhados na composição das instituições representativas. O racismo, o sexismo, o patriarcalismo, o machismo, as práticas de mandonismo e de patrimonialismo são tessituras que marcam as relações brasileiras. (SCHWARCZ, 2019).

A democracia representativa ora vivenciada reflete as desigualdades sociais. Deste modo, as elites representativas guiam-se pela *responsividade* política e social, ou rondam pela defesa do auto interesse das classes de origem. Nas últimas duas décadas, a pequena abertura política vista na composição do rol de representação brasileira, apontou para a renovação dos quadros de elites. Entretanto, embora os perfis dos representantes não se assemelhem a pluralização da sociedade, todavia carregam a preocupação da representação por similitude, ou seja, deve aludir para a qualidade da representação e representatividade.

A representação política da Bahia após a redemocratização do país configurou-se de forma dual. O primeiro retrato revela o domínio do carlismo, pelo qual protagonizou o embate entre carlistas e a oposição anti-carlistas. O segundo panorama exprime a dualidade encenada pelo carlismo e lulismo na Bahia, dois polos distintos de representação e poder. Os quadros políticos foram formados mediante as disposições sociopolíticas distintas a cada conjuntura. Nesse sentido, evidenciou os traços de um realinhamento político no estado provocado pelo lulismo nacional e o esmorecimento do carlismo de maneira localizada. A eleição e conservação do Partido dos Trabalhadores à frente do governo do estado expressou uma guinada ideológica.

Dentre os questionamentos que guiaram a proposta deste trabalho, destacou-se que a dualidade política da representação baiana é caracterizada pelo poder coalizacional, uma vez que, estes polos de influências lideraram os principais arranjos representacionais. De um lado voltou-se para a coligação ideológico-partidária de centro-direita, enquanto de outro modo uniram-se os partidos de centro e esquerda. Em ambos os polos de poder, evidenciou-se a centralização política num determinado líder, em questão a *persona* de ACM e Lula, políticos “populares” que dispunham de longas trajetórias políticas.

Por conseguinte, verificou-se que crescimento do carlismo e lulismo na Bahia seguiu uma lógica sistêmica, ou seja, se encontrou entrelaçados aos arranjos políticos do governo federal, confirmando a hipótese proposta. Ao medir o domínio do carlismo pela eleição da bancada do PFL|DEM, partido de base, apontou-se para crescente presença da representação carlista nas primeiras legislaturas, em contraste com o PT que assume a maior taxa de crescimento no quadro de representação nas últimas legislaturas, em congruência com a consolidação do governo petista no âmbito nacional.

De outro modo, salientou-se que a constituição da representação do carlismo e do lulismo na Câmara dos Deputados refletiu altas taxas de conservação entre os parlamentares que objetivou a permanência no cargo eleito, podendo associar a existência do processo de profissionalização política. No Senado, o carlismo elegeu o maior número de senadores, enquanto o lulismo no estado através do Partido dos Trabalhadores elegeu o primeiro representante em 2010, seguindo a conquista do segundo assento no ano de 2018.

Neste contexto, a eleição dos senadores carlistas e lulistas baianos apontam para um recrutamento vertical, com incentivo às carreiras já consolidadas na cena política. Assim, tem-se a constituição de duas elites distintas, uma que perfaz o perfil tradicional como consta a composição voltada ao espectro ideológico de direita, e outra que segue a constituição de uma elite mais diversa, correspondendo aos caracteres que marcam o recrutamento dos partidos de esquerda. (SANTOS e SERNA, 2007). Reitera-se que a diferenciação da dinâmica de votos experimentada pelas casas legislativas influenciou na votação dos parlamentares, obtendo a eleição de perfis mais plurais na Câmara e os perfis mais elitizados atrelados a longas trajetórias políticas no Senado.

Ao investigar a composição por gênero comprovou-se a baixa eleição de mulheres. No Congresso Nacional, o carlismo e o lulismo por maioria manteve-se centrado na eleição de homens, ratificando a sobrerrepresentação política destes. Em relação ao grau de instrução, notabiliza-se que possuir formação superior influenciou positivamente no recrutamento de carlistas e lulistas para a Câmara. Os dados confirmam a interpretação pela qual o recrutamento partidário se volta para a seleção dos atores que dispõem de letramento escolar acima da média da população, condições que os aproximam do rol das elites, corroborando para a permanência nos postos de representação.

Ao que tange ao quadro de profissões declaradas salientam-se as seguintes conclusões: primeiro há uma proximidade na recorrência de profissões liberais, segundo distancia-se na medida em que o carlismo recrutou alto índice de empresários e o lulismo elegeu um percentual relevante de profissionais técnicos, e por terceiro inquire-se que houve baixíssima declaração de político profissional, apresentando uma omissão frente aos dados, haja vista, o alto índice de conservação dentre os eleitos.

Na Câmara baixa o nível de escolaridade e perfil profissional do Partido dos Trabalhadores se aproxima do PFL/DEM, uma vez que, fica evidente o alto grau de formação superior e a recorrência de profissões liberais. Já no Senado identificou-se que há uma diferenciação tanto do grau de instrução quanto da carreira profissional dos eleitos. Neste cenário o carlismo manteve a eleição de elites que dispunham de capital escolar elevado, com recursos sociais e profissionais mais independentes, ao passo que o lulismo na Bahia elegeu perfis políticos mais diversos, com menor capital educacional

e maiores carreiras políticas, o que evidencia circulação de uma nova elite política, de origem das classes populares.

Diante do exposto, denotou-se que ao longo das legislaturas analisadas o carlismo recrutou perfis advindos dos grupos das elites tradicionais e o lulismo elegeu um quadro de elites mais diversificadas em termos de instrução escolar e carreira profissional. Verificou-se que não houve uma mudança relativa à eleição de mulheres, mas observou-se a continuidade da sobrerrepresentação centrada na figura masculina.

Em vista de continuidade, esta pesquisa incita algumas indagações que podem ser aprofundados em estudos posteriores. Tais como a problematização em torno do padrão de carreiras políticas que opera no conjunto da representação da bancada da Bahia, com destaque para a compreensão aprofundada das trajetórias dos membros das elites locais e o seu papel político-social. Visto que a profissionalização política foi um caractere omissos frente aos dados biográficos declarados, questiona-se como se dá este processo no estado? Qual o modelo de recrutamento ora experimentado?

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. **O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas.** 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 03 de Março de 2020.

ALMEIDA, D. R. **“Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade”.** Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ALMEIDA, Jonas Adriano e ALMEIDA Gilberto. **“Oligarquia, mídia e dominação política na Bahia”.** Organizações e sociedade, v. 11: 103-115, 2004.

ARAÚJO, Clara. **Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil.** Revista Estudos Feministas 9(1): 231–252, 2001.

———. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.** Revista de Sociologia e Política (24): 193–215, 2005.

———. **Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura.** Revista Brasileira de Ciência Política (2): 23–59, 2009.

ARAÚJO, Cicero. **Representação, retrato e drama.** Lua Nova, São Paulo, 2006.

———. **O Estado como Parte da República.** DADOS—Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.55, nº 03,2012.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O tutu da Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850.** - EDUFBA, 2009.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **O bicameralismo no Brasil: argumentos sobre a importância do Senado na análise do processo decisório federal.** Rev. Política & Sociedade - Florianópolis - Volume 11 - Nº 21 - julho de 2012.

———. **Bicameralismo: história, conceito e funções nos governos contemporâneos.** Revista Brasileira de Estudos Políticos. V. 114, p. 425-472, 2017.

Avelar, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

AVRITZER, L. **Sociedade Civil, Instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação.** Dados (Rio de Janeiro), v. 50, p.443-464, 2017.

———. **Instituições participativas e desenho institucional.** Opinião Pública (UNICAMP), v. 14, p. 43-64, 2008.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil da Bahia.** 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2020.

AZEVEDO, Thales de. **Os brasileiros; estudos de “caráter nacional”.** Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1981.

———. **"Classes Sociais e Grupos de Prestígio".** In: Cultura e Situação Social no Brasil. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1956.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luís Felipe. **Práticas de gênero e carreira política: vertentes explicativas.** Estudos Feministas, Florianópolis, 18(3): 336, setembro-dezembro, 2010.

BOBBIO N. **O futuro da democracia.** Tradução de Marcos Aurélio Nogueira- São Paulo: Paz e Terra, 1984- 12ª reimpressão, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Surgimento Do Estado Republicano.** LUA NOVA Nº 62— 2004.

BOURDIEU, P. **Capital simbólico e classes sociais.** Novos Estudos CEBRAP, 2013.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **A representação política. Elementos para uma teoria do campo político.** In: _____. O poder simbólico. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Edmund. “Discurso a los electores de Bristol”, em **Textos políticos.** México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Quem são os deputados?** Câmara dos Deputados, Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB.** Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ, 2008.

CARVALHO, Daniel e SANTOS, Gervásio Ferreira dos. **Ciclos políticos, socioeconomia e a geografia eleitoral do estado da Bahia nas eleições de 2006.** Rev. Sociol. Polit., v. 23, n. 54, p. 109-135, jun. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891.** VARIA HISTÓRIA Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.141-157, jan/jun 2011.

CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de, et al. **Síntese das características do estado da Bahia necessária ao planejamento do desenvolvimento.** Econ. NE, Fortaleza, v. 47, n. 2, p. 159-180, abr./ jun., 2016.

CODATO, Adriano Nervo. **Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos.** IN: Como estudar elites / Renato Perissinotto, Adriano Codato (orgs.). – Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

Codato, A., e Costa, L.D. 2013. **Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República.** In A. Marengo, ed. Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 107–134.

CODATO, A.; MASSIMO, L.; COSTA, L. **Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, 2014.

CODATO, A.; MASSIMO, L.; COSTA, L. **Posições sociais de origem e recrutamento político: um estudo dos senadores brasileiros.** Tempo Social, V. 29, n. 3, p. 111-135, 12 dez. 2017.

COSTA, P.R.N.; COSTA, L.D.; NUNES, W. **Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010)**. Revista Brasileira de Ciência Política, 14, pp. 227-253, 2014.

CPDOC. **Documentos de Arquivos Pessoais, entrevistas de História Oral e verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. FGV, Rio de Janeiro. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo.

COTTA, M. **Representação política**. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (orgs.). Dicionário de política. 4ª ed. V. 2. Brasília: UNB, 1992.

COTTA, M. & BEST, H.. Between Professionalization and. **Democratization: A Synoptic View on the Making of the European Representative**. In H. Best & M. Cotta, eds. Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries. Oxford: Oxford University Press, pp. 493-526. 2000.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Prefácio Fernando Limongi; Tradução Celso Mauro Paciornik. – 1ed. 1. Reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Uma crítica ao modelo da elite dirigente**. In: AMORIM, M. S. (org.) Sociologia Política II. Rio de Janeiro: Zahar, p. 90-100, 1970.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Bahia: a paz dos vencedores. Liderança, partido e elite política após as eleições de 2010**. In: Hugo Cortez; José Antônio Spinelli (Org.). Nordeste 2010, os sentidos do voto II: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste. 1ªed. Recife: Massangana, 2016.

_____. **Mudança política na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites?** In: H. Cortez; J.A. Spinelli. (Org.). Nordeste, 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do nordeste. 03 ed. Natal: EDUFRN, 2010.

_____. **Tradição, autocracia e carisma- a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2006.

_____. DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964**. 2004. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/observa_bahia_01.pdf.

_____. **Surf nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista**. Cadernos do CRH (UFBA), Salvador, v. 39, p. 213-255, 2003.

DIAS, José Alves. **As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966- 1983)**. Publicado em Anais das Jornadas do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, 2001.

Francisco de Oliveira. **O Elo Perdido: Classe e Identidade de Classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GAXIE, Daniel. **As lógicas do recrutamento político**. Trad. de Patrícia Reuillard. Revisão da tradução por Luís Felipe Miguel. Revista Brasileira de Ciência Política, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Estrutura e formação das classes sociais na Bahia**. Novos Estudos - Revista do CEBRAP, São Paulo, n.13, p.57-69, set. 1987.

HOLLANDA, Cristina Buarque. **A questão da representação política na primeira república**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 25-35, Jan./Abr. 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 1991**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2020.

_____. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2020.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2020.

_____. **Estado da Bahia**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2020.

JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens Partidárias: ARENA E MDB Baianos Em Tempos De Distensão (1974-1979)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2010.

KANT, Emanuel. **KANT: a liberdade, o indivíduo e a república**. In: Weffort, Francisco C. (org.). Os clássicos da política. Volume 2. Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Ática, 2006.

KECK, Margaret E. **O movimento sindical e a formação do PT**. In: PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

LAFER, Celso. **O Significado de República**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 02, n.4, 1989.

LIMONGI, Fernando. **A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. Novos Estudos - Cebrap, n. 76, São Paulo, p. 17-41, nov, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. **Interpretações contemporâneas da representação**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAS? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 2002.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *The Federalist Papers*. London: Penguin, 1987.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. **Política é paixão (entrevista)**. Rio de Janeiro, Revan, 1995.

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. **Crise e metamorfoses da democracia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 28, nº 82. São Paulo: 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o Governo Representativo**. Col. Grandes Obras do Pens. Universal - nº 56 - Stuart Mill. São Paulo: Escala, 2006.

MIRANDA, G.L. de. **A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal**. Revista de Sociologia e Política, 18(37), pp.201–225, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 23, p. 11-43, 2008.

_____. **Lições de Liberdade e de Opressão - Os trabalhadores e a luta pela democracia**. 1a. ed. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1982.

_____. **A Desconfiança Nas Instituições Democráticas**. Opinião Pública (UNICAMP), Campinas, v. XI, n.1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, José Álvaro e SANCHEZ, Beatriz. **Representação política das mulheres e Qualidade da Democracia: o caso do Brasil**. In: José Álvaro Moisés. (Org.). O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014, vol. 1, 2014.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Saraiva, 2000.

MORLINO, Leonardo. **Qualidades da democracia: como analisá-las**. Rev. Soc. e Cult., Goiânia, v. 18, n. 2, p. 177-194, jul./dez. 2015.

MOSCA, G. A. **Teoria da Classe Política Dirigente**. In MOSCA G e BOUTHOU, G. História das Doutrinas Políticas. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. **Quem são os deputados Brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012**. IN: O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo / José Álvaro Moisés (org.). – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

NEIVA, Pedro & IZUMI, Maurício. **Perfil profissional e distribuição regional dos senadores em dois séculos de história.** Revista brasileira de Ciências Sociais - vol. 29 n° 84, 2014.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

NORRIS, Pippa. **Recrutamento Político.** Rev. Sociol. Polit. Curitiba, v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013.

NOTA BIOGRÁFICA. Política é paixão/ Antônio Carlos Magalhães; participam, Ancelmo Gois... [et. al.]. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

OLIVEIRA, Nora de Cássia Gomes. **Elites políticas no império: Bahia, 1828-1834.** Trabalho apresentado no XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB; E-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016.

ORTEGA Y GASSET, José. **A Rebelião das Massas.** Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1959.

PEREIRA, C. G. **Renovação como estratégia de preservação: ACM Neto e a tradição carlista. 2014.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

_____. **O JOGO ENTRE ELITES E INSTITUIÇÕES: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista.** Caderno CRH, Salvador, v. 30, n. 80, p. 237-255, Maio/Ago. 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792017000200003>.

PERISSINOTTO, R.M. & MIRÍADE, A. **Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006.** Dados, 52(2), pp.301–333. 2009.

PERISSINOTTO, Renato Monseff, and BOLOGNESI, Bruno. **Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006).** Brazilian Political Science Review 4 (1): 10–32. 2010.

PESSOTI, Gustavo Casseb e VAZ SAMPAIO, Marcos Guedes. **Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais.** Conj. & Planej., Salvador, n.162, p.36-49, jan./mar. 2009.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation.** Berkeley: UniversityofCalifornia Press, 1967.

RAMOS, Cesar Augusto. **O modelo liberal e republicano de liberdade: uma escolha disjuntiva?** Trans/Form/Ação, Marília, v.34, n.1, p.43-66, 2011.

REZENDE DE ALMEIDA, Debora Cristina.

RENNÓ, Lúcio e CABELLO, Andrea. **As Bases do lulismo A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?** RBCS Vol. 25 n° 74 Outubro / 2010.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. **Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL.** Rev. Sociol. Polit., v. 22, n. 49, p. 5-37, mar. 2014.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.
- ROSENFELD, Denis. **A historicidade política do homem**. IN: Filosofia política e natureza. Porto Alegre: L&PM, 1990.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Os Pensadores, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1997.
- SÁ CORREA, Marcos. **Apresentação**. In: Política é paixão/ Antônio Carlos Magalhães; participam, Ancelmo Gois... [et. al.]. Rio de Janeiro: Revan, 1995.
- SAINT MARTIN, Monique de. **Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França**. Tomo, São Cristóvão (SE), n. 13, pp. 43-73, jul./dez. 2008.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder e Representação: O Legislativo da Bahia Na Segunda Republica, 1930-1937**. Salvador: assembleia legislativa da Bahia, 1992.
- SANTOS, Igor Gomes. **Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana- Bahia (1979-2000)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- SANTOS, André Marenco dos. **Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev, 1997.
- SANTOS, André Marenco dos e SERNA, Miguel. **Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai**. Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 22 N°. 64, 2007.
- SCHMITT, Rogerio. **Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2000.
- SCHUMPETER, Josep A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1984.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEGATTO, José Antônio. **Crise política e derrota da democracia**. IN: 1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos/ Maria Ribeiro do Valle (org). São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014.
- SENA, André Rota. **Partido dos Trabalhadores - Reflexões sobre a origem e o futuro de um movimento**. Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2016.
- SENADO FEDERAL. **Senadores das Legislaturas anteriores**. Senado Federal, Brasília. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antteriores>.
- SILVA, Soráya . **Uma proposta para o Estado da Bahia**. Artigo Técnico 01/99, Nov. 1999.

SIMONI JÚNIOR, Sérgio; DARDAQUE, Rafael; & MINGARDI, Lucas. “**A Elite Parlamentar Brasileira de 1995 a 2010: Até Que Ponto Vai a Popularização Da Classe Política?**” Colômbia Internacional, no. 87, mayo-agosto, 2016, pp. 109-143 Universidad de Los Andes Bogotá, Colombia, 2016.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

URBINATI, Nádia. **O que torna a representação democrática?** Lua Nova, São Paulo, 67: 191-228, 2006.

UNZUÉ, Martín. **A universidade na trajetória dos parlamentares brasileiros**. Trad.: Mariana Matulana. Revista Brasileira de Ciência Política, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 13-46.

WEBER, Max. **A Política como vocação**. In: WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2015.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

YOUNG, Iris Marion. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, São Paulo, nº 67, p. 139-190, 2006.